

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

***ipea***

Instituto de Planejamento Econômico e Social

**IPLAN**

Instituto de Planejamento

FERNANDO NOGUEIRA DA COSTA

BANCOS EM MINAS GERAIS

(1889-1964)

VOLUME II

Dissertação de Mestrado apre-  
sentada junto ao Departamen-  
to de Economia e Planejamen-  
to Econômico do I.F.C.H., da  
UNICAMP, sob a orientação do  
Professor Doutor Wilson Cano.

Agosto de 1978

Recebido na  
GEREM, em 04 / 4 / 79

INDÚSTRIA, INFLAÇÃO E BANCOS  
NO "PERÍODO SUMOC" (1945-1964)

Tradicionalmente, em toda Dissertação de Mestrado se reserva uma seção para o autor mostrar sua bagagem teórica. Pretende, assim, afirmar-se pela filiação teórica. Pois bem, não pretendemos ser redundantes. A necessária "leitura teórica" que fizemos está explícita na bibliografia. Para o que almejamos aqui, ou seja, "pensar", a especificidade histórica dos bancos de Minas Gerais, nos será útil também, a tradição legada por Alexander Gerschenkron que examina o atraso econômico em sua perspectiva histórica (1).

Gerschenkron oferece-nos um estudo de análise-comparativa dos papéis dos bancos em diferentes países europeus, que teriam sido imprimidos pelas diferenciações nos diversos padrões de industrialização ali observados. Mostra-nos que a industrialização inglesa ocorreu sem haver sido substancialmente utilizado o banco com o propósito de financiamento a longo prazo do investimento. O caráter mais gradual do processo de industrialização que ali se deu e a maior acumulação de capital, derivada, no início, dos lucros obtidos no comércio e de uma agricultura mais moderna e, mais tarde, dos conseguidos na própria indústria, fizeram desnecessário o desenvolvimento de algum tipo de instituição especial para a provisão de capital a longo prazo. Com isso, a intermediação bancária, predominantemente de curto prazo, foi preservada, ao contrário do que ocorreu com outros países, onde os requisitos de capital foram providos pela acumulação via sistema bancário.

Pelo contrário, num país relativamente atrasado (no sentido "temporal" que dá a essa palavra Gerschenkron) o capital era escasso e difuso em relação ao necessário face à extensão do movimento da industrialização. "O maior tamanho médio da planta e a concentração dos processos de industrialização nos ramos produtivos em que a relação capital-produto é relativamente alta, fazem que exista uma maior tendência ao grande tamanho, ao desenvolvimento em grande escala em lugar de gradual". Assim, "a pressão exercida por todas essas circunstâncias foi a que essencialmente deu lugar a um desenvolvimento divergente entre o sistema bancário que era comum na maior parte do continente e o im-

perante na Inglaterra. As práticas do banco continental no campo da inversão industrial devem considerar-se como instrumentos específicos de industrialização para um país atrasado".

O pioneiro e exemplo clássico de um banco dedicado a ajudar a construção de estradas de ferro e a industrialização de um país, face as condições especiais de uma economia relativamente atrasada, foi o banco francês "Crédit Mobilier", dos irmãos Pereire.

A partir da segunda metade do século passado, o número de bancos que em diversos países adotaram o modelo Pereire foi considerável. A diferença existente entre os bancos do tipo do "Crédit Mobilier" e os bancos comerciais operantes no país avançado da época, ou seja, a Inglaterra, era absoluta. Entre os bancos ingleses destinados especialmente a servir de fonte de capital a curto prazo, e um banco dirigido ao financiamento das necessidades de inversão a longo prazo da economia, existia um abismo. Os bancos alemães - que se pode tomar como exemplo do tipo de banco "universal" ou "misto" - combinaram com êxito a idéia básica do "Crédit Mobilier" com as atividades a curto prazo dos bancos comerciais.

Essa adaptação criadora da idéia básica dos Pereire resultou em instituições muitíssimo mais seguras que o próprio "Crédit Mobilier", com sua enorme carteira industrial que excedia em muito a seu capital e dependendo, em muito de um desenvolvimento favorável dos acontecimentos na bolsa, para poder continuar suas atividades. Os bancos alemães, e com eles os austríacos e italianos, mantinham estreitas relações com as empresas industriais. Os bancos adquiriram uma ascendência tal sobre as empresas industriais que chegou a ultrapassar a esfera do controle financeira para alcançar a das decisões de direção da empresa.

Os bancos não exerceram influência somente sobre a estrutura produtiva da indústria, mas também sobre a própria organização. As três últimas décadas do século XIX se caracterizaram pelo rápido movimento de concentração que se produziu no sistema bancário. Na Inglaterra, embora também tenha ocorrido este fenômeno, devido às diferentes relações existentes entre o banco e a indústria, ele não foi acompanhado por uma concentração similar nesta última. Na Alemanha foi diferente. O grande impulso alcançado pelo movimento de cartelização da indústria alemã não pode explicar-se por completo se não se considera como resultado natural da fusão de seus bancos. Os bancos, com sua vantajosa situação de controle centralizado, percebiam com rapidez as oportunidades pri

vilegiadas da cartelização e fusão das empresas industriais.

Para Hilferding ambos processos de concentração, o dos bancos e o das indústrias, não só se desenvolvem simultaneamente, como também há entre eles uma relação dialética, uma interação positiva que os faz acelerar-se mutuamente.

Na verdade, o caso alemão dá o elemento mais conhecido da teoria de Hilferding: a fusão do capital industrial e bancário no que ele chama de capital financeiro. Entretanto, sua definição de capital financeiro aparece contraditória em seu livro. Hilferding fala, por um lado, do domínio do capital bancário sobre o industrial, e, por outro, de que a unificação no capital financeiro apaga toda distinção entre as diferentes origens do capital.

É possível citar-se diversas passagens num ou noutro sentido. Pode-se assim fazer uma leitura restrita do conceito, no espaço e no tempo, pensando que a análise de Hilferding reflete somente particularidades do capitalismo alemão nos anos da "virada do século". É totalmente viável também, fazer-se uma leitura criativa do capital financeiro, enxergando-o como uma característica do capitalismo monopolista, quando há um circuito de realização de capital via acumulação financeira. A circulação se daria através de uma órbita autônoma, relativamente haveria um circuito próprio de circulação do excedente gerado na órbita produtiva.

Pela primeira leitura, sua teoria não seria aplicável ao desenvolvimento capitalista de todos os países, tal como este se deu realmente. Nesse caso o capital financeiro se caracterizaria pelo caráter predominante do capital bancário sobre o industrial a partir de certo grau de concentração. Se bem que isto haja ocorrido assim em alguns países (Alemanha, Áustria, Itália, França e Espanha, por exemplo), houveram outros - como os Estados Unidos, exemplo clássico - nos quais nunca se pode falar "de um estado de dependência da indústria em relação aos bancos", mas, pelo contrário. No caso americano o papel do sistema bancário foi diminuído no processo de concentração e, o que foi importante, foi o processo de emissão primária de ações. Isso explicaria o baixo grau de endividamento das empresas americanas, a importância do mercado de ações e a não dominação do capital industrial por parte do capital bancário, como em outros casos.

A outra leitura tomaria o conceito num nível de abstração mais elevado. Tomemos como exemplo o seguinte trecho,

pedindo desculpas ao leitor pela longa citação:

"Vejam<sup>os</sup> agora de que modo se passam as coisas no capitalismo monopolista. Em primeiro lugar, desaparece a tendência à perequação (SIC) da taxa de lucro entre os diversos setores. Isto porque numa estrutura monopolista consolidada surgem barreiras à entrada, de modo que o capital vê bloqueado seu movimento intersetorial. Desta forma, tende a se cristalizar um espectro de taxas de lucro, cujo perfil e variabilidade dependem do grau de concentração e do poder monopolístico de cada setor. Desta forma, à primeira vista os excedentes de capital poderiam ficar represados no interior de cada setor, no que a taxa de rentabilidade esperada tenderia a se deprimir, levando à possibilidade de crise, com interrupção (SIC) da estrutura monopolística (guerra de preços, etc.). Todavia, nada disso ocorre, pois os obstáculos à mobilidade intersetorial do capital são superados por uma nova forma de mobilização que se consubstancia no surgimento de uma nova órbita: a financeira. É necessário, portanto que o capital assuma sua forma mais abstrata e portanto mais desenvolvida para que a acumulação possa de novo fluir livremente. Será exatamente no novo contexto da órbita financeira que se processará, de modo distinto, a tendência à equalização da taxa de lucro.

"É claro que as formas concretas que assume a órbita financeira podem variar em cada momento histórico do desenvolvimento capitalista. Assim, por exemplo, em vários casos o capital bancário foi dominante na articulação entre a órbita real e financeira (sobretudo até a grande depressão)".

"A partir do pós-guerra, surge o grande conglomerado que agiliza a diversificação setorial, dentro do mesmo bloco de capital. No primeiro caso, o capital bancário distribuía sua participação entre empresas de vários setores produtivos, de modo a abrir os canais indispensáveis à mobilidade do capital. É neste sentido que o capital bancário impõe sua predominância. No caso do grande conglomerado, o capital bancário é dispensado desta função, desempenhada agora pela empresa-holding que determina a alocação dos fundos disponíveis em função de uma estratégia global do bloco de capital que controla" (2).

Portanto, é precisamente a circulação do capital financeiro que permite saltar os obstáculos que se opunham à igualação das taxas de lucro, tendência que de outro modo não poderia manifestar-se, devido à crescente imobilização do capital industrial.

De fato, segundo Gerschenkron, se examinamos a economia alemã no período que se estende até o começo da primeira Guerra Mundial, podemos observar que a esfera de atividades a que o banco alemão se dedicava estava constituída principalmente por minas de carvão, siderurgia, produção de maquinaria elétrica geral e produção química pesada. Enquanto isso, a indústria textil, a de couros e a de produtos alimentares ficavam completamente a margem de seus interesses. Portanto, sua atenção se concentrava na indústria pesada.

Na verdade, a experiência alemã não se generalizar-se a certo número de países, como a Áustria, Itália, Suíça, França e outros, onde se bem tenham ocorrido certas diferenças individuais, em conjunto houve um desenvolvimento similar. Porém, Gerschenkron diz que há duas razões importantes que impedem que ela se estenda a todo o continente europeu: a) a existência de certos países atrasados nos quais não cabe apreciar um desenvolvimento industrial de características parecidas (seja devido a escassez de recursos naturais, seja devido à ênfase na indústria leve e/ou agricultura); b) o fato de que havia outras nações nas quais os elementos básicos do atraso eram tão acentuados que fazia-se necessária a aplicação de instrumentos institucionais de industrialização completamente diferentes.

Como exemplo do primeiro tipo de país ele cita Dinamarca, do segundo Rússia. Em conjunto, os elementos básicos do atraso existente na Rússia dos anos noventa e na Alemanha dos cinquenta do século passado eram os mesmos. Porém, as diferenças quantitativas eram extraordinárias. Na Rússia, a escassez de capital era tão grande que nenhum sistema bancário teria conseguido atrair fundos suficientes para financiar uma industrialização em grande escala. Para poder conseguir o capital que a industrialização requeria foi necessário o funcionamento da máquina estatal. Tanto em suas origens como em seus efeitos, a política posta em prática pelo Estado russo durante os anos noventa do século passado mostrou uma grande semelhança com a realizada pelos bancos centro-europeus. Isto coloca em relevo as uniformidades básicas existentes na situação de atraso, e na dependência que os instrumentos institucionais usados num país tem em relação a ela.

Pois bem, Gerschenkron nos fornece um útil referencial histórico para buscarmos entender o papel dos bancos na etapa da industrialização pesada de um país de capitalismo tardio,

como é o caso do Brasil (3).

Como vimos, trata-se de uma questão de contemporaneidade. Os diferentes caracteres das industrializações se devem a que as forças produtivas de cada momento do capitalismo são distintas. Há então diferentes bases técnicas da qual deve partir a industrialização de cada país. A historicidade das forças produtivas capitalistas leva à necessidade do país que se propõe a uma industrialização pesada dar um salto tecnológico que envolve problemas de escala, de dimensão, de mobilização e concentração de capital suficiente para enfrentar a descontinuidade tecnológica.

Na verdade, Trotsky quando discutia a lei do desenvolvimento desigual e combinado já excluía a possibilidade de uma repetição das formas de desenvolvimento em diversas nações. "Na contingência de ser rebocado pelos países adiantados, um país atrasado não se conforma com a ordem de sucessão: o privilégio de uma situação historicamente atrasada - e este privilégio existe - autoriza um povo ou, mais exatamente, o força a assimilar todo o realizado, antes do prazo previsto, passando por cima de uma série de etapas intermediárias. Renunciam os selvagens ao arco e à flecha e tomam imediatamente o fuzil, sem que necessitem percorrer as distâncias que, no passado, separaram estas diferentes armas. Os europeus que colonizaram a América não recomeçaram ali a História desde seu início. Se a Alemanha e os Estados Unidos ultrapassaram economicamente a Inglaterra, isso se deveu exatamente ao atraso na evolução capitalista daqueles dois países" (4).

De fato, é somente a partir da Revolução Industrial na Inglaterra dos fins do século XVIII que o processo de constituição do capitalismo adquire uma irreversível força de autopromoção. Com o "salto a frente" de sua indústria, a Inglaterra mantém a hegemonia mundial até fins do século passado. Com sua exportação de capital após 1840 há uma expansão horizontal (da área geográfica) do capitalismo. Depois de 1860 há a exportação também de máquinas e equipamentos e de capital financeiro. Este "arrastava" a indústria inglesa para outros países, que passam a desenvolver a indústria leve, o sistema ferroviário, e, em alguns casos, a indústria pesada.

Uma especificidade da industrialização americana ("atrasada") em relação à inglesa ("originária") era o seu maior grau de mecanização, pela adoção da fronteira tecnológica da época.



O período da Grande Crise de 1873 a 1905 constitui um marco na sua história. Foi quando se iniciou o processo de concentração, seja por razões tecnológicas, com a introdução de processos contínuos (de refinação, de processos químicos, etc.) e de peças permutáveis (execução do produto final por linha de montagem) nas fábricas, seja por razões econômico-financeiras, como o elevado nível de escala mínima de produção (havia um amplo mercado interno a ser explorado) ou, ainda, pelo próprio período de crise. O fato é que a passagem para o capitalismo monopolista se deu através de "trustificação", fusões e holdings.

Na Alemanha - que possuía os setores industriais tecnologicamente mais avançados em relação à Europa: de material elétrico, química pesada e siderúrgico -, como já vimos, a escassez de capitais centralizados nas mãos de capitalistas individuais, capazes de responder às exigências do desenvolvimento das forças produtivas, tornou necessária a formação das sociedades anônimas e deu aos bancos um papel decisivo na íntima associação entre o capital industrial e o bancário.

Outro exemplo marcante de industrialização atrasada é a do Japão. Nela o Estado tomou medidas decisivas para seu fomento: a) doou grande quantidade de bônus públicos aos ex-samurais em troca dos privilégios que lhe haviam sido despojados pela restauração Meiji; estes se transformaram no capital de bancos estabelecidos por ex-samurais de estamento superior e por grandes comerciantes; b) construiu algumas fábricas modernas (originalmente para a defesa ou a agressão militar: indústria naval bélica, siderurgia, sistema de transportes, energia e comunicação), garantindo a infraestrutura; c) concedeu grande quantidade de subsídios à iniciativa privada e transferiu, mais tarde, as principais empresas estatais para as mãos dos grandes grupos econômicos ("zaibatsu"). Desta industrialização ressaltam duas características: primeiro, a formação do conglomerado, com uma não separação entre as órbitas real e financeira, e segundo, a proeminência - em torno de 60% - do setor de bens de produção na estrutura industrial. Por fim, devemos salientar que a tecnologia empregada foi também a mais avançada da época, pois houve a importação de maquinário ocidental e a cópia de sua tecnologia.

Os países retardatários impõem também uma política econômica com a finalidade de superar o atraso. Estabelecem barreiras alfandegárias protecionistas, a fim de subtrair o território

nacional da concorrência do mercado mundial. O resultado foi a criação de um campo propício onde pode germinar o monopólio. A exclusão da concorrência estrangeira, sem dúvida, cooperou para o fomento da formação de cartéis. Isso permitiu a países retardatários como a Alemanha e os Estados Unidos não só igualem como também superarem o capitalismo inglês, especialmente porque se formou uma organização da produção de nível superior. O livre-cambismo inglês tendia a perpetuar a empresa individual e a produção independente, enquanto naqueles outros países se constituíram as sociedades anônimas, os cartéis, os monopólios e a intervenção do Estado na economia, realizando a unificação (centralização e concentração) dos capitais.

Portanto, o capitalismo competitivo, entendido como a hegemonia industrial da Inglaterra, a existência da livre circulação de capitais e mão-de-obra entre os espaços econômicos e a ausência de controle político desse movimento de capitais, foi superado - entre 1880 e 1900 - pela emergência do capitalismo monopolista.

Daí a especificidade histórica da industrialização no Brasil, pelo seu momento: a etapa do capitalismo monopolista. Na verdade, a industrialização no capitalismo tardio nunca se constituiu plenamente; nunca está com suas forças produtivas ao nível das vigentes em escala mundial. A tecnologia da indústria pesada - como vimos, quanto mais atrasado o país no início de sua industrialização, maior a ênfase à indústria de bens de capital - não está disponível no mercado, pelas restrições derivadas da concorrência entre os grandes blocos de capital monopolistas. Além disso, aponta para enormes economias de escala, o que supõe elevadas dimensões da planta mínima e do investimento inicial.

Os grandes riscos do investimento, a insuficiente mobilização e concentração de capitais nas mãos da burguesia brasileira, em face da envergadura do empreendimento, além dela dispor de oportunidades lucrativas de inversão, com um baixo risco, na medida em que percorresse seu "caminho natural", afrontando sempre as linhas de menor resistência, são razões decisivas para o Estado tomar a seu cargo, tal tarefa.

Fica claro, portanto, que a industrialização pesada assume no Brasil características particulares decorrentes da própria condição de se dar num capitalismo tardio. Quando já avançara

mos na montagem da indústria leve, a economia brasileira seria marcada pela existência de um setor produtivo estatal na indústria de base e pela profundidade do processo de internacionalização do sistema produtivo.

Como aponta Tavares, uma razão para a forte presença do Estado e do caráter dominante do capital estrangeiro na "industrialização pesada" brasileira estava em que "os empresários nacionais careciam de instrumentos prévios de mobilização e centralização de capital, necessários a uma concentração de recursos, internos e externos, da magnitude requerida" (5). A estrutura de financiamento e de risco, implícitas na própria estrutura técnica do capital representavam "barreiras à entrada" aos empresários nacionais.

Dai surge uma questão fundamental para nós: por que o capital bancário não teve no Brasil o mesmo comportamento que teve nos países de industrialização atrasada? Uma resposta imediata seria: devido à fragilidade congênita da estrutura financeira do capital no país. Horácio Lafer disse, na época: "temos bancos, mas não possuímos uma organização bancária".

Por exemplo, "faltou no Brasil uma condição básica para um desenvolvimento no estilo do capitalismo financeiro do início do século, um mercado de capitais, ou seja, a condição de que as operações dos bancos não se dessem apenas na área de depósitos ("mercado de crédito") mas também na de investimento ("mercado de capitais")" (6).

De fato, os bancos que atuavam no país eram, em sua quase totalidade, de tipo comercial ou de desconto e depósito. Os bancos nacionais operavam, a grosso modo, com crédito a curto prazo. As estatísticas bancárias, por exemplo, só discriminavam dois tipos de créditos: "empréstimos em conta corrente" e "empréstimos em letras descontadas", ambos caracteristicamente a curto prazo. Além do crédito pessoal (a curto prazo), as espécies de crédito a prazo longo ou médio realizadas pelos bancos nacionais - hipotecário, agrícola, etc. - não tinham grande expressão em confronto com as duas espécies antes assinaladas. Enfim, até 1966 não havia no Brasil esse tipo de instituição - de propriedade privada - denominada "banco de investimento". O que havia era "troca de cebolas": a transformação do crédito de curto prazo em longo prazo, através do endividamento em uma série de bancos, em trimestres seguidos...

Segundo Fontela, "o traço característico da insti-

tuição bancária no Brasil era o seu híbridismo: bancos de depósitos e descontos concediam empréstimos que embora formalmente fossem a prazo curto, transformavam-se em de médio e longo prazo, através de prorrogações de vencimento de títulos ("reformas").

Mas por que o tipo preponderante de negócios efetuados pelos bancos brasileiros eram a curto prazo? Talvez a seguinte resposta não seja muito desacertada: porque os créditos a longo prazo requerem, como condição mais geral, estabilidade econômica e financeira. E isto é algo quase desconhecido na história brasileira, seja devido à permanente inflação, seja devido à nossa economia se basear substancialmente na capacidade para importar, gerada no comércio exterior de alguns produtos, ou mesmo no financiamento externo, fatores submetidos à variabilidade da conjuntura internacional.

O financiamento da indústria de bens de produção requer prazo longo. E este não pode ser aceito, em grande escala, pelos senhores banqueiros. Eles não se aventuravam nos negócios ligados ao financiamento da produção.

De maneira geral, os créditos podem destinar-se ao financiamento: a) da formação real de capital (só nesse caso a criação de instrumentos financeiros se relaciona diretamente com o aumento da capacidade produtiva de um país e, por conseguinte, com seu processo de crescimento a longo prazo); b) do consumo, com fins de manutenção ou ampliação de um determinado nível de demanda efetiva; c) da produção corrente, garantindo uma taxa adequada de liquidez; e d) da aquisição de ativos reais ou financeiros já existentes, com fins especulativos ou de acumulação (7).

No período em análise a atividade dos bancos comerciais se vinculou quase exclusivamente aos dois últimos aspectos, isto é, financiamento da produção corrente e da especulação. "A modalidade operativa do sistema bancário, através do fornecimento de recursos financeiros de curto prazo, só permitiu atender à demanda por recursos destinados à movimentação do capital de giro das empresas. As necessidades financeiras decorrentes dos investimentos fixos e ampliação da capacidade produtiva teria sido satisfeita na base de financiamento interno das empresas, via retenção e reinvestimento de lucros" (8).

Os empréstimos do sistema bancário aos usuários do crédito se regem evidentemente por considerações de rentabilidade,

liquidez e risco das aplicações e não por seus fins sociais ou "desenvolvimentistas". O acesso aos recursos das instituições financeiras está determinado pelas garantias que podem oferecê-las, o que significa, em geral, que só são favorecidos os que já estão instalados nos setores de mais alta produtividade monetária e oferecem portanto, aplicações "seguras" (9). Estes podem ser, por algum tempo, os próprios setores especulativos ... O que verdadeiramente interessa é o cumprimento de sua funcionalidade primordial, ou seja, a de permitir uma mobilidade de recursos financeiros e sua subsequente centralização em favor daquelas atividades que apresentam taxas de rentabilidade mais alta.

Como vimos, no que concerne ao financiamento da expansão industrial do pós-guerra os principais ramos manufatureiros eram demandantes líquidos de recursos ao sistema financeiro, fundamentalmente para capital de giro, pois suas altas taxas de lucro os subsídios implícitos à importação de equipamentos e os créditos de fornecedores desde o exterior, bastavam para financiar as novas inversões na indústria leve. Nessa etapa se trata fundamentalmente de demanda de recursos a curto e médio prazo para financiar a atividade corrente do setor privado e que podem ser providos pelo banco comercial; o problema maior é a longo prazo e começa a aparecer com certa força em relação aos grandes projetos de infraestrutura promovidos pelo setor público e certas inversões prioritárias para o desenvolvimento em setores básicos (10).

A questão era a necessidade de um agente - o Estado - que mobilizasse e concentrasse a massa de capital necessária para fazer a industrialização pesada. E não só na mobilização e centralização de capitais estava posta a tarefa do Estado, necessitava também definir um bloco de investimentos em infraestrutura e cuidar da obtenção no exterior de tecnologia e financiamentos.

Inicia-se a partir do Plano de Metas, em fins de 1956, o novo padrão de industrialização: tanto o tipo de crescimento da capacidade produtiva, muito na frente da demanda pré-existente, como o caráter concentrado do bloco de investimentos, no tempo, não se parecem, em nada, com a anterior etapa da industrialização ("industrialização restringida") (11).

Na verdade, a razão para o longo período de industrialização restringida -de 1933 a 1955- foi porque o Estado brasileiro não estava ainda suficientemente "aparelhado" para a pesada, e para tornar-se contra-partida da grande empresa internacional

(que se expande no pós-guerra).

Olhando a história a posteriori, a primeira metade dos anos 50 pode ser vista como uma etapa dedicada a um esforço radical de modernização do Estado, de "colocá-lo pronto" para o "Plano de Metas. De fato, o esforço de reaparelhamento estatal, que já vinha sendo realizado desde o primeiro Governo Vargas, ganha grande impulso com o surgimento em 1952 de uma intermediação financeira pública de caráter "desenvolvimentista": o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (12).

O papel do B.N.D.E. na industrialização brasileira está ainda por merecer uma pesquisa mais apurada. Foi na década dos 50 o principal órgão de fomento no Brasil, repassando créditos recebidos do BID, BIRD e EXIMBANK, até pelo menos 1959, quando há a célebre "briga" com o FMI. No seu primeiro período dedicou-se aos investimentos em infra-estrutura (energia, aço e transportes), assegurando economias externas baratas ao capital industrial. Importante foi seu papel como "fiscal" do próprio aparelho estatal, atuando para forçar uma racionalização de suas decisões. Na verdade, havia até então somente uma centralização formal do Estado. Este estava dividido em inúmeras repartições, cada qual domínio de frações regionais da burguesia. As agências estatais eram "feudos regionais". O B.N.D.E., visando seu fortalecimento, buscou a unificação e/ou a modernização do aparelho de Estado. Foi, de certa forma, ao mesmo tempo, o instrumento usado pelo Estado para o mobilização do capital necessário à industrialização pesada.

Pois bem, o setor público expandindo progressivamente sua participação no dispêndio global da economia, tanto em termos de gastos correntes quanto em relação ao investimento, sem a contrapartida de mudanças no sistema tributário, não conseguiu expandir concomitantemente sua receita fiscal. O déficit do setor público passou a ser financiado através do mecanismo de emissão primária de papel moeda, que ao ser lançado no sistema de bancos comerciais derivava numa emissão secundária cujo resultado expressou-se pela expansão de dinheiro escritural do total dos meios de pagamento. Caracterizou-se a partir daí um esquema de financiamento inflacionário, decorrente fundamentalmente das modificações do sistema produtivo que, ao provocar uma demanda crescente por recursos financeiros, não encontrou uma resposta apropriada na estrutura financeira, a despeito do surgimento de algumas novas instituições.

Dessa maneira, a inflação funcionou como uma força capaz de dissolver uma certa rigidez da institucionalidade financeira e de proporcionar transferência intersetorial de recursos entre assalariados e empresas, de maneira geral, ou dos setores menos dinâmicos para os de maior potencialidade de crescimento, em particular, através de reajustamento autônomo de preços relativos.

Entretanto, tratava-se de um padrão de financiamento precário. "A inflação como mecanismo de financiamento tende a esgotar rapidamente as suas possibilidades. A partir de um certo patamar da espiral inflacionária, variável conforme a capacidade de defesa e reação dos diversos setores econômicos e sociais, começa a tomar corpo uma série de reações em cadeia, determinadas pela articulação das expectativas de todos os agentes econômicos e sociais, os quais passam a antecipar e extrapolar conjuntamente a tendência inflacionária (...) O sistema de preços torna-se extremamente solidário; qualquer modificação de preços num setor propaga-se quase que instantaneamente aos demais" (13). Assim, ao se desembocar num processo inflacionário aberto, no início da década dos 60, a inflação perde sua funcionalidade. O modelo de financiamento por via inflacionária serviu para a constituição de um Departamento de Bens de Produção (DI), mas não quando se tratava de sua reprodução ampliada.

A inflação foi um dos fatores que exerceram mais influência sobre os bancos comerciais no período 1945-1964. Interessa-nos esclarecer como os bancos conviveram com tão altas taxas de inflação, chegando mesmo a ampliar suas atividades durante anos em que o fenômeno mostrava-se mais agudo. Sabemos que as taxas de juro real foram negativas, ou seja, o custo do capital em termos nominais foi inferior à taxa de inflação, na maior parte do período analisado. Como foi possível ao sistema bancário obter lucros tais que tornavam a atividade uma das mais atrativas? Quais as modificações sofridas pela estrutura e pelo funcionamento dos bancos, "adaptando-os" ao processo inflacionário?

Podemos, partir do Quadro nº 19, que mostra o movimento bancário em Minas Gerais no "período SUMOC". Notamos imediatamente (pelo Quadro), o declínio relativo dos depósitos a prazo nos bancos comerciais que funcionavam em Minas. Se no início do período detinham uma representação de 40%, no final já tinham participação inexpressiva nos depósitos totais. Os depósitos à vista e a curto prazo expandiram-se substancialmente no mesmo período, pas-

QUADRO 19

MOVIMENTO BANCÁRIO EM MINAS GERAIS NO "PERÍODO SUMOC" - BASE 1946 = 100

valores de fim de ano

A N O	E M P R É S T I M O S						D E P Ó S I T O S					E/D [4] [6] %	[3] [6] %	[7] CAIXA EM MOEDA CORRENTE	ENCAIXE [7] [6] %
	[1] EM CONTAS DESCONTADAS		[2] EM CONTAS CORRENTES		[3] TOTAL	[1] [3] %	[4] A VISTA		[5] A PRAZO		[6] TOTAL				
	bilhões antigo	Índice	bilhões antigo	Índice			bilhões antigo	Índice	bilhões antigo	Índice					
1946	2854	100	2729	100	5583	51	2858	100	2036	100	4934	59	113,2	457	9,3
1947	3009	105	2720	100	5729	52	3185	110	1910	94	5095	62	112,4	462	9,1
1948	3212	112	2812	103	6024	53	3300	117	1982	97	5272	66	112,1	522	9,7
1949	3542	123	3334	123	6896	52	4059	140	2135	109	6254	65	111,9	622	9,8
1950	4247	149	4000	146	8247	51	4914	169	2677	131	7591	65	107,0	741	9,3
1951	4944	173	5003	165	9947	50	5867	206	2846	130	8613	69	115,9	854	9,6
1952	5336	187	5095	186	11331	47	6147	212	2420	118	8567	72	122,3	897	10,5
1953	7058	247	7253	266	14321	49	8481	293	2623	129	11103	76	129,9	1154	10,4
1954	9719	305	10006	366	19719	47	10676	368	3120	153	13796	78	136,1	1370	10,6
1955	9171	321	10520	383	20053	46	12294	424	2571	126	14866	83	134,8	1576	10,5
1956	11406	400	11243	412	22578	50	14154	488	2391	117	16545	85	139,6	1826	12,9
1957	14288	500	12464	457	26975	53	20315	701	2457	121	22772	89	119,5	2152	10,6
1958	15434	545	14674	536	30374	55	24254	837	2504	143	27159	89	122,9	2683	11,1
1959	25163	882	16689	612	42204	60	33933	1171	3406	167	37342	91	113,0	3205	10,3
1960	34745	1217	20663	754	55545	62	47269	1646	3377	168	51146	93	109,4	4623	9,7
1961	50573	1772	27851	874	74760	68	69840	2410	3041	149	72681	96	102,6	7498	10,7
1962	63035	2326	35453	1409	122414	68	103367	3774	3166	156	112553	97	106,8	11401	10,4
1963	123515	4237	54442	1995	175219	69	159409	5500	3530	173	162840	98	108,1	18388	11,5
1964	237771	8331	80735	2958	318517	74	298857	10312	2908	143	301765	99	105,9	31066	10,4

Fonte: Movimento Bancário - Ministério da Fazenda.



sando a representar para os bancos a parcela de maior relevo na captação de fundos. "O fenômeno de fuga dos depósitos a prazo decorreu essencialmente da combinação entre a inflação e as limitações impostas pelas Autoridades Monetárias quanto ao pagamento de juros sobre depósitos por parte dos bancos" (14). Uma consequência do fenômeno foi a redução do prazo médio das operações de empréstimos. Os depósitos à vista nada mais eram que extensões das caixas das empresas, e, portanto, dotados de grande mobilidade. Logo, os empréstimos concedidos com base nesses recursos tinham de ser também vencíveis a curto prazo. O encurtamento do prazo de operações de crédito se traduziram num aumento da velocidade de rotação dos recursos à disposição do sistema bancário. "Criava-se com frequência uma incompatibilidade entre os prazos de endividamento das empresas junto aos bancos e aqueles necessários ao financiamento do ciclo de produção e resgate final da duplicata pelo cliente. Uma das manifestações mais eloquentes do desajustamento entre os dois prazos mencionados foram os inúmeros casos de concordatas registrados no período" (15).

Outro fenômeno, (conforme Quadro 20), decorrente do anterior, é o declínio relativo dos empréstimos "em conta corrente" em favor dos "em letras descontadas". As operações de descontos de títulos comerciais passaram a ser preferidas porque os prazos eram menores e porque a realização ou não da transação era decidida em cada oportunidade em que se discutia um novo negócio. A Lei de Usura não era aplicada em relação aos descontos. Além disso, as operações de redescontos junto às Autoridades Monetárias constituíam, no período em exame, a principal alternativa de recursos dos bancos de pois dos depósitos (16). O fato é que, em consequência, as necessidades de crédito a médio e longo prazo ficaram em sua maior parte, desatendidas.

Característico também do período de evolução bancária que terminou em 1964 foi o contínuo aumento dos depósitos compulsórios a que foram submetidos os bancos comerciais, com o fim de evitar o impacto inflacionário provocado pela expansão de meios de pagamentos para cobrir déficits do orçamento federal. A emissão de papel moeda afluía ao sistema bancário, onde propiciava uma expansão primária de depósitos e, posteriormente, uma expansão secundária através do efeito multiplicador. Exatamente para evitar esse impacto inflacionário, ou ao menos reduzi-lo, as Autoridades Monetárias procuraram conter a expansão de crédito por parte dos bancos comerciais, aumentando os percentuais de depósitos compulsórios. En

tretanto, na prática, não se atingia o objetivo visado, pois os depósitos compulsórios dos bancos comerciais eram colocados à disposição do Banco do Brasil, sob a forma de depósitos em conta à ordem da SUMOC, integrando-se na caixa geral das Autoridades Monetárias. Como o Banco do Brasil, depositário dos recursos, fazia ao mesmo tempo operações típicas do Banco Central e operações normais de banco comercial, ele utilizava as reservas compulsórias para financiar o déficit do Tesouro e conceder crédito ao setor privado, ou seja, não retirava de circulação os depósitos compulsórios.

Na parte propriamente operacional dos bancos comerciais uma das características mais marcantes do período em questão foi o substancial aumento verificado nos custos totais. Segundo Bouzan, "a principal explicação para o fenômeno está associada à maneira como os bancos comerciais reagiram à inflação, à impossibilidade de remunerar adequadamente os depósitos recebidos e à própria forma pela qual se manifestou a concorrência entre eles" (17).

Não pagando juros condizentes com a desvalorização da moeda, os bancos, como já vimos, perderam gradativamente os depósitos à prazo. Restaram-lhes os depósitos à vista, que eram disputados avidamente, pois com o processo inflacionário todo o dinheiro depositado junto aos bancos levava implícito um subsídio a favor do banco, já que as taxas de juros eram crescentemente negativas.

Por outro lado, os bancos conseguiam ultrapassar os 12% a.a. de limite estabelecido em lei (Lei de Usura) por ocasião dos empréstimos que faziam às empresas e indivíduos, através de três artifícios principais:

a) juros cobrados por fora: esse era o expediente mais grosseiro; consistia na cobrança de juros extras sem qualquer escrituração contábil pelo banco e pelo mutuário (18);

b) sobrecarga nas comissões bancárias: os bancos, além dos juros, cobravam dos mutuários diversas comissões (de abertura de crédito, de cobrança, etc.) e taxas (de porte e solo, de expediente, etc.).

Essas comissões, devidamente infladas, elevavam a taxa nominal efetiva de juros muito acima dos limites da Lei de Usura. Era o artifício mais amplamente utilizado, sendo que em anos de altas taxas de inflação a renda proveniente das comissões era até mais importante do que a de juros;

c) contas vinculadas (ou saldos compensatórios): este método, o mais refinado dos três, consistia em exigir que o mutuário contraísse um empréstimo maior do que necessitava, em montante ou em prazo,

ficando uma parte depositada em conta vinculada, até a liquidação da dívida. Sendo os juros desses depósitos bem inferiores aos do empréstimo, os juros efetivos sobre os saldos devedores elevavam-se bem acima dos limites envolvidos no contrato. Para os bancos, os empréstimos desse tipo tinham o inconveniente de provocar aumento dos depósitos compulsórios a ordem da SUMOC (pois a conta de depósitos dos bancos aumentava artificialmente), daí sua menor utilização (19).

Na verdade, em boa parte do período analisado (como podemos verificar pelo Quadro IV-I-A.E.), apesar desses expedientes adotados pelos bancos para cobrar taxas de juros mais realistas, essas taxas ainda eram negativas, tal era o ímpeto inflacionário. A estrutura da taxa de juro efetiva sobre empréstimos sofreu grandes modificações no período: de 1952 a 1955 a taxa não só foi relativamente estável, mas também parece não ter estado longe do máximo legal de 12%. Daí em diante, entretanto, a taxa cobrada aos tomadores de fundos bancários aumentou a um ritmo firme até 1960, a partir do qual subiu forte e continuamente até 1964.

Por outro lado, as taxas efetivas pagas sobre os depósitos bancários foram, em média, notavelmente estáveis. Aparentemente, os bancos não concorriam em termos de taxas de juros pagas aos depositantes (20).

Pois bem, constata-se assim um aumento crescente da diferença entre taxas cobradas aos usuários dos fundos bancários e taxas de juros pagas aos supridores de fundos. E, ao que parece, a inflação foi responsável por grande parte das causas que estavam por trás do fenômeno, já que o aumento da diferença, foi mais notável nos anos em que os valores monetários deterioraram mais rapidamente. Portanto, a razão pela qual o sistema bancário pode obter lucros substanciais foi que, em termos reais, os ganhos líquidos dos bancos resultaram da diferença entre duas taxas de juros negativas, isto é, a que foi cobrada dos tomadores de empréstimos e a que foi paga aos depositantes, tendo a última magnitudes negativas maiores que a primeira.

Compreende-se então, como mostra Christoffersen, porque "o setor bancário na economia brasileira foi bem sucedido durante o período em estudo. Ele certamente não sofreu com a inflação, uma vez que, bem ao contrário, os anos de mais forte inflação no Brasil (1961-64) foram também o período durante o qual

os bancos aumentaram mais rapidamente a relação entre os lucros líquidos e os empréstimos a vencer. Isso foi conseguido apesar de uma grande aceleração nos custos bancários, que resultaram principalmente de grandes aumentos nas despesas de pessoal e abertura de novas agências. A fim de que esses dois aumentos pudessem ocorrer simultaneamente, a receita bruta dos bancos teve que expandir consideravelmente. Isso foi possível aumentando-se substancialmente o custo total de tomar empréstimos no sistema bancário, através do aumento das comissões e emolumentos acrescidos às taxas nominais de juros (isto é, aumentando-se as taxas de juros efetivos) (21).

Devemos notar que, pagando-se uma taxa de juro real negativa, a demanda pelo crédito bancário era sempre maior que a oferta. "Em tais condições, conseguiam melhor posição no mercado de crédito a curto prazo não os bancos que eventualmente cobrassem uma taxa de juros mais baixa em termos nominais, posto que não era na taxa (preço) que se colocava a disputa, mas sim no volume de crédito que o banco era capaz de suprir aos seus clientes (...). Nessas circunstâncias, tornava-se imperativo para o sucesso dos bancos - e talvez à sua sobrevivência - ampliar a capacidade de captação; ou seja, ampliar a sua rede de agências de forma a ir buscar os depósitos onde quer que eles pudessem ser encontrados" (22). Como grande parte dos custos bancários são do tipo fixo ou semi-fixo, temos que o aumento da rede de agências, não acompanhado de crescimentos reais nos empréstimos oferecidos pelos bancos, implicou necessariamente no aumento dos custos médios dos bancos.

Portanto, tendo se formado um apreciável diferencial entre as taxas nominais pagas aos depositantes e as cobradas aos tomadores (o que está na raiz do lucro bancário), os depósitos bancários tornaram-se mercadoria sobremodo atraente. Ora, a maneira mais eficaz de captar depósitos é abrir um máximo de agências - que, em última análise, consistem numa aproximação entre o banco e o cliente.

Assim, sem preocupação com estrutura de custos, os bancos ampliaram consideravelmente sua rede de instalações.

Esse processo de expansão da rede bancária (Veja Quadro 20 do Anexo Estatístico) deu-se por um mecanismo duplo: a transformação de instituições já existentes em uma de proporções maiores (fusão ou encampação) e abertura de novas agências, além - caso raro - da concessão de algumas novas cartas-patentes.

Na verdade, até o fim da II Guerra Mundial, como vimos, predominava um padrão de crescimento bancário cuja característica era a pouca concentração das unidades bancárias. A multiplicação de agências era acompanhada por um ritmo mais acelerado de criação de novas empresas no setor. A partir de 1945, pelo contrário, se evidenciou uma nova forma, onde a multiplicação das agências continuou, mas, desta vez, acompanhada por um processo de concentração do capital bancário. Assim é que em 1944 se atingiu o máximo de bancos já existentes no Brasil - 663 matrizes, com 1796 agências. Vinte anos depois, em 1964, o número de matrizes já tinha caído para menos da metade - 328 -, e o de agências subido para 6.389.

Sem dúvida há um vínculo entre a política econômica vigente e a concentração bancária: além de que, com a SUMOC, começam a se operar limitações na concessão de cartas-patentes para novos estabelecimentos, é nos períodos de aceleração inflacionária, com política liberal de créditos, que os bancos encontram condições propícias para uma expansão interna (através de reinversão de lucros retidos); pelo contrário, a adoção de política econômica de contenção inflacionária significa uma tendência à eliminação ou fusão com unidades mais sólidas por parte dos bancos que detinham uma posição mais marginal e débil no mercado bancário (23).

Acompanhemos alguns traços históricos da evolução bancária brasileira após a II Guerra Mundial (24).

Como vimos, em 1944 uma crise bancária se esboçava e o Governo foi obrigado a tomar medidas cautelosas, robustecendo a Caixa de Mobilização Bancária (CAMOB) e criando a SUMOC em 1945.

Em 1946, em consequência dos abusos facilitados pela inflação à improvisação de banqueiros, foi assinado decreto-lei pelo qual os bens dos diretores dos Bancos e Casas Bancárias, sujeitos à liquidação extra-judicial, respondiam solidariamente pelas obrigações que a empresa bancária houvesse assumido, durante sua gestão. No mesmo ano verificou-se a falência de pequenos bancos, com prejuízos quase totais para seus depositantes. E as medidas adotadas pela SUMOC não passaram da decretação de liquidação extra-judicial. Mas a CAMOB teve uma ação mais concreta, evitando o pânico na praça e vencendo a crise.

O Governo Dutra foi a fase histórica (com exceção do pós-64) de maior hipertrofia da política anti-inflacionária. Todas as medidas de política econômica do período visavam à estabilização. Tanto que em 1947/48 foi logrado o menor índice de inflação da história econômica contemporânea do Brasil.

Pois bem, no pós-guerra, visando uma restrição do crédito (considerado foco de pressão inflacionária), a taxa de descontos na Carteira especializada do Banco do Brasil foi elevada para 8%, o que não afetava os estabelecimentos antigos e mais sólidos, mas fez com que pequenos bancos e casas bancárias "quebrassem". Delineia-se uma grave crise bancária no Distrito Federal em outubro de 1946. Há uma sucessão de falências registradas nos primeiros meses de 1947, principalmente na praça de São Paulo. A crise foi dominada porque a CAMOB socorreu os bancos (25).

Em junho de 1948 há uma verdadeira "fome de crédito" no país. Escuta-se uma "grita" generalizada. Em reunião com todos os banqueiros, o Ministro Correa e Castro facilita novas operações de redesconto.

Por outro lado, havia a questão da moratória dos pecuaristas, que se encontravam numa embaraçosa situação financeira, premidos pelas dívidas que assumiram para com os bancos durante a especulação com o zebu. A reivindicação geral era a de que o Tesouro Nacional arcasse com parte dos prejuízos havidos nos negócios "nem sempre muito bem conduzidos, pelo menos na parte de previsão". Os banqueiros justificavam seu pedido argumentando que o governo estimulou tais negócios, mediante a concessão de créditos pecuários através do Banco do Brasil. Na verdade, foi fácil debitar ao Tesouro Nacional parte dos prejuízos dos pecuaristas, e de fato, diminuir o risco dos banqueiros...

O fato é que nos cinco anos pós-guerra já tinham sido fechadas 94 casas matrizes, de bancos e casas bancárias, em todo o Brasil. Interessante notar que, em Minas, haviam em 1944 - auge da expansão - 60 matrizes de estabelecimentos bancários; já em 1948 esse número tinha baixado para 37.

Outro acontecimento sobre o qual devemos chamar a atenção é a questão da nacionalização. A Constituição de 1946, mais liberal que as duas anteriores, limitou-se a prescrever, com relação aos bancos no Artigo 149: "A Lei disporá sobre o regime dos bancos de depósitos, das empresas de seguro e capitalização e de fins aná-

logos." Portanto, não adotou, como as Cartas que a precederam, qualquer medida restritiva das atividades dos estabelecimentos bancários estrangeiros. Estabeleceu-se, desse modo, um ambiente mais favorável, do qual resultou novo desenvolvimento da rede de bancos estrangeiros (sem, porém, alcançar o nível relativo do período anterior à II Guerra).

Além das filiais do "First National Bank of Boston" e do "National City Bank of New York" (26), outros estabelecimentos do exterior procuraram iniciar atividades em território nacional. Assim é que, no decorrer de 1948, houve a inauguração do Banco Francês e Brasileiro S/A., correspondente do "Crédit Lyonnais". O Banco Francês e Italiano para a América do Sul, um dos estabelecimentos cujas atividades foram encerradas por decreto em 1942, devido à parcela de capital italiano, cuidou de sua reconstituição, como subsidiário do "Banque de Paris et des Pays-Bas", do "Banque de l'Indochine", ambos franceses, e do "Banco Commerciale" de Milão, Itália. Ficou, porém, definitivamente nacionalizado o Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais.

A contenção do crescimento da rede bancária foi um dos objetivos buscados pela SUMOC desde sua criação, em 1945. O mercado, saindo do "boom" do crédito dos anos da Guerra, vinha mostrando sinais evidentes de saturação, resultado de uma concorrência exacerbada. Praças pequenas, sem maiores possibilidades, se viam de repente tornadas objeto do interesse de estabelecimentos que lá instalavam agências. Em vez de aumentar os recursos disponíveis na região, a agência bancária servia de dreno para os poucos recursos locais (transformavam-se em bombas de sucção de capitais, que iam beneficiar a matriz em outro Estado ou município). Devemos observar sobre essa questão, como veremos mais adiante, que em que se pese esse fenômeno poder ter ocorrido a nível micro (interno a cada empresa bancária), a nível macro, ou seja, enquanto transferência de fundos bancários de uma região "periférica" para o centro econômico mais avançado, não se verificou. Podemos mesmo levantar a hipótese de que o Banco do Brasil tenha "contrabalançado" uma eventual extração dos recursos da "periferia" pela rede privada.

Por outro lado, estabelecendo grande concorrência por depósitos, ofertando juros elevados aos depositantes, encarecia-se o dinheiro a ser movimentado em empreendimentos econômicos e tendia-se

a fazer aplicações especulativas, para compensar a elevação de seus custos. Diversas medidas foram postas em prática pela SUMOC, tendo em vista disciplinar o sistema bancário. Dentre elas, cumpre destacar a exigência de capital mínimo, conforme a zona de operação, sempre que se tratava de conceder carta-patente para a fundação de novos bancos.

Pela Instrução nº 33, de 17 de agosto de 1950, "no exame dos pedidos de autorização para abertura de agências, filial ou escritório de estabelecimento bancário, a Superintendência levará em conta, além do capital e de outras condições de ordem geral, a capacidade da praça visada, o número de agências que o estabelecimento pretendente já possua em face do seu movimento e do tempo de seu funcionamento".

Menos de um ano depois, em 20 de junho de 1951, a SUMOC, pela Instrução nº 37, passava a levar em conta também "o número ideal de filiais admissíveis na localidade, quer em face de seu potencial econômico, quer diante da relação entre o volume global dos depósitos e aplicações já ali existentes" (27).

As operações bancárias na segunda metade de 1950 deram um lucro vultoso, devido ao inusitado recrudescimento da inflação: o papel-moeda emitido em 1950 ultrapassou o próprio "déficit" da União. Além disso as expectativas criadas pela eclosão da Guerra da Coreia, que levaram o Governo a formular uma política de forte endividamento externo para financiar as importações adicionais, uma política de crédito oficial fácil, e as mais altas taxas de investimento dos dois decênios anteriores, representaram forte estímulo à intensificação inflacionária. A taxa inflacionária saltou de 7,1% em 1949, para 11,7% em 1950 e 16,4% em 1951 (28).

Isto se refletiu nos negócios de crédito, fazendo mais uma vez com que um banco se tornasse uma das melhores atividades (a rentabilidade média do capital dos bancos atingiu 18,9% contra 15,3% em igual período do ano anterior). É verdade que dentro do sistema bancário houve flutuações: os grandes bancos firmaram seu prestígio; foram eles os que mais se beneficiaram com os novos depósitos, e houve mesmo deslocamento de depósitos dos pequenos para os maiores, fenômeno atribuído à Instrução nº 34 da SUMOC. Como já vimos, deixando inalteradas as taxas de juros sobre empréstimos, mas limitando as que deveriam ser pagas aos depositantes a níveis mais baixos que os pagos pelas casas bancárias e pequenos bancos,



esta Instrução provocou aquela mutação. Em virtude disso a rentabilidade dos pequenos institutos de crédito não acompanhou a dos grandes, o que contribuía para acentuar a concentração bancária.

Entretanto, em 1951, são impostas restrições através da Carteira de Redescontos, para controle da inflação. Os bancos particulares dos maiores centros econômicos - Distrito Federal, São Paulo e Minas Gerais - experimentaram queda no volume e no valor de suas operações de redescontos. Com isso retardou-se o ritmo dos negócios, notadamente quanto ao escoamento das safras agrícolas. As melhorias introduzidas na lavoura e na pecuária eram feitas quase que exclusivamente com os recursos auferidos da própria atividade. Daí porque os financiamentos feitos pela Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil e as operações bancárias de desconto com os produtos agrícolas no interior vinham se constituindo em grande auxílio ao setor rural. As queixas contra a retração do crédito surgem não apenas nas áreas agrícolas, mas também nos círculos comerciais e industriais. Para contentar ao maior número de clientes, os bancos, pressionados pelas exigências do redesconto, foram obrigados a operar em prazos mais curtos do que os tradicionalmente utilizados. O dinheiro tornou-se, dessa forma, escasso e caro.

Na verdade, o emprego excessivo do redesconto para outros fins prendeu-se, no passado, a dois motivos: primeiro, o financiamento de despesas públicas por meio de artifícios monetários; segundo, o objetivo de tornar possível a determinados bancos a dilatação dos seus negócios muito além do limite a eles imposto pelos seus próprios recursos. Em ambos os casos, o exagero dos redescontos levou a uma desmedida expansão do crédito e a transações prejudiciais à estabilidade da economia. O redesconto, por seu fim precípua, deveria cingir-se a efeitos comerciais a curto prazo, para que pudesse corrigir as dificuldades passageiras que se antepõem ao financiamento da comercialização realizado por bancos particulares. No caso do Brasil, a necessidade dessa medida era sensível, especialmente durante o escoamento da safra do café.

Nos últimos meses de 1952, há uma melhoria no movimento bancário, principalmente em São Paulo, devido à elevação do papel-moeda em circulação no país, ao escoamento das safras de algodão e café e, finalmente, à crise do comércio externo, que fez com que reduzisse a procura de financiamento pelos importadores, aumentando assim as disponibilidades para os empréstimos aos demais setores.

Entretanto, entendia o Ministro da Fazenda - Horácio Lafer - que estaria o crédito servindo pouco à produção básica - gêneros alimentícios, agrícolas, etc. - e, sob influência de um regime pouco flexível de negócios bancários, sendo cada vez mais atraído para as transações imobiliárias e outros empreendimentos de caráter especulativo. Os banqueiros retrucaram com fortes críticas à política econômica-financeira do governo federal, referindo-se especialmente a erros cometidos nas políticas monetária, cambial e comercial.

A situação dos bancos no primeiro semestre de 1953 não era ainda boa, mas também não indicava perspectivas sombrias. Refletia as aperturas da conjuntura econômica difícil pela qual passava o país, com seus negócios externos drasticamente reduzidos. A escassez de financiamentos tinha se agravado em São Paulo, concomitantemente com a elevação da procura de créditos, devido à retenção do café que sobrou das geadas e aos reduzidos embarques de algodão. Ao lado disso, ainda se processava a fuga em larga escala de recursos para os negócios imobiliários. Acreditavam os "círculos financeiros" que seria impossível tolher esse deslocamento das aplicações em casas e terrenos enquanto não cessassem as avultadas emissões: a contínua depreciação da moeda não encontrava outro derivativo, senão o dos investimentos imobiliários.

No primeiro trimestre de 1954, não aguentando as pressões, a SUMOC libera as taxas de juros sobre depósitos bancários, assumindo o risco de uma corrida entre os bancos, na disputa, a qualquer preço, dos depósitos do público (29). A medida tomada pela SUMOC objetivou atrair, para os bancos, depósitos do público, de maneira que os estabelecimentos de crédito pudessem atravessar esta época de desgaste de seus depósitos, desgaste operado pelas exigências da Instrução nº 70, no que diz respeito ao pagamento em cruzeiros ao Banco do Brasil, das cambiais leiloadas de importação "antecipadas". A situação de muitos bancos era difícil para atendimento de seus negócios, à mingua de depósitos; em alguns casos, a Carteira de Empréstimo foi fechada, ou passou a operar em bases menos elásticas.

Medidas restritivas do crédito passaram a atuar depois de outubro de 1954. Finalmente, em dezembro, entram em liquidação extra-judicial vários estabelecimentos bancários, principalmente em São Paulo. Em Belo Horizonte entrou em falência o Banco Finan

cial de Produção (30). Quebram bancos que cometeram erros de técnica bancária, invertendo, quase na sua totalidade, os depósitos do público em investimentos imobiliários a longo prazo, comprometendo, assim, sua liquidez. Na maioria das vezes a especulação imobiliária era feita por conta própria do banqueiro: enquanto se esperava uma "valorização" dos prédios e terrenos, o banco ia utilizando o Redesconto e a Caixa de Mobilização Bancária...

Nos primeiros meses de 1955, ao tempo em que a Carteira de Redescontos reduziu seu movimento, assistiu-se a uma crise bancária, que resultou no sacrifício de alguns estabelecimentos de crédito, na intervenção extra-judicial de outros, e numa "corrida" a que foram submetidos até mesmo bancos de largo projeção e alto nível de liquidez.

Na verdade, a liquidação extra-judicial solicitada pelo Banco do Distrito Federal precipitou a crise bancária, que se esboçara com o fechamento de alguns estabelecimentos em São Paulo, em Belo Horizonte e no Rio, envolvidos diretamente em negócios imobiliários. No curto espaço de 48 horas, animada em boatos cuja origem não foi perfeitamente caracterizada, uma "corrida" de largas proporções se fez aos guichês de numerosos bancos do Distrito Federal, sendo que um deles - o Banco Delamare - não obstante seu alto índice de liquidez, foi obrigado a fechar as portas por algumas horas, enquanto recebia auxílio da SUMOC e da Caixa da Mobilização Bancária.

A política de restrições ao crédito adotada pelo Governo nos últimos tempos, consubstanciada na Instrução nº 108 da SUMOC, desestimulou a aceitação de depósitos e criou embaraços ao movimento de descontos e empréstimos. Ao mesmo tempo, as Autoridades Monetárias iniciaram uma campanha de vigia, em relação a operações que vinham sendo processadas pelos bancos e que eram consideradas marginais e inflacionárias. A atuação do governo determinou o retraimento das atividades bancárias em geral e forçou o fechamento de alguns estabelecimentos de crédito. Daí o pânico que se apossou da massa de pequenos depositantes, notadamente dos que operam em contas populares. A demora do recebimento de seus depósitos realizados nos bancos fechados criou intranquilidades. Logo que o Banco do Distrito Federal requereu liquidação extra-judicial teve início a "corrida".

No dia 6 de maio de 1955, através da Instrução nº 116 da SUMOC, o Ministro da Fazenda, José Maria Whitaker, derrubou a política de restrição ao crédito adotada por Eugênio Gudim e consubstanciada na Instrução nº 108 daquele órgão. Com o novo Diploma, foram restabelecidas as percentagens dos depósitos obrigatórios dos bancos, à ordem da SUMOC, em vigor desde o tempo de Oswaldo Aranha (e não de 50% dos acréscimos dos depósitos, como estava vigorando). Do mesmo modo, mandou a Instrução nº 116 restituir aos bancos os depósitos feitos superiores às antigas percentagens e restabeleceu a taxa de redesconto de 6%. Com a adoção dessas providências, que representaram um passo atrás no caminho da contenção do crédito, os bancos passaram a ter mais dinheiro em seu poder, a depositar à ordem da SUMOC parcelas menores dos depósitos novos, e puderam, com a taxa de redescontos rebaixada de 8 a 10% para 6%, movimentar com tranquilidade seus negócios. Sem dúvida, o Sr. José Maria Whitaker aparece na cena histórica dos bancos da maneira mais oportuna, para eles...

Os círculos bancários agitaram-se novamente em 1958, diante das medidas que novamente o governo tomava no sentido de restringir o crédito, uma das quais foi a determinação da SUMOC fazer concentrar no Banco do Brasil todos os depósitos de órgãos públicos e autárquicos (apesar dos bancos privados pagarem maiores juros por depósitos). As entidades de classe dos banqueiros entraram em "pé-de-guerra" contra o Governo. Segundo elas, o projeto de lei que elevava os índices de depósitos compulsórios à ordem da SUMOC visava apenas beneficiar o Banco do Brasil que, como receptor da SUMOC, passava naturalmente a manipular desses recursos, particularmente para atender às necessidades do Tesouro Nacional.

O cerceamento do crédito, agravado com a crise do café, atingiu a Rua XV de novembro em São Paulo - a Wall Street paulista - (calculava-se que o café representava no setor dos bancos particulares, 31% do potencial de negócios de todo país); isto originou em 1958 o fechamento e a fusão de vários bancos. No período de julho de 1958 a junho de 1959, 12 estabelecimentos entraram em liquidação extra-judicial e houve 13 encampações (31), entre as quais a do Banco Nacional do Comércio e Produção, pelo Lavoura e a do Sotto Maior S/A., pelo Nacional de Minas Gerais. Em agosto de 1959 fechava o Banco da Cidade de Juiz de Fora, que não dispunha mais de numerário para atender os saques dos clientes.

Não apenas pequenos bancos suspenderam suas atividades e pediram liquidação extra-judicial, alguns grandes institutos bancários sofreram as consequências do abalo, suportando "corridas", o que levou a Caixa de Mobilização Bancária, o Banco do Brasil e a SUMOC a prestar-lhes assistência.

Essa crise deixou clara a necessidade de uma operação de saneamento do sistema bancário, de uma fiscalização mais rigorosa e da criação de um Banco Central, reivindicação antiga dos analistas do sistema financeiro brasileiro. Houve época em que surgiam bancos todos os dias, pois havia sempre dinheiro flutuante, o dinheiro da inflação, à espera de operações especulativas. Era então muito fácil encontrar depositantes de folego, notadamente na área oficial - institutos e autarquias - a troco de propinas e remunerações extras. Os recursos assim conseguidos, na vertigem inflacionária, empregavam-se, a juros extorsivos, no mesmo instante, notadamente na corrida imobiliária, campo de negócios que ensejava uma alta rentabilidade de capitais. O fato era que o Brasil estava cheio de pequenos bancos e casas bancárias a trabalhar na agiotagem. Além disso, casos de "operações triangulares" eram frequentes. Era comum bancos que ofereciam juros acima dos tetos legais anunciarem a fraude... de outros.

Assim, os próprios grandes bancos estavam interessados em ver disciplinadas as atividades bancárias, por três razões: a) para limitar as "transações triangulares"; b) para eliminar os institutos que só vivem graças às carteiras especializadas do Banco do Brasil; e, finalmente, c) para estabelecer uma "hierarquia bancária" que contribuiria para sanear definitivamente todo o setor bancário; ou seja, dexaria "campo livre" para suas ações...

E, de fato, seus desejos foram realizados. O vasto movimento de concentração bancária, já observado no período pós-guerra, continuou na década dos 50 e acentuou-se na dos 60. Sem dúvida, medidas institucionais contribuíram para tanto. Por exemplo, certo pânico no seio dos depositantes de alguns bancos, alcançados por medidas mais rigorosas das Autoridades Monetárias, ocasionou maior canalização de recursos dos bancos menores para os maiores..

Por outro lado, como vimos, as crises bancárias motivadas por políticas de estabilização (de contenção inflacionária) desencadearam sempre fechamentos, fusões e encampações. No caso dos bancos mineiros, citemos alguns casos que exemplifiquem o processo :

o Lavoura, além do Banco Nacional do Comércio e Produção S/A., com sede no Distrito Federal, incorporou o Banco Vera Cruz S/A. em 1959, com sede na capital mineira, o Banco de Itajubá em 1957 e agências do Banco do Distrito Federal. Em 1961 houve o caso da incorporação do Banco Crédito e Comércio de Minas Gerais S/A pelo Banco de Minas Gerais S/A (BMG) que já tinha, ao ano anterior, assumido o controle acionário do Banco Delamare. O Banco Mercantil de Minas Gerais incorporou em 1955 o Banco Industrial de Minas Gerais. Em 1956, o grupo Moreira Salles adquiriu a maioria das ações da Cia. Fiduciária, até então dominada pelo Grupo Spitzman Jordan, com o que passou a controlar o Banco do Comércio. A fusão dos dois estabelecimentos - Moreira Salles e Comércio - originaria a criação de um dos mais poderosos bancos privados do país.

Duas são as noções relativas à concentração das atividades econômicas geralmente utilizadas: a primeira cogita da distribuição do volume de atividades entre as empresas, merecendo especial interesse a participação das pequenas e das grandes unidades no todo; a segunda detém-se no aspecto espacial da distribuição do fenômeno, isto é, observa sua distribuição através das regiões geo-econômicas ou dos estados e municípios.

Examinemos inicialmente o primeiro aspecto. Para investigar essa concentração é preciso levar em conta o volume de negócios das diferentes categorias de bancos. Daí a necessidade de, preliminarmente, classificá-los,

O critério de agrupá-los pelo vulto do capital não é satisfatório, pois alguns bancos de capital relativamente módico, notadamente os bancos estrangeiros, abarcavam uma parcela substancial dos negócios; com o Banco do Brasil sucedia o mesmo, pois seu capital ficou muitos anos fixado em 100 milhões de cruzeiros ("velhos"), e, no entanto, absorvia, de longe, a parte mais importante do movimento total. Também os bancos mineiros não incorporavam, periodicamente, o lucro acumulado ao capital aplicado, com o que esse ficava modesto, dando a impressão de rentabilidade proporcionalmente mais elevada... Portanto, o caminho mais apropriado parece ser o grupamento das empresas bancárias pelo volume de depósitos.

Pesquisamos quais foram os vinte maiores bancos brasileiros, por ordem de volume de depósitos, ano a ano, de 1935 a 1964. O resultado dessa investigação está apresentado no Apêndice Estatístico.

Por ele podemos chegar a observações interessantes , Primeiro, nota-se a predominância absoluta do Banco do Brasil face aos outros bancos (o que é confirmado pelo Quadro IV-2-AE). E, gradativamente, ele vai captando mais depósitos proporcionalmente ao restante do sistema bancário. Lembremos que, na década dos 50, a SUMOC determinou que todos os órgãos públicos e autárquicos concentrassem seus depósitos no Banco do Brasil. Além disso, ele gozava do privilégio de acumular as funções de banco comercial com as de Autoridade Monetária, recebendo todos os recolhimentos compulsórios dos demais bancos. Essa tendência de acumular cada vez mais, relativamente, volume de depósitos se acentua no início da década dos 60, tendo o seu auge em 1964 (com quase 60% do total de depósitos realizados no país), época de crise política.

Outra tendência que podemos verificar é a perda de posição dos bancos estrangeiros. Depois do "golpe" da onda de nacionalização do período da Guerra, de 1946 a 1964 vão gradualmente perdendo o destaque que tinham em outras épocas.

Indubitavelmente, salta à vista as posições dos bancos mineiros no ranking nacional. Principalmente no período pós-guerra, os bancos com sede em Minas Gerais estão sempre em postos de realce, concorrendo ferozmente com os bancos de São Paulo, Estado de economia muito mais poderosa. Os bancos cariocas não se destacam, com exceção do Banco Boavista e do Hipotecário Lar Brasileiro.

Quanto aos bancos mineiros deve-se chamar atenção para os seguintes fatos: o Lavoura de 1947 a 1964 só perde a 1a. colocação entre os bancos brasileiros privados de maior volume de depósito em 1951 a 1952; a ascensão do Nacional foi extraordinária: fundado em 1944, em 1949 ocupava o 21º posto, oito anos depois, em 1957, já conquistava a posição de segundo maior banco privado brasileiro, mantendo-a pelo menos até 1964 (ano final de nossa pesquisa). O Comércio e Indústria e o Moreira Salles sempre ocuparam postos de relevo, o primeiro mostrando sintomas de decadência e o segundo de ascensão.

Os três bancos governamentais mineiros apresentaram performance diversa: o Crédito Real sempre entre os cinco primeiros, sendo que nos dois últimos da série - 1963 e 1964 - estava abaixo só

do BANESPA e do Banco do Brasil (em todo o período investigado, os dois maiores brasileiros). O Hipotecário e Agrícola não foi feliz com sua nacionalização: tende ao declínio. Já o Mineiro da Produção, o mais novo dos três, ocupou sempre uma posição intermediária, entre o décimo e o vigésimo lugares.

Por fim, queremos destacar que o Banco de Minas Gerais - BMG - sempre foi um banco médio, situando-se logo após os vinte maiores. O Mercantil de Minas Gerais (hoje, do Brasil), atualmente o maior banco privado com administração em Minas, iniciou sua ascensão somente após ter encampado o Banco Industrial, em 1955.

A questão óbvia que nos vem a mente é: por que os bancos de Minas Gerais tiveram uma posição no cenário brasileiro que não era correspondente à que detinha a economia em que estavam sediados? Tentemos uma resposta.

Como vimos, o processo de concentração bancária do pós-guerra se trata de exemplo típico de concentração em que um número mais restrito de matrizes congrega uma rede mais extensa de filiais e agências distribuídas pelo país. Pois bem, os bancos brasileiros com mais de 50 agências e filiais em 1950 eram os seguintes (32):

BANCO DO BRASIL . . . . .	277
BANCO DA LAVOURA DE MINAS GERAIS. . . . .	136
BANCO HIPOTECÁRIO E AGRÍCOLA DE MINAS GERAIS . . . . .	99
BANCO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MINAS GERAIS . . . . .	91
BANCO DE CRÉDITO REAL DE MINAS GERAIS. . . . .	83
BANCO DE MINAS GERAIS . . . . .	77
BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO . . . . .	75
BANCO MINEIRO DA PRODUÇÃO . . . . .	75
BANCO BRASILEIRO DE DESCONTO (BRADESCO) . . . . .	66
BANCO MOREIRA SALLES . . . . .	63
BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO (BANESPA). . . . .	62
BANCO AGRÍCOLA MERCANTIL PORTO ALEGRE . . . . .	60
BANCO NACIONAL DE MINAS GERAIS. . . . .	53

Dessa maneira, eram em geral bancos mineiros os que detinham maior número de agências. Será que elas estavam restritas ao território mineiro? Não temos suas localizações precisas, mas sim algumas indicações das quais podemos deduzir algo.



Minas Gerais, provavelmente, era o Estado que possuía maior número de praças bancárias. Só teria sido superado por São Paulo no final da década dos 60 (veja Quadro IV-3-AE). Sabemos que o mercado mineiro era "fechado" a bancos de outros Estados: raros eram os que atuavam em Minas, nessa época. Portanto, grande parte da rede bancária mineira estava situada no próprio "mercado interno". E o "mercado nacional"?

Lima mostra que, em 1954, "o Banco do Brasil possui 359 agências em todo o país e 2 sucursais no exterior; o Banco do Estado de São Paulo tem 76 agências no interior e 5 em outros Estados; o Banco da Lavoura de Minas Gerais tem 115 agências no interior e 47 em outros Estados, sendo 14 em São Paulo e 37 em 22 outras unidades da Federação; o Banco de Crédito Real de Minas Gerais tem 62 agências no interior e 56 em outros Estados, sendo 6 em São Paulo; o Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais tem 96 agências no interior e 9 em outros Estados; o Banco Moreira Salles tem 107 agências, sendo 77 em São Paulo, 19 em Minas Gerais, 6 no Distrito Federal e 5 no Paraná; o Banco Mercantil de São Paulo tem 104 agências, sendo 92 em São Paulo, 17 no Paraná e 5 no Distrito Federal; o Banco de São Paulo tem 49 agências, sendo a maioria em São Paulo; o Banco Comércio e Indústria de São Paulo tem 60 agências em São Paulo e 24 em outros Estados; o Banco Comercial de São Paulo tem 58 agências no interior; o Banco da Província do Rio Grande do Sul tem 39 agências no interior e 10 em outros Estados; o Banco do Rio Grande do Sul tem 88 agências no interior" (33).

Como este mesmo autor diz, "é interessante observar que os bancos mineiros possuem o maior número de agências em outros Estados, enquanto que os paulistas e gaúchos se restringem mais aos âmbitos estaduais. Esta é uma característica que se pode generalizar, com poucas possibilidades de erro. Sobretudo São Paulo é o maior campo dessa expansão dos estabelecimentos mineiros, constituindo o Banco Moreira Salles o paradigma mais completo a esse respeito, pois sendo um banco cuja matriz se localiza em Poços de Caldas (Minas Gerais), possui apenas 20 agências naquele Estado, 6 no Distrito Federal e 5 no Paraná, enquanto que tem 77 em São Paulo.

"Esse nomadismo dos bancos mineiros se explica por não existirem em Minas Gerais fontes de negócios suficientemente am

plas para alimentar sua meia dúzia de estabelecimentos gigantescos, procurando eles aproximarem-se de outras regiões mais ricas em manancial de financiamentos, como é São Paulo, por exemplo".

"Quanto aos bancos paulistas, a limitação de suas atividades ao âmbito estadual se deve ao fato de se encontrarem mais ligados à comercialização do café, rendosa fonte de negócios bancários, nada existindo de comparável a isso nesse ramo de transações. É por isso também que os bancos mineiros procuram São Paulo de preferência".

Fica claro, portanto, que foram os bancos mineiros os primeiros a se expandirem a outras regiões, configurando, de certo modo, o sentido de banco nacional. Não se tinha até então um banco de âmbito verdadeiramente nacional, que estivesse presente em todos os Estados do país, mas sim bancos regionais pujantes.

Por exemplo, o Banco da Lavoura que era o maior banco particular em funcionamento no Brasil e na América Latina, contava, já em 1957, com 376 agências distribuídas por todo o país, do Amapá ao Rio Grande do Sul. Em 16 de junho de 1958 o BLMG inaugurou seu escritório (de início mais um serviço de relação públicas do que uma dependência bancária) em Nova York. Foi o primeiro banco privado brasileiro a se lançar no exterior. Logo, abriu um outro escritório fora do país, em Paris.

A rede do Banco Nacional, nas diversas regiões, em 1961, compunha-se de 117 agências. Curioso, e sintomático da pujãncia dos bancos mineiros, é que nesse ano, da extensa rede bancária que atuava no Rio de Janeiro, era o Banco Nacional de Minas Gerais o que dispunha de maior número de agências - 27 e mais a filial , seguem-no o Banco Boavista, com 26 agências além da matriz, o BLMG com 18, o Banco do Brasil com 16, o Crédito Real de Minas Gerais com 15, o Moreira Salles e o Andrade Arnaud com 14 cada, o Comércio e Indústria de Minas Gerais e o Banco Português do Brasil com 12 cada um, e o Mineiro da Produção com 11 agências. Sem dúvida, grupos financeiros mineiros controlavam grande parte do mercado creditício carioca.

Além do ex-Distrito Federal, os bancos de Minas Gerais tinham agências instaladas principalmente nos Estados do Rio, São Paulo, Goiás e Espírito Santo. Depois de conquistado esse mer-

QUADRO - 20

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS EM 31 DE DEZEMBRO

SEGUNDO AS UNIDADES FEDERADAS - 1940/1964

ANOS	DISTRITO FEDERAL			SÃO PAULO			MINAS GERAIS			RIO GRANDE DO SUL			BRASIL		
	Mt	Ar	Índice	Mt	Ar	Índice	Mt	Ar	Índice	Mt	Ar	Índice	Mt	Ar	Índice
1940	123	40	90	293	43	279	13	152	354	100	1006	100	1006	100	100
1941	134	43	96	303	50	332	18	165	512	145	1134	145	1134	145	1134
1942	136	51	97	362	53	395	37	279	548	155	1360	155	1360	157	137
1943	170	51	118	420	59	416	35	293	625	176	1554	176	1554	155	155
1944	162	67	123	500	60	476	37	292	663	187	1750	187	1750	178	178
1945	181	69	114	526	45	401	12	140	509	144	1565	144	1565	155	155
1946	193	67	112	554	45	421	14	142	477	135	1604	135	1604	162	162
1947	174	77	100	602	40	435	13	165	444	125	1760	125	1760	177	177
1948	160	57	103	641	37	428	12	202	428	120	1655	120	1655	164	164
1949	155	116	103	702	37	454	12	205	419	119	2017	119	2017	200	200
1950	155	127	102	601	37	469	12	205	413	117	2195	117	2195	217	217
1951	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1952	148	152	105	988	36	513	11	224	408	115	2619	115	2619	260	260
1953	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1954	154	209	103	1197	35	532	10	250	384	109	3077	109	3077	306	306
1955	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1956	116	252	105	1333	33	569	10	274	360	102	3182	102	3182	344	344
1957	116	300	103	1435	33	607	10	302	357	101	3677	101	3677	365	365
1958	111	314	96	1592	31	623	11	319	345	97	4134	97	4134	411	411
1959	107	370	100	1704	30	659	11	343	343	97	4425	97	4425	440	440
1960	104	405	102	1786	27	674	11	361	336	95	4661	95	4661	463	463
1961	101	443	100	1660	27	705	11	375	332	94	4949	94	4949	492	492
1962	94	513	102	2019	27	817	11	412	332	94	5561	94	5561	553	553
1963	87	559	102	2164	27	809	12	429	326	92	5967	92	5967	593	593
1964	84	601	102	2290	27	834	14	444	328	93	6383	93	6383	635	635

Fonte: PS - MF \* GUANABARA a partir de 1957.

cado central, lançaram-se tanto para o Nordeste - Bahia e Pernambuco -, como para o sul - o promissor Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Foi de um banco mineiro, o Lavoura, a primeira agência instalada no novo Distrito Federal, Brasília (em 1957).

Dessa maneira, foi consequência normal dessa expansão da rede bancária mineira que os negócios realizados pelos bancos mineiros em outros Estados logo ultrapassassem os efetuados no próprio Estado-sede. O Quadro 20, de certa forma, caracteriza essa tendência. Por ela, e pela perda de posição relativa da economia de Minas, como veremos, também foi natural que os bancos do Estado transferissem a administração de seus negócios para o centro econômico-financeiro do país - os Estados de economia mais avançada, tendência que se configuraria após 1964.

Por isso, mesmo, à força dos bancos mineiros não correspondia uma importância equivalente do Estado de Minas Gerais entre os principais sistemas financeiros do país (Quadro IV-5-AE). E não se diga que a concentração a nível da empresa bancária não corresponde à concentração regional de depósitos. Pois, na verdade, como vimos, o Banco do Brasil congrega sozinho sempre mais de um terço (1/3) dos depósitos à vista realizados no país. Como ele estava sediado no Distrito Federal - na época, a cidade do Rio de Janeiro -, este é sempre o principal centro financeiro do país, até quando há transferência da Capital Federal para Brasília. A partir daí não só cai a significação da então Guanabara, como também a representatividade de todo o grupo de Estados (GB, SP, MG e RS) que se encontra no Quadro em análise. Eles, que detinham juntos cerca de 85% dos depósitos à vista realizados no país, descem então para a casa dos 60%, sendo que em 1974 - quando o Banco do Brasil detém 60% dos depósitos nacionais - caem para somente 45,7%. Interessante destacar que, individualmente, todos esses Estados têm sua participação diminuída. (34).

A série de Quadros IV-6, 7, 8 e 9-A.E. caracteriza bem o fenômeno. No ex-Distrito Federal o Banco do Brasil participa quase sempre com mais de dois terços (2/3) dos depósitos. Nos outros Estados sua participação é bem menor - a ordem decrescente é RS, SP e MG. Em Minas, sua participação média é 15,5%. Sem dúvida, os bancos mineiros dominavam seu mercado interno, quer frente ao Banco do Brasil, quer diante os bancos estrangeiros.

Os bancos estrangeiros têm suas participações diminuídas em todos os Estados. Em Minas, como sempre, são insignificantes; (Quadro IV-10-A.E.) até 1959, quando é inaugurada mais uma, só havia uma agência de banco estrangeiro.

No entanto, o fenômeno da concentração bancária regional não fica bem esclarecido sem uma análise dos fluxos financeiros entre os diversos Estados. Bielschowsky adota para isso um engenhoso método, através da relação entre empréstimos e depósitos (ou "razão de aplicação"). Um Estado é considerado recebedor líquido de fundos se sua relação E/D for maior que a verificada para o total do país, e perdedor, em caso contrário. Os Quadros IV-11 e 12 do A.E. espelham o acontecido nos principais sistemas bancários estaduais.

Por ele vemos que Minas Gerais foi, juntamente com o Rio Grande do Sul, relativamente o Estado mais bem servido no Brasil pelo crédito bancário. No que diz respeito a Minas, a rede bancária estadual parece ter de fato se singularizado pela captação de recursos em vários Estados, pelos quais, desde cedo se expandira para superar o limitado fornecimento no seu Estado-sede, da mercadoria com que negocia, o dinheiro. Quanto aos recursos levados a Minas pelo Banco do Brasil, Bielschowsky assegura que destiveram-se fundamentalmente à produção agropecuária e ao comércio atacadista rural. Minas Gerais, portanto, sempre recebeu certa soma de fundos de outros Estados através dos seus bancos e também foi muito bem servido pelo Banco do Brasil.

Na verdade, recursos do Banco do Brasil, com origem no Distrito Federal, espalharam-se por todas as regiões e Estados do país (na década dos 50 destacam-se pelos altos valores absolutos os empréstimos deste Banco ao polo industrial paulista e à lavoura mineira e sulista). Por isso mesmo, como mostra Bielschowsky, "não ocorreu a descapitalização, via bancos, de regiões atrasadas (principalmente do Nordeste) em favor do Centro-Sul, ou seja, por esse mecanismo não se acentuou os desequilíbrios regionais no país" (35). Em outras palavras, o que a rede bancária privada fazia, o Estado, através do Banco do Brasil, corrigia...

Como vimos, Belo Horizonte recebeu por várias décadas fundos não apenas do interior mineiro, como também de outros Estados (36). Este mesmo autor citado calculou o fluxo líquido de fundos do interior e de outros Estados em direção à capital mineira em

alguns anos, enviados pelos bancos privados e governamentais. O resultado está no Quadro IV-12-A.E.

Pois bem, constatado que a rede bancária carreava recursos de outros Estados para serem aplicados em Minas, seria interessante verificar em que atividades econômicas se davam as aplicações bancárias. O Quadro IV-13-A.E. compara a participação percentual por atividade em Minas com as dos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. O Quadro IV-14-A.E. mostra a evolução real das aplicações por atividade nesses três Estados, mais Guanabara.

Inicialmente verifica-se que declinaram os financiamentos ao setor comércio e esse declínio se deu tanto em termos reais, como na participação do comércio no total das aplicações bancárias, em cada um desses Estados (36). Em Minas as aplicações no setor comércio diminuíram em menor proporção do que nos outros Estados, tendo uma maior importância relativa para os bancos que atuavam no Estado.

Já na indústria as aplicações em Minas declinaram mais que em outros Estados. É nítida a diferença entre a importância que representa os empréstimos ao setor industrial em Minas Gerais e nos outros Estados, principalmente São Paulo.

A pecuária, embora representa uma atividade econômica de maior aplicação para os bancos em Minas, relativamente ao que ocorre em outros Estados, também sofre uma tendência de queda a partir de 1963.

A tendência de retração nas aplicações bancárias, observada a partir de 1963, para o comércio, a indústria e a pecuária, tem também fundamento na elevação do recolhimento compulsório sobre os depósitos à vista, já que de 1956 a 1962 a taxa oscilava entre 10% a 14%, enquanto de 1963 a 1965 se elevou para 28%. As aplicações caíram em maior proporção em Minas Gerais, porque a expansão dos depósitos, além de irregular, foi pequena, quando comparada às demais praças (exceto Guanabara).

Na verdade, o único setor da economia mineira a apresentar crescimento real das aplicações bancárias foi o da lavoura, havendo até superado - pelo menos até 1964 - os dos outros Estados. Dessa maneira, a participação desse setor nos financiamentos bancários praticamente dobrou de 1957 a 1965, indo de 12,2% para 26,6%.

Havia, portanto, uma concentração de recursos no setor lavoura, onde de grande parte dos mesmos se destinava a financiar as operações dos intermediários, não atingindo a produtor. As operações dos bancos privados com a lavoura e a pecuária tinham caráter muito mais "comercial".

Completar-se-iam as informações anteriores se distinguíssemos, por atividades, os empréstimos realizados pelo Banco do Brasil e pelos outros bancos nacionais, em Minas. O Quadro IV-15 A. E. tem esses dados percentuais para o período 1952-1964. Eles caracterizam fatos importantes: primeiro, a participação no total dos empréstimos feitos pelo Banco do Brasil e os por outros bancos foi, em média, de 40% para o primeiro 60% para os outros. Portanto, bem distinta da relação entre os depósitos de um e outro em Minas. (15% para 85%). O que significa que a razão de aplicação do Banco do Brasil é maior. Segundo, a tendência, ao longo do tempo, foi para que três quartos (3/4) dos empréstimos em conta corrente fossem feitos pelo Banco do Brasil e em títulos descontados pelos outros bancos nacionais. Terceiro, dentro de cada uma dessas duas categorias de empréstimos, cada atividade econômica contou com uma atenção distinta por parte de cada tipo de banco. De maneira geral, em empréstimos em conta corrente, o Banco do Brasil ficava com a maioria dos empréstimos ao Governo Federal, aos Bancos, à Lavoura e à pecuária. Repartia-os aos Governos Municipais e à Indústria. Os empréstimos ao Governo Estadual, autarquias e particulares ficavam por conta dos outros bancos. Ao setor comércio variam as participações de cada um: nas extremidades da série predominam largamente os bancos privados e governamentais, no meio - 2a. metade da década dos 50 - chega a predominar o Banco do Brasil. Quanto aos empréstimos em títulos descontados, em quase todas as atividades, são feitos pelos bancos comerciais (exceto o Banco do Brasil). Na indústria e na pecuária os descontos de títulos realizados pelo Banco do Brasil chegam a ter importância em alguns anos. Esses dados confirmam que a maioria dos títulos descontados para a "lavoura" são pelos bancos privados e governamentais estaduais. Ou seja, o "crédito agrícola" ao produtor é feito pela CREA do Banco do Brasil, e ao intermediário pelos outros bancos.

O Quadro IV-16 A.E. mostra algo relacionado, mas distinto. Por ele vemos a importância de cada atividade econômica - por categoria de empréstimo - para as aplicações realizadas pelos

dois tipos de bancos, em Minas Gerais. Inicialmente, dos empréstimos totais do Banco do Brasil, 80% eram em conta corrente e 20% em títulos descontados. Ao longo dos anos, principalmente na década dos 60, essa repartição foi mudando, de maneira que em 1964 as duas categorias de empréstimos tivessem idêntica parcela - 50% - no total. Por atividade, os empréstimos em conta corrente do Banco do Brasil privilegiaram o comércio e a indústria de Minas Gerais somente na década dos 50. A lavoura, ao contrário, ganhou mais importância na dos 60, embora nunca tenha deixado de merecer a atenção da CREA. A pecuária que era a atividade mais privilegiada por esses empréstimos do Banco do Brasil nos primeiros anos da série, depois decaiu de importância. Quanto aos títulos descontados pelo Banco do Brasil, o comércio só ganhou importância a partir de 1961, a indústria foi privilegiada a partir de 1957, e a lavoura só a partir de 1961 e a pecuária não tinha grande importância nessa categoria. Devemos destacar que os empréstimos do Banco do Brasil a particulares praticamente inexistiam.

Analisando as aplicações dos outros bancos nacionais verificamos que dos empréstimos totais no início da série temporal os em conta corrente quase atingiam 40%. Ao final dela já representavam 10%. Portanto, esses bancos faziam quase todas suas aplicações descontando títulos. Dentro dessa categoria predominou sempre o setor comércio. A atividade industrial ganhou progressivamente mais atenção ao longo do tempo, principalmente a partir de 1961. Em média 10% dos seus empréstimos totais eram feitos com base em desconto de títulos comerciais à lavoura. Já a pecuária tinha pequena importância relativa, ao contrário dos empréstimos a particulares (37).

Como já vimos, antes de 1964 inexistiam quaisquer restrições legais sobre o destino dos empréstimos dos bancos comerciais. A SUMOC apenas recomendava, como "boa técnica bancária", que os bancos não concedessem empréstimos à diretoria, entretanto, não havia controle (ou mesmo fiscalização). Assim os banqueiros aplicavam em seus próprios grupos econômicos, através de empréstimos aos familiares.

Dessa maneira, "a expansão bancária a partir dos anos 30 trouxe consigo a ocorrência de dois fenômenos que se complementam: por um lado, os banqueiros, com os elevados lucros bancários que ultrapassavam as possibilidades de aplicação na expansão do próprio setor bancário, e com o capital-dinheiro à sua inteira disposi-



ção em seus bancos, passaram a investir na indústria e em outros setores urbanos - caso típico de Minas Gerais; por outro, vários grupos industriais já formados se fortaleciam mediante a criação de bancos, os quais, por sua posição estratégica, passaram muitas vezes a encabeçar tais grupos - caso típico de São Paulo" (38).

Portanto, os lucros dos banqueiros se dirigiam a investimentos urbanos em geral, e não apenas ao próprio setor bancário. Devemos advertir que os lucros declarados na contabilidade oficial dos bancos não incluíam tanto os "ilegais" (a "Caixa 2": os juros "cobrados por fora"), quanto o dinheiro retirado sob forma de custos, ou seja, os ordenados pagos à diretoria (que era fundamentalmente formada, na quase totalidade dos bancos brasileiros, por pessoas das famílias que os controlavam acionariamente). Em geral, não eram os próprios bancos que investiam seus lucros em empresas de outros setores, mas as famílias banqueiras, normalmente através dos holdings ou das empresas líderes dos grupos econômicos (39).

Bielschowsky enumera as principais vantagens da propriedade de um banco por um grupo econômico: a) o crédito fácil e imediato ao capital de giro das empresas do grupo; b) o privilégio único das empresas do grupo obterem financiamento de médio e longo prazos; c) o ganho implícito nos juros negativos dos créditos concedidos às empresas do próprio grupo (no caso de empresas não filiadas a bancos, ao contrário, os juros reais dificilmente eram negativos, por causa das exigências de "saldos médios" elevados); d) os elevados lucros (legais e ilegais) da intermediação bancária, que decorreram das enormes diferenças entre juros recebidos e pagos, permitidas principalmente pelas altas taxas de inflação (40).

Pois bem, todos os grandes bancos mineiros faziam parte de grupos que contavam com dezenas de empresas, não só da área financeira, mas também de outros ramos de atividade, principalmente, indústria de alimentos, têxtil, não-metálicos, mineração, metalurgia, agro-pastoril, além dos setores imobiliário, comércio e serviços, como diversões, hotéis, lanches, etc.(41). Como já foi dito, tais empresas não eram propriedade direta dos bancos, mas tinham ou o controle acionário detido por famílias banqueiras, ou participações ou relações de interesse com os bancos. Devemos advertir também que, apesar da lista de empresas que formavam ao redor de cada um dos grandes bancos mineiros constituírem uma proporção considerável do capital urbano e rural de Minas anterior a 1960, isso não significa que

os vínculos só se davam com empresas mineiras. Ligavam-se também com empresas de outros Estados (principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo) e mesmo estrangeiras.

Sem dúvida, também no Brasil os bancos desempenharam papel primordial na centralização e concentração de capitais, na medida em que favoreciam ou as grandes empresas ou as vinculadas a si, tendo as outras empresas quase sempre dificuldades de acesso ao crédito bancário.

Pois bem, considerando o movimento bancário como um dos indicadores da evolução dos negócios, o "Diagnóstico da Economia Mineira" concluiu que Minas Gerais atravessou no período em análise um processo de declínio econômico, pois os depósitos bancários do Estado cresceram menos que nas demais praças do país (com exceção da Guanabara) e as aplicações decresceram de 1954 para 1965, em termos reais, de cerca de 30%. Afigurava-se assim uma inversão no processo bancário em Minas - de praça de aplicação para praça de depósito. Para nos certificarmos desse declínio, é necessária uma análise do comportamento da economia mineira no período em questão. (42).

A evolução dos índices do produto real em Minas, de 1949 a 1960, pode ser vista no Quadro IV-17-A.E. Por esses dados pode-se verificar o maior dinamismo da indústria em relação aos demais setores. Com isso, o setor industrial ganhou gradativamente maior participação na formação do produto real no Estado, como se pode ver no Quadro IV-18-A.E. Interessante notar-se que, embora caía bastante sua participação, a agricultura em 1960 é responsável por 41% do produto real.

Apesar de expressiva a nível interno, a evolução da indústria mineira, nesse período, foi inferior ao ritmo de expansão industrial do Brasil como um todo e dos Estados componentes da Bacia Paraná-Uruguai, com exceção do Rio Grande do Sul (Quadro 21). O mesmo ocorre em relação ao produto total.

O pequeno ritmo de crescimento da indústria mineira em relação à dinâmica da evolução industrial do Brasil implica na queda da importância de Minas na formação do produto industrial no país. Assim é que, em 1949, Minas Gerais contribuía com 7,1% do produto industrial nacional, participação essa que decresce durante to-

PARTICIPAÇÃO DOS DEPOSITOS EFETUAIS NOS GRANDES BANCOS NINTEIROS  
EM RELAÇÃO AOS EFETIVOS EM NINTEI GERAIS (1935/64)

Anos	Depósitos Efetivos em Ninai Gerais (1)	Depósitos Efetivos nos Ninairos Bancos N. Ninairos (2)	Participação Percentual (*)
1935	426	384	90,14
1936	494	455	91,70
1937	694	557	80,26
1938	830	778	93,73
1939	897	826	92,08
1940	1.010	965	95,54
1941	1.242	1.386	111,59
1942	1.691	1.855	109,70
1943	2.478	2.678	106,05
1944	3.536	3.847	108,79
1945	4.217	3.987	94,54
1946	4.934	5.231	106,02
1947	5.095	5.891	115,62
1948	5.372	6.699	124,70
1949	6.254	8.312	132,90
1950	7.591	10.312	135,84
1951	8.613	12.218	141,85
1952	8.567	12.603	147,11
1953	11.103	18.389	165,62
1954	13.736	...	...
1955	14.866	26.999	181,61
1956	16.545	29.845	180,39
1957	22.772	46.155	202,68
1958	27.159	60.727	223,60
1959	37.342	87.848	235,25
1960	51.146	127.565	249,41
1961	72.881	...	...
1962	112.553	234.290	208,16
1963	162.940	365.851	224,53
1964	* 301.765	603.426	199,96

Fontes: (1) Movimento Bancário- M.F.

(2) Quadro VI- A.E.

ORIS:

Essa tabela deve ser encarada como um mero texto indicativo de uma tendência e não ser tomado seus valores como rigorosos, já que compara valores de fontes estatísticas diversas.

do o período, atingindo 6,6% em 1960, embora se recuperasse, a partir daí.

Antes de uma análise mais detalhada do setor industrial em Minas, vejamos o comportamento do setor agrícola.

Como vimos, a economia mineira achava-se ainda bastante dependente da agricultura. Nela, as lavouras apareciam como sua principal componente, embora com diminuição relativa de sua participação no produto bruto agrícola entre 1949 e 1960 de 63,3% para 58%, em benefício da produção animal e derivados, onde se verificou o aumento de 25,0% para 36,1% ; por sua vez, a participação da produção extrativa vegetal caiu de 11,7% para 5,9%.

Interessa-nos aqui verificar como se deu o comportamento da agricultura de Minas em relação à do Brasil.

A análise da agricultura mineira revela que ela dependia, de modo bem significativo, de sete produtos (algodão, arroz, café, cana, milho, mandioca e feijão) cujo valor de produção representava cerca de 90% do total observado para o Estado. O Quadro IV-19-A.E. espelha a triste realidade da agricultura mineira no período 1950-1964. Em todos esses produtos, com exceção do algodão (que possuía uma baixa participação no valor total da produção agrícola estadual - menos de 3%), a participação de Minas Gerais - tanto em produção, quanto em área cultivada - caiu em relação ao total do Brasil.

Passemos à análise da indústria. O Quadro IV-20-AE. permite conhecer a posição dos ramos da indústria de transformação de Minas no Brasil e dentro da própria indústria mineira.

Verifica-se que foi pequena a participação do Estado no total do valor de transformação industrial do Brasil. Minas contribuiu, em 1959, com 5,8%, enquanto São Paulo, por exemplo, agregou 55,1% do total. A posição mineira deteriorou-se no período, já que Minas chegou a responder por 6,5% do V.T.I. nacional em 1949.

Mesmo para as indústrias que apresentavam maior peso relativo no Estado, a participação em termos nacionais era modesta : em 1959, a economia mineira contribuiu apenas com 9% do total do V.T.I. na indústria de minerais não-metálicos, com 14,6% na metalurgia, 7,4% na têxtil e 7,7% na de produtos alimentares. Em relação a 1949, aumentou um pouco a participação relativa na indústria de mine

## QUADRO 22

ACRÉSCIMOS REAIS DO PRODUTO TOTAL  
 E DO INDUSTRIAL NO BRASIL E NOS  
 ESTADOS COMPONENTES DA BACIA  
 PARANÁ-URUGUAI  
 (1949 - 1960)  
 BASE - 1949 = 100  
 ACRÉSCIMOS PERCENTUAIS

ESTADOS	PRODUTO TOTAL	PRODUTO INDUSTRIAL
MINAS GERAIS	75	148
SÃO PAULO	115	245
PARANÁ	373	179
SANTA CATARINA	102	197
RIO GRANDE DO SUL	70	78
GOIÁS	213	510
MATO GROSSO	170	410
BRASIL	97	195

FONTE: R.B.E., março/setembro de 1962.

rais não-metálicos e na têxtil, permaneceu estagnada na metalúrgica e declinou na alimentar.

Em termos estaduais, as indústrias de minerais não-metálicos e metalúrgica que somavam juntas, em 1949, 28,3% do total do V.T.I. da indústria de transformação de Minas Gerais, em 1959 passam a 40,2%. Enquanto isso, a têxtil e a alimentar declinam sua soma de 51,8% para 37,4%, nesses dez anos. Mudou, portanto, a estrutura da oferta industrial mineira.

Sem dúvida, cooperou para esta situação o dinamismo de cada uma dessas indústrias. Os índices do produto real na indústria mineira, (Quadro IV-21-A.E.) revelam que, nos anos considerados, a indústria de minerais não-metálicos liderou o crescimento, com um incremento de cerca de 368%, vindo a seguir os ramos energia elétrica e extrativa mineral com 270% cada, a metalúrgica (232%) e a indústria de construção civil (160%), todos acima da média do setor industrial como um todo.

Considerando o comportamento dos diversos ramos da indústria mineira (refletido no Quadro em exame), o "Diagnóstico" caracteriza um setor industrial "tradicional" ao lado de um "dinâmico".

O setor "tradicional" agruparia aqueles ramos que apresentaram menores índices de crescimento do produto real, incluindo principalmente indústrias que produzem bens de consumo final (indústrias "leves"), como as têxteis e de produtos alimentares. Seriam, historicamente, as pioneiras na industrialização do Estado, construídas com base em recursos da burguesia local. Embora ainda constituísse parte importante do parque industrial mineiro, praticamente não se desenvolveu na década dos 50. Chegou mesmo a apresentar sintomas de estagnação.

O setor "dinâmico", constituído pelos ramos que apresentaram maiores índices de crescimento do produto, foi o responsável, quase exclusivo, pelo crescimento industrial de Minas, no período 1949/1960. Seus componentes mais importantes foram a indústria extrativa mineral, a indústria de energia elétrica, a de construção civil, a de minerais não metálicos e a metalúrgica.

Esses ramos desenvolveram-se, em geral, com base em capital de origem estatal - empresas públicas ou mistas, como a CVRD, a CEMIG, etc. - ou estrangeira - empresas como a Mannesmann, a Belgo-Mineira, a Aluminas, etc. A participação privada de origem

interna no setor dinâmico limitou-se a algumas indústrias como a de construção civil e a de transformação de minerais não-metálicos.

Os empresários mineiros, se por um lado exerceram bastante a ação reivindicatória, por outro não tomaram para si a responsabilidade de executar projetos industriais "pesados". Na verdade, os capitais locais se encaminharam mais para o sistema financeiro e/ou para a especulação imobiliária, onde as "barreiras à entrada" eram menores e o lucro imediato maior...

Com isso, e com a intensificação do processo de urbanização, foi consequência "natural" que a indústria de construção civil conhecesse apreciável incremento no período.

Com relação à indústria de transformação de minerais não-metálicos, seu crescimento refletiu o dinamismo da demanda por seus produtos, originado na expansão da construção civil. Além das duas fábricas de cimento da Itaú já em funcionamento na década anterior, inauguram em 1953 a "Ponte Alta", em 1955 a Cauê e a Cominci, e em 1959 a Barroso.

A expansão do setor de energia elétrica explica-se pelo volume de inversões autônomas do setor público, visando a criar infra-estrutura favorável à industrialização e a atender ao crescente consumo não industrial, incrementado com o processo de urbanização. Para tanto, foi criada em 1952 uma empresa "holding" estatal, a "Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. - CEMIG" (43). Como base financeira para a realização dos seus projetos, inicialmente foi formado um "Fundo de Eletrificação" pelo governo do Estado, ao qual cabia a quota de 2/7 da "taxa de Recuperação Econômica". Para construção das Usinas Itutinga, Salto Grande e outras, a partir de 1953, não faltaram recursos externos à CEMIG, através do International Bank of Reconstruction and Development (US \$ 7.300.000,00), do Export-Import Bank (US \$ 11.400.000,00) e da Société de Banque Suisse (US\$ 1.000.000,00), e financiamentos internos através do BNDE - principalmente para a construção de Furnas (projeto do Plano de Metas) - e da Companhia Vale do São Francisco - para Três Marias.

O crescimento da indústria extrativa mineral foi função do crescimento do parque industrial brasileiro e do mercado internacional. A industrialização na década dos 50 significou intensa demanda de produtos de origem mineral, principalmente de ferro e

manganês. Também elevou-se bastante a exportação de minério de ferro através da CVRD. A localização de grande parte das reservas brasileiras em Minas Gerais implicou que se registrasse na indústria extrativa mineira o crescimento do qual o Estado não se beneficiou diretamente.

Finalmente, o desenvolvimento da indústria metalúrgica na década dos 50 deveu-se à instalação das usinas siderúrgicas da Mannesmann e da Belgo-mineira na "cidade industrial" de Contagem e à proliferação de pequenos altos-fornos de ferro gusa (59 de 1959 a 1960, que se somaram aos 25 existentes em 1958, subindo a produção de 253.000 a 833.000 toneladas/ano em somente dois anos). Este desenvolvimento brusco deu-se em razão da implantação da indústria automobilística no Brasil e a expansão paralela das indústrias de fundição e mecânica, aliado ao fato de os investimentos requeridos para a produção de gusa não serem necessariamente grandes. Devido ao crescimento desordenado e sem planificação, a instalação de capacidade produtiva foi superior às possibilidades de absorção do mercado, gerando uma crise de super-produção a partir de 1960, que obrigou a maioria deles encerrarem suas atividades.

Devemos chamar atenção para o fato de que, apesar de ser fundada em 1956, a "Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS" só entrou em funcionamento em 1963. Seu capital foi subscrito por: grupo japonês (40%), governo do Estado de Minas Gerais (20%, através do "Fundo de Siderurgia" vinculado à Taxa de Recuperação Econômica), B.N.D.E. (18%), Cia. Vale do Rio Doce (9%), Cia. Aços Especiais Itabira (4,5%), Cia. Siderúrgica Nacional (3,5%), os bancos governamentais Crédito Real, Hipotecário e Agrícola, e Mineiro da Produção (3,85%, em parcelas iguais para cada), acionistas particulares (1,15%). Progressivamente o B.N.D.E. foi se responsabilizando pelo empreendimento, ascendendo sua participação no capital para mais de 3/4 do total.

Fica claro portanto, pela análise precedente, que a industrialização em Minas Gerais, que se baseou em investimentos "pesados" só se materializou devido ao afluxo de recursos públicos e externos, sendo insignificante a participação da burguesia mineira em seu financiamento.

Saliente-se também que esses projetos possuíam longo prazo de maturação e alta relação capital/produto. Era pequeno o



grau de integração da indústria mineira. Calculava-se, por exemplo, que somente um décimo do aço e ferro produzidos no Estado eram submetidos à posterior industrialização interna. Impossível falar-se num esquema inter-departamental de reprodução interno, autônomo. Ressalte-se que a composição do setor industrial "dinâmico" evidencia sua vinculação a uma dotação especial de recursos naturais, ou seja, havia uma "especialização natural" pela indústria de Minas.

Na verdade, Minas Gerais tinha uma expansão industrial bastante condicionada, submetida a duas dinâmicas: a do polo econômico brasileiro e a da exportação (no caso da indústria extrativa mineral). Os segmentos industriais que mais cresceram foram aqueles vinculados à complementação industrial das economias de São Paulo e do Rio de Janeiro. Eram eles fornecedores de insumos básicos (aço, ferro gusa, alumínio, cimento, etc.), de minérios e de energia (a maior parte da energia gerada por Furnas era transmitida para São Paulo e Rio).

O setor industrial "tradicional" pouco evoluiu; pelo contrário, a ampliação e melhoria da rede viária - por exemplo, a construção das rodovias BR-55 (BH-SP) e BR-3 (BH-RJ) no início da década dos 50 - fez com que, cessando a proteção por custos de transportes, aumentasse a competição que normalmente enfrentavam as indústrias "leves" e também as explorações agrícolas (mormente hortigranjeiras) próximas a seus eixos.

Enfim, os ramos industriais que mais se expandiram vincularam-se primordialmente ao "mercado nacional" e dele se nutriam; os demais, voltados para o consumo local ou regional, não estavam em condições de enfrentar a concorrência dos produtores sediados nos "polos" paulistas e guanabarinó e entraram em declínio. Portanto, se a desigualdade regional não se acentuou através do fluxo de fundos bancários, pelo menos nas transações comerciais dos produtos tradicionais Minas teria sofrido bastante...

O que mais dizer?

Certamente, com a profunda crise que sofreu a economia brasileira a partir de 1961 ficava "adiada" qualquer tentativa de reação ao declínio econômico por parte dos mineiros.

A "solução histórica" dos mineiros tem sido a emigração. Provavelmente, naquele momento aflitivo, com o estreitamento

progressivo dos negócios bancários em Minas, já ocorresse aos seus banqueiros o sonho da emigração definitiva.

Antes porém havia uma questão política a ser solucionada. Em 1961 houve uma greve geral dos bancários, em âmbito nacional, por mais de uma semana, por aumento de salário. Em 1962 repetiu-se a dose. Entretanto, até 1964 radicalizou-se o movimento de conscientização e ascensão política das classes populares, dentro do qual estava o movimento sindical, e especificamente o dos bancários. Assim, nas palavras de Antônio de Faria Lopes, então presidente do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte:

- "Como o puro e simples reajustamento salarial era um paliativo, a luta fundamental era pelas Reformas de Base, na qual estava engajado todo o movimento sindical. Além das reformas em geral, os bancários lutavam especificamente pela Reforma Bancária, cujo objetivo central era a colocação dos bancos como instrumento de ascensão econômica e social. Pois o banco é uma empresa que recebe dinheiro de terceiros, não paga por esse dinheiro e vende esse dinheiro caríssimo. O banqueiro acaba sendo o grande aproveitador da sociedade capitalista. Ele recebe depósitos populares, assim como de empresas e do próprio governo, enfim, a poupança do povo, para usar uma palavra de hoje, e vende esse dinheiro caro. Nossa reivindicação era que as aplicações dos bancos visassem o desenvolvimento do país, e não o lucro do banqueiro. Que se desse uma função social aos recursos que a rede bancária arrecadava no país todo. Fundamentalmente, a Reforma Bancária, ao lado da Reforma Agrária ou da Reforma Urbana, visava exatamente a aplicação dos recursos da economia do Brasil em função das necessidades do povo brasileiro, e não em função do lucro dos banqueiros, ou do lucro de outros empresários" (44)

Naturalmente os banqueiros assustaram-se. José de Magalhães Pinto, presidente de honra do Banco Nacional de Minas Gerais e, na época, governador do Estado, é considerado o "líder civil" do movimento militar de 1964...

A Reforma Bancária veio. Evidentemente, não a reivindicada pelo líder sindical, mas a do capital.

Introduzida pela Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, estabelecia, entre outras coisas, a obrigação de aplicação de não menos de 50% dos depósitos do público que os Bancos recolhessem na respectiva Unidade Federativa ou Território.

A política econômica pós-1964 faz, assim, culminar um processo de transferência das sedes das matrizes dos bancos mineiros para Estados de economia mais avançada, que já estava latente no período anterior.

## NOTAS REFERENTES AO CAPÍTULO IV

- 1) GERSCHENKON, Alexander - El atraso Economico en su Perspectiva Histórica. Barcelona, Ariel, 1968.
- 2) MELLO, João Manuel Cardoso de - O Estado brasileiro e os limites da "estatização". Ensaio de Opinião. RJ, Ed. Inúbia, 1977. p.15.
- 3) VEJA: MELLO, João Manuel Cardoso de - O Capitalismo Tardio. Campinas, Tese de Doutorado em Economia pelo IFCH-UNICAMP, 1975.
- 4) TROTSKY, Leon - A História da Revolução Russa. RJ, Ed. SAGA, 1967. Vol.I, p. 24.
- 5) TAVARES, Maria da Conceição - Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil. RJ, Tese de Livre-Docência em Economia pela UFRJ, 1975. p. 132.
- 6) BIELSCHOWSKY, Ricardo Alberto - Bancos e Acumulação de Capital na Industrialização Brasileira - Uma Análise Introdutória - (1935/1962). Brasília, Dissertação de Mestrado em Economia pela UNB, 1975. p. 133.
- 7) CEPAL - La Intermediación Financiera en America Latina. Santiago de Chile, s/ed., 1971, pp.3/5.
- 8) HASENBALG, C.A. & BRIGAGÃO, C. - O Setor Financeiro e o Desenvolvimento Econômico no Brasil. O Setor Financeiro no Brasil Aspectos Históricos. RJ, IUPRJ. DADOS, 1970. p.33
- 9) CEPAL, op. cit., p. 2.
- 10) idem, ibidem, p. 26.
- 11) TAVARES, op. cit., p. 131.
- 12) O B.N.D.E. foi criado pela lei nº 1628, de 20/6/52, para atuar como "agente do Governo nas operações financeiras que se referem ao reaparelhamento e ao formento da economia Nacional" (art.2º). Assim a sua finalidade precípua era a de assegurar o financiamento indispensável à realização de obras, projetos ou programas que visem a instalação, reaparelhamento ou ampliação de sistemas de transportes e portos, sistemas de energia elétrica, indústrias básicas e de agricultura, armazéns, silos, matadouros e / frigoríficos.

Todo o seu capital foi realizado pelo Governo, gozando das regalias de serviço público federal (art.9º da Lei nº 1628), como inseqção tributária, impenhorabilidade

de bens, fôro privilegiado, etc; recebendo depósitos de entidades oficiais, autarquias, caixas econômicas, institutos de previdência social e companhias de seguros e capitalização. Até 1964, inclusive, o BNDE recebeu, a título de empréstimo, o "adicional de reaparelhamento / econômico", instituído pela Lei nº 1474, de 26/11/51, correspondente a 15% sobre o imposto de renda.

- 13) TAVARES, M.C. - Financiamento numa Economia em Desenvolvimento. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. RJ, Zahar, 2a ed., 1973. p. 131.
- 14) BOUZAN, Ary - Os Bancos Comerciais no Brasil. Uma análise do desenvolvimento recente: 1965-1971. SP, Federação Brasileira de Associações de Bancos, 1972. p. 34.
- 15) idem, ibidem, p. 35.
- 16) Até março de 1965, quando se criou o Banco Central, as funções desse organismo eram exercidas por um conjunto de instituições, compreendendo o Tesouro Nacional (Caixa de Amortização), a SUMOC e o Banco do Brasil, com seus departamentos especializados: Carteira de Redescontos, Caixa de Mobilização Bancária, Carteira de Câmbio e Carteira de Comércio Exterior. Na cúpula do sistema achava-se o Conselho da SUMOC. No caso específico estamos nos referindo à Carteira de Redesconto do BB, a qual operava como prestador de última instância, fazendo duas espécies de redescontos: o normal e o extra-limite para papéis representativos de operações com café e produtos agrícolas. No caso do redesconto normal, para que os Bancos tivessem acesso a ele, deviam provar que realmente sofreram perdas anormais de depósitos no período. Os sérios abusos no uso do redesconto, por alguns Bancos, que acabaram por fechar suas portas, criou receio generalizado entre os grandes banqueiros de mostrar em seus balancetes mensais, endividamento na Carteira de Redesconto. Havia estabelecimentos que só esporadicamente se utilizavam desse recurso, e alguns tinham mesmo como ponto de honra jamais recorrer a ele. EPEA. Situação Monetária, Creditícia e do Mercado de Capitais (1947-março 1964). DF, EPEA-MINIPLAN, / maio de 1966.
- 17) BOUZAN, Ary, op. cit; p. 40.
- 18) Na verdade, esse juro cobrado "Na boca do caixa" era escriturado na chamada "caixa 2" (onde os banqueiros se organizavam

em suas operações ilegais), a qual era repartida no final do exercício entre os membros da "panelinha" dos donos dos Bancos (que, muitas vezes, nem faziam parte da diretoria do estabelecimento). (Entrevista com ex-gerente do Banco Mercantil de Minas Gerais).

- 19) EPEA, op. cit; p. 70.
- 20) A SUMOC em diversas oportunidades delimitou o máximo que as taxas de juros pagas ao depósito poderiam atingir, por exemplo, pela instrução nº 34 de 17 de agosto de 1950 e a Instrução nº 36 de 20 de junho de 1951. Apesar disso, o irrealismo da taxa nominal de juros face à inflação produziu deformações institucionais entre os quais as "operações triangulares", pelas quais uns Bancos atuaram em conjunto com agentes intermediários financeiros a fim de conseguir recursos, mesmo a taxas de juros mais elevadas. Veja BOUZAN, Ary; op. cit; p. 35.
- 21) CHR STOFFERSEN, Leif E. - Taxas de juros e a Estrutura de um Sistema de Bancos Comerciais em Condições Inflacionárias (O Caso do Brasil). R.B.E. RJ, abr/jun 1969.
- 22) BOUZAN, Ary, op. cit, pp. 41/2.
- 23) Interessante notar que a fusão de dois ou mais estabelecimentos em um só ou a encampação de um ou vários estabelecimentos por outro relativamente maior foi muito propiciado pela existência de numerosas "Casas Bancárias" e "Cooperativas de Crédito" de pequeno porte, dentro do Sistema bancário nacional, surgidas durante a "especulação da II Guerra".
- 24) Para tanto, usaremos como fonte de informações as revistas "Observador Econômico-Financeiro e Conjuntura Econômica".
- 25) FONTENLA, Vicente Paz - História dos Bancos no Brasil. RJ, s/ed., 1975. 2a ed., pp. 109/10.
- 26) A sucursal desse Banco em São Paulo, provou ser, em 1949, a mais lucrativa de todas as suas agências estrangeiras.
- 27) Para determinação das praças em condições de comportarem novas agências bancárias, foram as localidades classificadas em três categorias:
  - a) Zonas de Captação de fundos - Aquelas em que a produção e comércio, já estabilizados, não podem absorver os recursos ali mobilizáveis. Nas praças desse tipo não seriam concedidas autorização para a abertura de novas agências desde que os empréstimos tenham alcançado um montante igual à metade dos depósitos existentes.

b) Zonas florescentes - Aquelas que pelo valor de sua produção rural, industrial ou pelo seu comércio se possam considerar completamente desenvolvidas e potencialmente ricas. Nas praças desse tipo não se instalariam novas filiais de Bancos desde que os empréstimos tenham atingido um montante equivalente a 90% dos depósitos existentes.

c) Zonas novas - Aquelas mais recentemente exploradas e ainda em franco desenvolvimento, onde as necessidades da produção - principalmente a rural - reclamam durante certo tempo maiores investimentos que os recursos captáveis no local. Nas praças desse tipo seria admitida a instalação de novas agências enquanto os empréstimos não atingissem o volume equivalente a 150% dos depósitos existentes.

- 28) LESSA, Carlos - Quinze anos de Política Econômica. Campinas, DEPE IFCH-UNICAMP, mimeo, s/d. p. 16.
- 29) Já era grande a corrida para obter novos depósitos, competição que se refletia na expansão territorial dos institutos, na abertura de agências em outras unidades da Federação e no pagamento de juros-extra, por um número de estabelecimentos de crédito, pagamento esse que a resolução da SUMOC objetivava eliminar, através da liberação. A competição entre os Bancos igualmente se refletia na distribuição das fontes de renda. Nos anos anteriores, a arrecadação dos juros de depósitos era a principal e, pode-se dizer a única tarefa dos institutos financeiros. Mas se no primeiro semestre de 1953, os juros participaram com 73,5% da renda bancária, no segundo essa participação baixou a 69,2%. Enquanto isso, elevaram-se as rendas correspondentes a comissões e câmbio; a primeira de 17,3% para 17,4% sobre o total, e a segunda de 2,1% para 4,6%. O câmbio como se verifica, reapareceu como um elemento de renda significativa para os Bancos. A partir daí, notou-se o interesse de todos os estabelecimentos que ainda não tinham uma carteira especializada, em trabalhar nesse ramo. Essa tendência contribuiu para diminuir a preponderância de alguns Bancos estrangeiros no mercado cambial do país.
- 30) Segundo se conta, Antonio Luciano Pereira Fº teria forçado a falência do seu próprio negócio, numa manobra esperta e lucrativa, criando um clima de descrédito e insegurança entre os depositantes.

Menos de 10 anos antes, o Financial não passava de uma simples casa bancária, herdada do pai. Em 1954 tinha 50 agências oficiais e cerca de 300 clandestinas! Praticamente em todo lugar onde corria dinheiro havia uma agência do Financial, a maioria sem o necessário registro na SUMOC.

A manobra começou com as tradicionais ondas de boatos e culminou com o despejo de milhares de boletins denunciando crises e colapso do Banco, através de aviões que sobrevoavam todas as cidades com agência do Financial. Nos dias seguintes, nas imensas filas de aflitos clientes que se estendiam pelas calçadas da Avenida Afonso Pena, havia agentes espalhando dúvidas e anunciando que um amigo interessado em processar Lucia no estava comprando todos os depósitos possíveis para acioná-lo na Justiça. Mas só poderia pagar a metade, o que já seria um ótimo negócio, pois o Banco Financial não pagaria nada mesmo. O tal "amigo" era o próprio Antônio Luciano...

A liquidação do Banco continuou por anos, embora por lei devesse terminar em um ano, no máximo. E o inquérito que apurou a fraude nunca chegou ao fim... Antônio Luciano Pereira Filho é o homem mais rico do Estado de Minas Gerais e um dos mais ricos do Brasil. É o maior proprietário de edifícios, casas e lotes em Belo Horizonte. Dono de boa parte da periferia da cidade (cerca de 60 mil lotes). Maior exibidor de filmes do Estado: só na capital possui 25 das 32 casas de cinema. Sua (principal) residência é a maior da cidade: uma enorme chácara em pleno centro. Tem um dos maiores rebanhos de búfalos e de bovinos do país. Maior proprietário de terras de Minas, com 400 mil hectares, segundo estimativa do INCRA. Tem a maior fonte pessoal de aviões do Estado. Dono de uma espécie de cidade, Luciana, onde funciona sua usina de açúcar. Possui quase todas as terras do municípios de Lagoa da Prata, Santa Fé de Minas e São Gotardo. Além de outras propriedades, controla atualmente o Banco da Produção...  
Fonte: BRAGA, Teodomiro & GUIMARÃES, Durval Campos. As Manias do Poderoso Luciano. Opinião, RJ, nº 56, 3 de dezembro de 1973, pp. 5/6.

- 31) FONTENELA, E. V. P. - op. cit., p. 112.
- 32) Expansão da Rede Bancária. Conjuntura Econômica. RJ, s/ed. ano IV, nº 9, set. 1950.
- 33) LIMA, H. F. - op. cit., p. 143 (grifo meus nos Bancos Mineiros).
- 34) BIELSCHOWSKY, R.A. - op. cit., p. 99.
- 35) Para explicar esse declínio relativo levantamos duas hipóteses: a primeira seria o acréscimo de "monetarização" por que passamos algumas regiões do país, por exemplo, Paraná e Centro Oeste. A segunda, de difícil investigação seria o complexo fenômeno da absorção da concorrência pela captação de recursos financeiros entre o sistema bancário tradicional e as novas "financeiras" (e o "mercado paralelo"), nesses Estados (principalmente em São Paulo e Guanabara). Veja nota 36.



- 36) BIELSCHOWSKY acha que "Belo Horizonte deve ter recebido fundos de todos os Estados vizinhos, inclusive de São Paulo" (p. 108). Entretanto, alguns entrevistados garantiram-me que os Bancos privados mineiros sempre aplicaram mais em São Paulo do que em Minas. Na verdade, é difícil afirmar taxativamente uma coisa ou outra, pois a precária estatística bancária disponível não mostra o fluxo de fundos entre dois Estados. Somente a contabilidade interna de cada Banco diria se ele aplicou mais, relativamente a seus depósitos locais, em tal Estado ou em outro.
- 37) As aplicações no setor comércio diminuíram em maior proporção nas praças consideradas mais fortes: São Paulo, Guanabara, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Nessas praças foi grande o crescimento das Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, atuando justamente ao lado do comércio e da indústria. O fato parece indicar terem o comércio e a indústria satisfeito parte de suas necessidades financeiras junto a esse novo setor creditício (DDMG, Diagnóstico da Economia Mineira. BH, s/ed. 1968, VI, p. 54).

O aparecimento dessas Sociedades no Brasil, a partir de 1946, vincula-se à conjugação do processo inflacionário e as restrições impostas ao mercado de crédito pela Lei da Usura, que fizeram com que os Bancos Comerciais deixassem de oferecer créditos a médio e longo prazo. Foi com o desenvolvimento das indústrias de bens duráveis de consumo e de bens de capital, em fins dos anos 50, e a concomitante necessidade das "vendas a prestação", que essas Sociedades se expandiram e chegaram a ocupar no Brasil, lugar de alguma relevância como intermediários financeiros. Em 1964, chegou a contribuir com cerca de 6% do total de empréstimos realizados pelo sistema financeiro ao setor privado (TAVARES, M.C. - op. cit., p. 224). Devemos ressaltar que as transações com letras de câmbio realizadas no "mercado paralelo" (à margem daquele legalmente instituído pelas companhias financeiras, livres dos custos dos intermediários e ignorando as responsabilidades tributárias) chegaram a representar, nessa época, cerca de 8 a 10 vezes o volume transacionado através das Sociedades de Crédito e Financiamento.

Estavam sediadas em Minas Gerais, em 1965, tão somente 12 das 202 então existentes no Brasil. Sua localização predominou nos principais centros econômicos: cidade de São Paulo (43,5%) e Guanabara (30,6%). (EPEA, op. cit., pp. 131/152).

- 38) Um de nossos entrevistados dizia-nos que os bancos mineiros possuíam grande agressividade na concorrência, aplicando "em tudo e em todos", ao contrário dos Bancos paulistas, que se especializavam numa atividade e/ou produto. Assim os Bancos de Minas atendiam não só aos comerciantes, industriais e agricultores, como também ao "Zé-povinho" ("que

ao contrário da crença geral, era bem lucrativo") e ao agiota, este servindo de "intermediário" entre o Banco e o cliente. (Entrevista com ex-gerente do Banco Mercantil de Minas Gerais).

- 39) BIELSCHOWSKY, R.A., op. cit., p. 46.
- 40) Portanto, deve-se ter cuidado em fazer uma analogia estrita com o caso do "Capital financeiro" analisado por Hilferding.
- 41) BIELSCHOWSKY, R.A., op. cit., p. 29.
- 42) Tanto H.F.Lima (op.cit., p. 147), quanto R.A. Bielschowsky (op. cit., pp. 153/164), listam nominalmente diversas empresas vinculadas aos Bancos mineiros. Por ser redundante, não repetiremos aqui.
- 43) Para tanto, estaremos nos baseando no Diagnóstico da Economia Mineira realizado pela equipe do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, em 1968 (6 volumes).
- 44) Sobre a "modernização" do aparelho de Estado mineiro para executar uma política de industrialização, veja a Dissertação de Mestrado em Economia pela UNICAMP de Clélio Campolina Diniz.
- 45) Greve dos bancários era uma festa em Beagã. De Fato. BH, ano II, nº 20, p. 13.

## CONCLUSÃO

Apresentaremos à guisa de conclusão apenas o sumário dos principais resultados que chegamos ao longo dos capítulos precedentes, no que diz respeito à atuação dos bancos em Minas Gerais.

1 - Verificamos no capítulo I, em síntese, que as principais atividades receptoras de recursos transferidos da cafeicultura mineira no início desse século não foram urbanas, mas sim rurais. Portanto, a origem do capital aplicado em bancos em Minas Gerais oferece peculiaridades em relação ao ocorrido em São Paulo.

Sugerimos duas hipóteses para a gênese do capital bancário mineiro: a primeira veria o capital comercial, derivado de "negócios urbanos" e da comercialização do gado, como a principal fonte do capital dos pequenos bancos e casas bancárias do interior de Minas; a segunda enxergaria no incentivo governamental a oportunidade para o nascimento de dois grandes bancos mineiros, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais em 1889 e o Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais em 1911.

O Estado da Primeira República em Minas (de posse da fonte tributária do café) relacionou-se com esses dois bancos, não só participando do capital empregado em suas atividades, como também garantindo seus juros, seus débitos e forçando os negócios comerciais a passarem por seus controles.

Concluimos que o Estado cumpriu em Minas Gerais nesse período um papel semelhante ao do capital comercial em São Paulo, de apropriação, centralização e diversificação do capital cafeeiro, amparando diversas atividades agrícolas (inclusive o próprio café), através do Banco de Crédito Real e do Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais.

2 - Embora o surto bancário ocorrido na década dos 20 coincidissem com a penetração da rede bancária nas zonas do café, achamos que a explicação do fenômeno não deve ser procurada na relação direta dos bancos com a produção cafeeira e sim na densidade das atividades econômicas geradas na região por efeito indireto da economia do café. Ressaltamos a importância do café para toda a vida econômica da época, o que acaba por atingir os bancos.

Na verdade, o nascimento dos grandes bancos privados mineiros só se deu com o crescimento comercial e industrial de Belo Horizonte, depois da Primeira Guerra Mundial. Como sede do governo, a cidade reuniu inicialmente uma população com poder aquisitivo relativamente elevado, derivado dos ordenados pagos pelo Estado, o que a deve ter tornado um mercado de certa expressão, não só para produtos agrícolas como também para industrializados. Sem dúvida, boa parte do excedente que circulava então na capital do Estado era derivado da arrecadação fiscal exercida sobre o café.

Os traços históricos dos principais bancos fundados então, o Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais em 1923 e o Banco da Lavoura de Minas Gerais em 1925, confirmam suas ligações com os comerciantes e industriais de Belo Horizonte.

3 - Principalmente a partir de 1940, os bancos mineiros firmaram-se no cenário nacional. O Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais coloca-se em primeiro lugar em volume de depósitos entre os bancos privados do país de 1940 a 1946. A partir de 1947, até pelo menos 1964 (ano-limite de nossa pesquisa), com exceção de 1951 e 1952, quando perde a liderança para o Bradesco, o Banco da Lavoura de Minas Gerais detém esse posto. Na década dos 50 e no início da dos 60, considerando todos os bancos em funcionamento no Brasil, o Crédito Real, o Hipotecário e Agrícola, o Minei-

ro da Produção, o Comércio e Indústria, o Lavourea, o Moreira Salles e o Nacional situam-se sempre entre os vinte maiores do país, em postos de destaque.

Achamos que no "período Vargas" (1930-1945) estão contidas as raízes da força dos bancos mineiros. Articulando a órbita financeira com a produtiva, uma explicação para a origem da força dos bancos mineiros estaria na apropriação, na esfera da circulação, do excedente gerado na economia agrícola e pecuária de Minas Gerais, em passagem para o abastecimento de outras regiões do Brasil, notadamente o Rio de Janeiro. Os bancos de Minas atuavam - segundo esta hipótese - junto ao capital comercial especializado na agricultura de alimentos, descontando os títulos envolvidos nas operações de intermediação mercantil dos produtos agrícolas.

Também a relação dos bancos de Minas com o Poder Público estadual, através de empréstimos, participação no lançamento de títulos da dívida pública, conversão de outros títulos, antecipação de receita, etc., é uma peculiaridade mineira.

Bem como a especulação com o zebú, durante a II Guerra, que envolveu os banqueiros mineiros da seguinte forma: o Banco do Brasil fornecia em abundância o crédito pecuário aos criadores mineiros, que especulavam com o valor do gado e depositavam seus ganhos na rede bancária privada, que recambiava esses valores principalmente para Belo Horizonte (a capital de Minas recebeu por várias décadas fundos não só do interior mineiro, como também de outros Estados), onde os banqueiros os aplicavam em especulação imobiliária. Também particulares corriam aos bancos para tomarem empréstimos, com o fim de especularem.

Nessa época a poderosa rede bancária mineira iniciou a instalação de agências em outros Estados (principalmente São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Goiás). Foi o período de transição entre a exploração do mercado interno mineiro e a do mercado

nacional em formação.

4 - Os bancos de Minas Gerais concorriam violentamente com os de São Paulo, Estado de economia muito mais poderosa. Eles tiveram uma posição no cenário nacional que não era correspondente à que detinha a economia em que estavam sediados.

A razão para isso é relativamente simples: foram em geral bancos mineiros os que possuíam maior número de agências, inclusive em outros Estados. Enquanto os paulistas e gaúchos se restringiam mais aos âmbitos estaduais, os mineiros logo ultrapassaram suas fronteiras, em busca de novas fontes de negócios bancários, chegando a disputar o mercado de São Paulo com os próprios bancos paulistas. Foram, portanto, os primeiros a se expandirem a outras regiões, perdendo o caráter regional que era peculiar aos demais bancos.

Dessa maneira, foi consequência normal dessa expansão da rede bancária mineira que os negócios realizados pelos bancos mineiros em outros Estados logo ultrapassassem os efetuados no próprio Estado-sede.

Com o progressivo estreitamento dos negócios bancários em Minas, devido ao declínio de sua economia na década dos 50, já antes de 1964 seus grandes bancos eram induzidos a cogitarem na transferência de suas sedes para Estados de economia mais avançada. O que de fato ocorre em período posterior à nossa pesquisa.

## NOTA DE FALECIMENTO



A Tradicional Família Mineira (T.F.M.) dos Bancos:  
 HIPOTECÁRIO E AGRÍCOLA DE MINAS GERAIS  
 MINEIRO DA PRODUÇÃO  
 MOREIRA SALLES  
 MINAS GERAIS  
 LAVOURA DE MINAS GERAIS  
 COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MINAS GERAIS  
 NACIONAL DE MINAS GERAIS  
 MERCANTIL DE MINAS GERAIS

desolada, participa os seus falecimentos ocorridos com a política de fusões e incorporações incentivada pelas Autoridades Monetárias deste país que tomou corpo após 1964. A fusão dos dois primeiros da lista acima resultou no BANCO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - BEMGE, em 1967. Também nessa data o Banco Moreira Salles entrou em fusão com o Banco Agrícola e Mercantil originando o UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS - UNIBANCO, também com sede fora de Minas. O Banco da Lavoura passou a denominar-se BANCO REAL e transferiu sua sede para São Paulo. Em 1973 incorporou o Banco de Minas Gerais - BMG. O BANCO NACIONAL abandonou não só sua terra, como também sua denominação, transferindo sua sede administrativa para a cidade do Rio de Janeiro (como a sede jurídica fosse um consolo para as bases eleitorais de seu eminente "presidente-de-honra"...). Em 1974 incorporou seu tradicional concorrente, o Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais. Enfim - ofensa suprema - o Banco Mercantil de Minas Gerais ao incorporar o MERCANTIL DO BRASIL adota o nome deste ! Desprezando o da sua própria sede, a Minas Gerais famosa por seus bancos...

==  
A P E N D I C E  
==

==  
E S T A T I S T I C O  
==



## EXPORTAÇÃO MINEIRA DE CAFÉ (1888-1927)

BASE - 1888 = 100

ANOS	QUANTIDADE		PREÇO MÉDIO POR ARROBA		VALOR OFICIAL *	
	Mil Arrobas	Índice	Réis	Índice	Centos de Réis	Índice
1888	5.048	100	7\$491	100	40.180	100
1889	4.630	92	7\$710	103	38.195	95
1890	3.884	77	9\$292	124	40.894	102
1891	6.329	125	13\$272	177	87.059	217
1892	6.480	128	15\$573	207	101.969	254
1893	5.253	104	21\$309	284	90.029	224
1894	5.970	118	22\$374	299	118.938	296
1895	6.735	133	20\$212	270	143.351	357
1896	7.207	143	19\$438	258	153.737	382
1897	10.262	203	13\$888	185	137.756	343
1898	8.777	174	12\$562	166	105.036	261
1899	9.016	179	12\$051	161	119.489	297
1900	6.916	137	13\$225	177	87.956	219
1901	12.548	249	8\$525	114	97.612	243
1902	11.875	235	7\$553	101	93.361	207
1903	12.485	247	7\$506	100	77.892	193
1904	8.640	171	9\$547	127	80.350	200
1905	8.027	159	10\$717	143	58.238	145
1906	11.586	230	7\$284	97	68.336	170
1907	13.312	264	7\$232	97	61.251	152
1908	9.890	196	7\$273	97	51.922	129
1909	11.115	220	7\$906	108	70.243	175
1910	7.967	156	9\$911	132	60.020	149
1911	6.817	135	13\$469	180	78.212	195
1912	6.875	176	14\$452	193	111.626	270
1913	10.112	200	11\$526	154	103.139	257
1914	8.676	176	9\$754	130	68.211	170
1915	11.702	232	9\$932	121	105.606	263
1916	9.381	186	11\$297	151	90.058	224
1917	9.373	186	10\$377	139	64.355	210
1918	8.313	165	11\$863	158	78.089	189
1919	10.263	203	23\$652	316	189.808	472
1920	11.070	219	18\$676	249	166.218	413
1921	14.600	289	20\$598	275	240.894	599
1922	11.993	236	29\$674	396	269.816	671
1923	11.038	218	36\$720	490	339.429	844
1924	13.896	275	51\$463	687	508.602	1.265
1925	11.422	226	53\$782	719	565.406	1.407
1926	12.111	240	44\$692	595	441.279	1.098
1927	14.604*	289				
1928	13.535*	268				
1929	15.908*	315				

Fontes: ALVIM, Álvaro. "Confrontos e Deduções" in Minas e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil (1727-1927). BH, Imprensa Oficial, 1929, pp. 80/86.

\* Relatório do Secretário das Finanças de Minas Gerais em 1928.

Obs.: \* O valor oficial de produção anotado na pauta de exportação para a cobrança de imposto varia de 50 a 75% do valor real.

## QUADRO I-2

VALOR DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA  
 EXPORTAÇÃO MINEIRA (1903 - 1920)  
 (CONTOS DE RÉIS)

PRODUTOS	1903 (1)	1920 (2)	Taxa de crescimento.
Café	77.692	166.200	113,9%
Bovinos	23.312	88.200	178,3%
Queijos	6.335	19.600	209,4%
Fumo	3.505	8.800	251,0%
Toucinho	3.856	2.800	- 27,4%
Suinos	3.066	20.000	552,3%
Milho	1.719	6.200	260,1%
Manteiga	1.357	24.800	1.727,6%
Leite	736	6.800	823,9%
Arroz	181	7.300	3.933,1%
Eeijão	174	.-.	.-.

## Fontes:

(1) - SENNA, Nelson - Anuário de Minas Gerais, BH, 1907, p. 484

(2) - ALVIM, A. - op. cit. p. 78

## QUADRO II-1

NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS RECENSEADOS EM 1920  
MINAS GERIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESTABELECIMENTOS				
	NÚMERO		ÁREA		
	Absoluto	%	Hectares	%	Média
SEGUNDO O SISTEMA DE EXPLORAÇÃO					
explorados pelos proprietários	107.063	92,6	23.181.747	84,6	216,5
explorados por administradores	6.499	5,6	3.871.632	14,1	595,7
explorados por arrendatários	2.093	1,8	337.157	1,2	161,0
SEGUNDO A EXTENSÃO TERRITORIAL					
de menos de 41 ha.	37.375	32,3	790.151	2,9	21,1
de 41 a 100 ha.	32.650	28,2	2.247.884	8,2	68,8
de mais de 100 ha.	45.630	39,4	24.352.541	88,9	533,7
TOTAL	115.655	100,0	27.390.536	100,0	236,6

FONTE: Secretaria da Agricultura (Serviço de Estatística Geral).  
Minas Segundo o Recenseamento de 1920. BH, Imp. Ofic, 1924.

QUADRO II-2

PRODUÇÃO GERAL DO ESTADO EM 1923, 1927, 1928 e 1929\*

BASE: 1923 = 100

II.2-A - PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

PRODUTOS	UNIDADE	1923				1927				1928				1929			
		QUANTIDADE		VALOR		QUANTIDADE		VALOR		QUANTIDADE		VALOR		QUANTIDADE		VALOR	
		Absoluta	Índice	mil contos de reis	%	Absoluta	Índice	mil contos de reis	%	Absoluta	Índice	mil contos de reis	%	Absoluta	Índice	mil contos de reis	%
<b>CAVOUEIROS</b>																	
Café	ton.	253217	100	519	41,9	301570	119	648	45,5	291094	115	525	36,5	348000	137	487	35,2
Milho	"	1598180	100	240	19,8	1432658	88	296	20,8	1416100	89	308	21,4	1410000	88	282	20,4
Canas-de-açúcar	"	3155570	100	95	7,6	3020460	96	90	6,3	3234000	103	98	6,8	3264000	103	82	5,6
Arroz	"	265087	100	100	8,1	228224	86	91	6,3	316663	119	121	8,4	304860	115	124	8,9
Frijão	"	170518	100	70	5,6	155621	91	70	4,9	292350	171	107	7,4	262500	154	109	7,6
Sandioca	"	620954	100	52	4,2	586972	95	53	3,7	625140	101	48	3,3	644000	104	51	3,7
Fumo	"	13813	100	27	2,2	14668	106	36	2,5	14175	102	49	3,3	12546	91	50	3,6
Algodão	"	28192	100	34	2,7	24933	88	27	1,9	19684	70	17	1,2	19620	70	16	1,2
Outros Produtos	...	...		100	7,9	...		114	8,0	...		164	11,4	...		183	13,6
Total	...	...		1237	100,0	...		1425	100,0	...		1437	100,0	...		1384	100,0
<b>PECTÁRIA</b>																	
Bovinos	Cab.	1986840	100	317	37,6	2015620	101	362	36,3	2074640	104	305	30,3	2110000	106	378	31,0
Equinos	"	2387520	100	286	33,9	1860030	78	334	33,5	2013500	84	360	35,7	2320000	97	417	34,3
Leite vendido	Litro	253682000	100	76	9,0	268112500	103	102	10,2	269980000	106	105	10,4	318836916	126	159	13,1
Ovos	Duz.	32560000		39	4,6	48729600		61	6,1	48794000		57	5,7	51350000		67	5,5
Aves	Cab.	22646000		34	4,0	25846000		41	4,1	27677000		51	5,0	27540000		52	4,3
Outros Produtos	...	...		93	11,0	...		98	9,8	...		185	18,6	...		143	11,8
Total	...	...		845	100,0	...		998	100,0	...		1008	100,0	...		1216	100,0

QUADRO II.2 - B  
PRODUÇÃO INDUSTRIAL

PRODUTOS	UNIDADE	1923				1927				1928				1929			
		QUANTIDADE		VALOR		QUANTIDADE		VALOR		QUANTIDADE		VALOR		QUANTIDADE		VALOR	
		Absoluta	Índice	mil contos de reis	%	Absoluta	Índice	mil contos de reis	%	Absoluta	Índice	mil contos de reis	%	Absoluta	Índice	mil contos de reis	%
<u>INDÚSTRIA DE MANUFATURAS E MANUTENÇÃO</u>																	
Açúcar e rapaduras	ton.	160073	100	90	12,1	157962	99	103	13,5	164780	103	117	13,2	172300	108	120	12,5
Manteiga	"	11456	100	40	5,4	14944	130	75	9,8	16000	140	88	10,0	14326	125	100	10,4
Queijos	"	22788	100	60	8,1	26104	115	68	8,9	28050	123	76	8,6	28300	124	113	11,8
Bebidas Alcoólicas	Litros	22535700		37	5,0	2624000		41	5,4	28292000		49	5,5	29102000		49	5,1
Outros Produtos	...	...		..	...	...		85	11,1	...		118	13,4	...		127	13,4
<u>INDÚSTRIA DE VESTUÁRIO</u>																	
Tecidos	m	58857767	100	74	10,0	63489800	109	84	11,0	64878200	111	86	9,7	64900000	111	95	9,0
Calçados	per	1101464		20	2,7	1850000		24	3,1	2000000		28	3,2	2110000		29	3,0
Meias	"	6434800		11	1,5	11202000		15	2,0	12500000		15	1,7	12610000		15	1,6
Outros Produtos	...	...		..	...	...		5	0,6	...		6	0,7	...		7	0,7
OUTRAS INDÚSTRIAS	...	...		..	...	...		262	34,4	...		299	33,9	...		313	32,6
Total	...	...		742	100,0	...		762	100,0	...		883	100,0	...		959	100,0
<u>INDÚSTRIA EXTRATIVA</u>																	
Leites	m <sup>3</sup>	18400000	100	55	19,3	19450000	106	58	19,2	21090000	115	63	20,0	23010000	125	69	21,5
Pedras e Areia p/constr.	"	6042050		36	12,8	7100200		43	14,2	7170000		43	13,7	7370000		47	14,6
Pedras Preciosas e Semi	gr	2619491		20	8,9	3018631		28	9,3	3003070		26	8,3	2866280		25	7,8
Madeira	m <sup>3</sup>	208000		21	7,3	264000		26	8,6	300000		30	9,6	316000		32	9,6
Ouro	gr	4581030		27	9,7	3200000		18	6,0	3090000		16	5,1	2940000		16	5,0
Outros Produtos	...	...		124	43,8	...		157	52,0	...		156	43,3	...		153	41,4
Total	...	...		283	100,0	...		302	100,0	...		314	100,0	...		321	100,0

QUADRO II.2-C  
RESUMO DA PRODUÇÃO GERAL DO ESTADO: 1923, 27, 28 e 29

em 1000 contos de réis

SETORES	1923		1927		1928		1929	
	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo
prod. agrícola	1.237	39,8	1.425	40,9	1.437	39,4	1.384	35,6
prod. pecuária	815	27,1	998	28,6	1.008	27,7	1.216	31,3
prod.da ind.manuf.e fabril	593	20,3	763	21,9	883	24,2	959	24,7
prod.da indústria extrativa	283	9,1	302	8,6	314	8,6	321	8,3
TOTAL	2.928	100,0	3.488	100,0	3.643	100,0	3.881	100,0

\* Segundo o Boletim do D.E.E. nº 6, set/out de 1940, ano II, só foram levantados os quadros referentes à produção geral de 1923, 1927 e 1928.

Fontes: (1) 1923: Anuário Estatístico de MG, 1922/25, ano II, Imp.Oficial, 1929 (Secret.Agricultura-Serv.Est.Geral), pp. 332/5.

(2) 1927: Boletim do D.E.E., op.cit., pp. 3/5

(3) 1928 e 1929: Mensagem do Pres. do Estado de 1930 (Antonio Carlos), pp.203/7.

Obs.<sub>1</sub>: há uma grande divergência no que toca a valor da produção em 1928 entre as fontes (2) e (3).

Obs.<sub>2</sub>: os dados da fonte (1) quanto à grande indústria e a pequena indústria rurais e urbanas foram combinados.

QUADRO II - 3

QUANTIDADE EXPORTADA (EXTERIOR E RESTO DO PAÍS) DE PRODUTOS AGRÍCOLAS DE MINAS GERAIS NA DÉCADA DOS 20

BASE - 1920 = 100

ANOS	CAFÉ		AÇÚCAR		MILHO		ARROZ		FEIJÃO		BATATA		MANDIOCA *	
	ton.	Ind.	ton.	Ind.	ton.	Ind.	ton.	Ind.	ton.	Ind.	ton.	Ind.	ton.	Ind.
1920	166.052	100	21.128	100	27.343	100	14.585	100	13.188	100	3.839	100	3.030	100
1921	218.994	132	8.423	40	23.784	87	9.542	65	7.353	58	4.230	110	1.426	47
1922	17.988	108	4.682	22	22.704	83	13.849	95	10.511	80	8.160	213	914	30
1923	165.575	100	4.357	21	40.988	150	12.644	87	18.862	143	5.321	139	2.858	88
1924	208.444	126	7.010	33	24.931	91	14.101	97	6.322	48	2.743	71	3.803	126
1925	171.335	103	3.295	16	16.299	60	12.191	84	6.568	50	7.840	204	1.646	54
1926	181.671	109	2.052	10	27.450	100	19.844	115	7.212	55	3.570	93	1.648	54
1927	219.053	132	2.538	12	18.945	69	15.361	105	9.926	75	4.060	106	2.925	97
1928	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
1929	238.624	144	..	..	20.333	74	13.804	95	13.110	99	..	..	..	..

FONTES: 1920/1927 : CARVALHO, Afranio de (Secretaria da Agricultura, Serviço de Estatística Geral). A Atualidade Mineira. BH, Imp. Ofic. 1929.

1929 : ANERADA, Antonio Carlos R. de - Mensagem pelo Presidente do Estado. BH, Imp. Ofic., 1930, p. 208.

(\*) Esses dados referem-se não à raiz, mas aos seus produtos farinha e polvilho, englobadamente.

QUADRO II - 4

QUANTIDADE EXPORTADA (EXTERIOR E RESTO DO PAÍS) DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL NA DÉCADA DOS 20

BASE - 1920 = 100

ANOS	GADO VACUM		LACTICÍNIOS						CARNE DE BOVINOS		SUÍNOS		AVES DOMÉSTICAS	
			MANTEIGA		QUEIJOS		LEITE							
	cabeças	ind	ton.	ind	ton.	ind	ton.	ind	ton.	ind	unid	ind	ton.	ind
1920	385.155	100	4.678	100	6.300	100	17.201	100	11.385	100	81.278	100	4.588	100
1921	310.484	81	4.005	86	7.565	120	16.299	95	8.161	72	67.185	83	5.038	110
1922	261.749	73	4.988	107	7.592	121	18.055	105	7.132	63	57.238	70	5.787	126
1923	479.744	125	5.093	109	6.356	101	16.865	98	8.021	70	79.931	98	5.958	130
1924	432.552	112	4.737	101	5.567	88	15.454	90	10.787	95	117.086	144	5.630	123
1925	398.646	103	6.794	145	6.814	108	19.828	115	9.567	84	38.996	48	6.483	141
1926	330.579	86	5.834	125	6.639	105	28.905	168	7.813	69	41.943	52	4.832	105
1927	453.458	118	6.343	136	7.353	117	19.985	116	4.627	41	77.863	96	6.308	137
1928	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
1929	517.004	134	6.699	143	8.829	140	30.451	177	5.780	51	66.009	81	..	..

Fonte: 1920/1927 - CARVALHO, Afranio de - op. cit.

1929 - ANDRADA, A. C. de - op. cit.



QUADRO II.5

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS RECENSEADOS EM 1920 SEGUNDO A ÉPOCA DA FUNDAÇÃO POR RAMOS

ÉPOCA DA FUNDAÇÃO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS														
	TOTAL		POR GRUPOS DE INDÚSTRIAS												
	s	Número Absoluto	Texteis	Couros	Madeiras	Metalurgias	Cerâmica	Química	Alimentar	Vestuário	Mobiliário	Mat. de Construção	Transporte	Cole	Diversos
Ignorada	1,85	23	2	-	3	5	4	-	6	2	-	1	-	-	-
até 1889	3,70	46	16	2	-	11	2	-	10	1	-	2	2	-	-
de 1890 a 1914	42,88	533	33	39	14	35	62	11	226	52	21	8	31	-	1
de 1915 a 1919	51,56	641	26	56	11	25	73	19	299	59	22	15	34	1	1
T O T A L	100,0	1243	77	97	28	76	141	30	541	114	43	26	67	1	2

FONTE: Anuário Estatístico de Minas Gerais ano II (1922-1925).

BH., Imp. Ofic. 1929, p. 471.

QUADRO II.6

MINAS ENTRE OS ESTADOS NO RECENTEAMENTO INDUSTRIAL DE 1920

ESTADOS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS		CAPITAL		FORÇA MOTRIZ		NÚMERO DE OPERÁRIOS		VALOR DA PRODUÇÃO	
	Absoluta	%	Contos	%	H.P.	%	Absoluta	OP/NE	Contos	%
SÃO PAULO	4.145	31,1	537.817	29,6	94.099	30,3	83.998	20	986.110	33,0
DISTRITO FEDERAL	1.541	11,5	441.669	24,3	69.703	22,4	56.229	36	666.276	22,2
RIO GRANDE DO SUL	1.773	13,3	250.690	13,8	30.315	9,8	24.661	14	353.749	11,8
RIO DE JANEIRO	454	3,4	126.206	6,9	25.020	8,0	16.794	37	184.161	6,2
MINAS GERAIS	1.243	9,3	89.776	4,9	22.272	7,2	18.522	14	172.060	5,8
PERNAMBUCO	442	3,3	90.981	5,0	14.957	4,8	15.761	36	136.479	4,6
OUTROS	3.736	28,0	278.017	15,3	54.058	17,4	59.547	16	490.341	16,4
BRASIL	13.336	100,0	1.815.156	100,0	310.424	100,0	275.512	21	2.989.176	100,0

Fonte: SECRETARIA AGRICULTURA. (Serv. Estat. Geral). Minas Segundo o Recenseamento de 1920. BH, Imp. Ofic., 1924.

## QUADRO II.7

OS RAMOS PRINCIPAIS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO MINEIRA NA DÉCADA DE 20  
SEGUNDO O VALOR DE PRODUÇÃO

INDÚSTRIAS	1919 (1)			1929 (2)		
	CONTOS	%	ÍNDICE	CONTOS	%	ÍNDICE
ALIMENTAÇÃO	88.613	51,5	100	508.781	53,1	574
TEXTIL	51.151	29,7	100	86.317	9,0	169
OUTRAS	32.297	18,8	100	363.809	37,9	1.126
TOTAL	172.061	100,0	100	958.907	100,0	557

Fontes: (1) SECRETARIA DA AGRICULTURA; Minas Segundo o Recenseamento de 1920.  
BH. Imprensa Oficial, 1924.

(2) ANDRADA, Antonio Carlos R.. Mensagem do Presidente do Estado  
ao Congresso Mineiro. BH.. Imprensa Oficial, 1930.

## QUADRO II-8

PERCENTUAL DA PRODUÇÃO EXPORTADA DE ALGUNS PRODUTOS  
DA PAUTA DE MINAS GERAIS EM 1929

PRODUTOS	QUANTIDADE		PERCENTUAL
	PRODUZIDA	EXPORTADA	
Café	348.000 t.	238.524 t.	68,8
Bovinos	2.110.000 unid.	517.004 unid.	24,5
Manteiga	14.326 t.	6.699 t.	46,7
Queijos	28.300 t.	8.829 t.	31,2
Feijão	262.500 t.	13.110 t.	5,0
Arroz	304.860 t.	13.084 t.	4,3
Suínos	2.320.000 unid.	66.009 unid.	2,8
Fumo	12.546 t.	3.204 t.	25,4
Milho	1.410.000 t.	20.333 t.	1,4

FONTE: ANDRADA, A.C.R. - Mensagem do Presidente do Estado ao Congresso Mineiro. BH, Imp.Ofic, 1930

QUADRO II.9

PARTICIPAÇÃO DO IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO NA RECEITA DO GOVERNO  
DO ESTADO DE MINAS GERAIS NA DÉCADA DE 20  
(valor em contos de Réis)

ANOS	RECEITA	IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO	PERCENTUAL
1920	56.189	27.386	48,74
1921	63.450	35.895	56,57
1922	78.486	33.155	42,24
1923	90.264	39.385	43,63
1924	120.530	57.121	47,39
1925	141.090	60.311	42,75
1926	134.347	52.140	38,81
1927	151.595	55.259	36,45
1928	180.200	57.738	32,04
1929	232.051	72.029	31,04

Fontes: SECRETARIA DAS FINANÇAS. Finanças do Estado de Minas Gerais no Período Republicano (1890-1953). BH, Imprensa Oficial, 1954.

ANDRADA, A.C.R.. Mensagem do Presidente do Estado ao Congresso Mineiro. BH, Imprensa Oficial, 1929 e 1930.

ALVIM, Aristóteles. "Confrontos e Deduções" in Minas e o Bicentenário... BH, Imprensa Oficial, 1929, p.83.

## QUADRO II.10

## PERCENTUAL DO IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO PAGO PELO CAFÉ

em contos de réis

ANOS	IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO		PERCENTUAL
	TOTAL	PAGO PELO CAFÉ	
1920	27.386	15.264	55,74
1921	35.895	24.343	73,07
1922	33.155	23.228	70,06
1923	39.385	26.243	60,63
1924	57.121	41.626	72,87
1925	60.311	51.517	85,42

Fonte: ALVIM, Aristóteles. "Confrontos e Deduções" in Minas e o Bicentário... BH, Imprensa Oficial, p.83, 1929.

## QUADRO II.11

## OUTRAS ARRECADAÇÕES QUE INCIDEM SOBRE O CAFÉ

em contos de réis

ANOS	SOBRE-TAXA 3 FRANCOS OURO (1)	TAXA 1\$000 OURO (2)
1920	3.341	-
1921	6.382	-
1922	5.603	-
1923	5.154	-
1924	6.602	-
1925	4.904	7.242
1926	9.676	11.601
1927	...	13.598
1928	...	15.646
1929	...	...

Fontes: (1) ALVIM, A.. op.cit., p.87

(2) ANDRADA, A.C.R.. op. cit.

## QUADRO II.12

## CRESCIMENTO DOS CAFEEIROS EM DIVERSOS ESTADOS NA DÉCADA DE 20

ESTADOS	1921	1930	$\Delta$ %	$\Delta$ Absoluto
SÃO PAULO	843.592	1.188.058	40,8	344.466
MINAS GERAIS	511.252	650.692	27,3	139.440
ESPÍRITO SANTO	122.500	271.400	121,5	148.900
RIO DE JANEIRO	160.239	213.818	33,4	53.579
BAHIA	49.799	94.440	89,6	44.641
PERNAMBUCO	27.886	82.073	194,3	54.187
PARANÁ	15.138	30.229	99,7	15.091

Fonte: TAUNAY, A.E.. Pequena História do Café no Brasil. RJ., D.N.C.  
p.534, 1945.



## QUADRO II - 13

## PARTICIPAÇÃO MÉDIA DOS PRINCIPAIS ESTADOS NA PRODUÇÃO EXPORTÁVEL BRASILEIRA DE CAFÉ

ESTADOS	1910/20	1920/30	1930/35
São Paulo	69%	64%	63%
Minas Gerais	18%	20%	16%
Espírito Santo	5%	7%	7%
Rio de Janeiro	6%	5%	4%
TOTAL	98%	96%	95%

FONTE: BRAGA, C.C. - "Resenha Histórica do Café no Brasil" in Agricultura em São Paulo, (Boletim da Divisão de Economia Rural), São Paulo, Ano X, nº 1, jan/63, p. 16.

QUADRO II.14

O CAFÉ NOS ESTADOS PRINCIPAIS PRODUTORES SEGUNDO O CENSO DE 1920

ESTADOS	FAZENDAS			CAFEIROS		ÁREA	
	RECENSEADAS	DE CAFÉ	PERCENTUAL	MILHARES	MÉDIA POR FAZ.	HECTARES	MÉDIA POR FAZ.
SÃO PAULO	80.921	21.341	26,4	823.943	36.608	1.028.673	48,2
MINAS GERAIS	115.655	41.393	35,8	488.036	11.790	650.706	15,7
RIO DE JANEIRO	23.699	10.766	45,4	155.595	14.542	194.490	18,1
ESPÍRITO SANTO	20.941	16.375	78,2	114.583	6.997	152.776	9,3

Fonte: TAUNAY, A.E.. História do Café no Brasil. vol. Duodécimo, RJ, D.N.C., 1941, cap. LXIX

## QUADRO II-15

MINAS GERAIS, 1920 : DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO CAFEEIRA PELAS  
REGIÕES

REGIÃO	MUNICÍPIOS PRODUTORES IDENTIFIC.	PRODUÇÃO CAFEEIRA (sacas )	PERCENTUAL
MATA	26	1.700.000	40,2
SUL	41	1.392.000	33,0
RIO DOCE	9	412.580	9,8
OESTE	17	200.000	4,7
MUCURI	3	146.500	3,5
ALTO PARANÁ (BA)	6	52.500	1,2
TRIÂNGULO	1	40.000	0,9
METALÚRGICA	5	37.550	0,8
ITACAMBIRA	3	19.500	0,5
ALTO JEQUETINHONHA	2	11.000	0,3
OUTROS	-	205.050	4,8
MINAS GERAIS	113	4.216.680	100,0

FONTE: Secretaria de Agricultura (Serviço de Estatística Geral).  
Anuário Estatístico de Minas Gerais ano II (1922-25) ,  
 BH, Imp. Ofic. pp. 312/3, apud LIMA, J.H., op. cit.,  
 Tabela XVI.

OBS. Os dados foram convertidos de toneladas para sacas.

QUADRO II. 16  
ESTADO DA LAVOURA CAFEIEIRA EM MINAS GERAIS  
DISTRIBUIÇÃO PELAS REGIÕES

(31 - XII - 27)

Z O N A S	MUNICÍPIOS PRODUTORES IDENTIFICADOS	Á R E A (ha)		C A F E E I R O S E X I S T E N T E S				P R O D U Ç Ã O (SACOS)		
		EM MATAS	EM CAFEZAIS	EM PRODUÇÃO	NOVOS NOVOS	T O T A L		MÉDIA ANUAL	Na Safra de 1926/27	
						ABSOLUTO	RELATIVO		ABSOLUTO	RELATIVO
MATA	32	780.900	320.842	227.462.000	13.180.000	240.642.000	40,9 %	..	1.745.000	39,6 %
SUL	64	1.014.120	257.505	177.399.000	15.613.500	193.012.500	32,8 %	1.420.550	1.470.000	33,4 %
DESTE (1)	48	1.316.300	48.982	32.879.500	4.477.500	37.357.000	6,3 %	200.510	271.000	6,1 %
TRIÂNGULO	19	1.251.000	18.773	11.536.000	2.539.000	14.075.000	2,4 %	106.030	114.921	2,6 %
NORTE	12	3.711.000	914	630.500	76.500	707.000	0,1 %	4.270	4.750	0,1 %
LESTE (2)	39	6.276.600	136.549	91.216.000	11.275.000	102.491.000	17,4 %	..	700.000	19,1 %
MINAS GERAIS	214	14.319.920	783.595	541.123.000	47.161.500	588.284.500	100,0 %	4.233.040	4.403.184	100,0 %

Fontes: ALVIM, S. & ALVIM, A. & ALVIM, D. "O Meio Agrícola e as Reservas de Terras Caffeiras" in Minas e o Bicentenário do Caffeiro no Brasil (1727-1927). BH, Imprensa Oficial, 1929, pp. 154/161

Cbs.: (1) inclui alguns municípios das zonas Metalúrgicas e da Campo dos Vertentes

(2) inclui municípios da "Zona Leste" na fonte, menos os da Zona da Mata. Portanto, Zonas do Rio Doce, Mucuri e Alto Jequitinhonha.

QUADRO II - 17OS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE CAFÉ NA ZONA DA MATA  
EM 1923

MUNICÍPIOS	QUANTIDADE (SACOS)
CARANGOLA	200 000
CATAGUASES	166 500
MURIAÉ	146 500
JUIZ DE FORA	130 000
PONTE NOVA	109 250
MAR DE ESPANHA	81 500
ALÉM PARAÍBA	80 000
UBÁ	76 500
LEOPOLDINA	76 000
S.J. NEPOMUGENO	70 000

FONTE: Secretaria de Agricultura (Serv. de Estat. Geral).  
Anuário Estatístico de Minas Gerais, ano II (1922-1925). B.H., Imp. Ofic., 1929. Quadro VII, p. 312.  
**apud.** LIMA, J.H. op. cit., p. 42.

OBS: Os dados foram convertidos de arrobas para sacas.

QUADRO II - 18

OS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE CAFÉ DAS ZONAS DA MATA E SUL DE MINAS GERAIS

(31 - XII - 27)

Municípios	ÁREA (ha)		CAFEIROS EXISTENTES			PRODUÇÃO (SACOS)	
	Em Matas	Em Cafezais	Em Produção	Novos	Total	Média Anual	Na Safra de 1926-1927
Z O N A   D A   M A T A							
Carangola	57.000	32.000	23.000.000	1.000.000	24.000.000	175.500	150.000
Muriae	37.000	22.000	16.000.000	500.000	16.500.000	125.000	130.000
Caratinga	209.000	20.000	14.000.000	1.000.000	15.000.000	105.000	110.000
Mirai	8.000	13.333	9.000.000	1.000.000	10.000.000	100.000	105.000
Ponte Nova	12.600	19.600	14.000.000	700.000	14.700.000	66.000	90.000
Mar de Espanha	10.900	17.333	12.000.000	1.000.000	13.000.000	66.000	90.000
São Manoel do Mutum	80.000	14.400	10.000.000	800.000	10.800.000	85.000	86.000
Além Paraíba	13.000	22.346	16.700.000	60.000	16.760.000	90.000	85.000
Cataguases	22.600	14.000	10.000.000	500.000	10.500.000	75.000	83.000
Juiz de Fora	29.900	16.666	12.200.000	300.000	12.500.000	85.000	80.000
Z O N A   S U L							
São Sebastião do Paraíso	22.700	20.666	15.000.000	500.000	15.500.000	120.000	125.000
Monte Santo	19.500	26.100	17.978.000	1.600.000	19.578.000	110.000	105.000
Jacutinga	12.100	13.600	10.000.000	200.000	10.200.000	72.000	75.000
Caracol	8.000	10.000	6.700.000	800.000	7.500.000	55.000	68.000
Ouro Fino	86.000	9.733	7.000.000	300.000	7.300.000	50.000	66.000
Varginha	9.700	13.333	9.000.000	1.000.000	10.000.000	60.000	65.000
Três Pontas	7.200	11.733	8.000.000	800.000	8.800.000	50.000	60.000
Guaxupé	9.000	11.466	8.000.000	600.000	8.600.000	58.000	60.000
Guaranésia	15.900	8.666	6.000.000	500.000	6.500.000	52.000	50.000
Santa Rita do Sapucaí	6.400	7.066	5.000.000	300.000	5.300.000	48.000	50.000
Machado	18.900	7.333	5.000.000	500.000	5.500.000	46.000	50.000

QUADRO II.19

ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE MINAS GERAIS EM FUNCIONAMENTO NO ESTADO EM 31/XII/1925,  
SEGUNDO O ANO DE INAUGURAÇÃO

DATAS DE INAUGURAÇÃO	MATRIZES			AGÊNCIAS			TOTAL		
	BANCOS	CASAS BANCÁRIAS	TOTAL	BANCOS	CASAS BANCÁRIAS	TOTAL	BANCOS	CASAS BANCÁRIAS	TOTAL
antes de 1891	1	-	1	-	-	-	1	-	1
de 1891 a 1900	-	-	-	2	1	3	2	1	3
de 1900 a 1910	1	-	1	2	-	2	3	-	3
de 1911 a 1920	5	5	10	30	3	33	35	8	43
de 1921 a 1925	14	16	30	29	6	35	43	22	65
SOMA	21	21	42	63	10	73	84	31	105

Fonte: SECRETARIA DA AGRICULTURA (Serv. de Estat.Geral). Anuário Estatístico de Minas Gerais. BH, Imp. Ofic., ano II (1922/25), 1929, p.955.

QUADRO II.20

ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS COM SEDE FORA DO ESTADO EM FUNCIONAMENTO EM 31/XII/1925

INAUGURADOS EM MINAS GERAIS	EMPRESAS	SEDE	Nº DE AGÊNCIAS NO ESTADO
1916	BANCO DO BRASIL	DISTRITO FEDERAL	10
1918	BANCO PELOTENSE	PELOTAS (RS)	5
1923	BANCO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE SÃO PAULO	SÃO PAULO	1
1892	CASA BANCÁRIA CUSTÓDIO DE ALMEIDA MAGALHÃES & CIA.	DISTRITO FEDERAL	1
1918	CASA BANCÁRIA CANDIDO PORTO & CIA.	DISTRITO FEDERAL	1



QUADRO II.21

LOCALIDADES DOS ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS EM FUNCIONAMENTO NO ESTADO EM 31/XII/1925

Nº DE LOCALIDADES QUE OS ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS SERVEM		Nº DE LOCALIDADES SERVIDAS POR ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS	
Nº DE LOCALIDADES	Nº DE ESTABELECIMENTOS	Nº DE ESTABELECIMENTOS	Nº DE LOCALIDADES
1	35	1	43
2	3	2	17
3	2	3	5
4	2	4	3
5	2	5	1
10	1	6	1
17	1	TOTAL SERVIDO	70
23	1	TOTAL NÃO SERVIDO	143
TOTAL	47	TOTAL	213

Fonte: SECRETARIA DA AGRICULTURA (Serv. de Estat.Geral). Anuário Estatístico de Minas Gerais. BH, Imp.Oficial, ano II (1922/25), 1929, p.955 e p. 960.

QUADRO II.22

O GRAU DE CONCENTRAÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO

DEPÓSITOS EM CONTAS CORRENTES DOS TRÊS PRINCIPAIS BANCOS MINEIROS (1921-1925)

ANOS	HIPOTECÁRIO E AGRÍCOLA		CRÉDITO REAL		COMÉRCIO E INDÚSTRIA		SUB-TOTAL	MINAS GERAIS
	Contos de Réis	%	Contos de Réis	%	Contos de Réis	%	%	Contos de Réis
1920	35.870	...	21.837	...	-	-	...	...
1921	48.934	64	21.179	28	-	-	92	75.926
1922	75.647	65	27.796	24	-	-	89	115.503
1923	106.312	67	37.044	23	16.348	10	100 (*)	157.751
1924	129.662	55	43.740	19	27.887	12	86	234.996
1925	121.854	61	51.211	25	34.954	17	103 (*)	200.775

Fonte: SERV. DE ESTAT. GERAL (Secret. de Agricultura). Anuário Estatístico de Minas Gerais. Ano II (1922/25). BH, Imprensa Oficial, pp.963/7

Obs.: (\*) Os Bancos Hipotecários e Agrícola e Crédito Real possuíam agências no Rio de Janeiro. Seus depósitos provavelmente estão contabilizados aí. A falta de padronização dos balanços publicados e a disponibilidade apenas de consolidados estaduais sumariamente discriminados implicam em, que, com os dados utilizados, não se chegou a resultados absolutamente rigorosos.

QUADRO II.23  
 MOVIMENTO BANCÁRIO EM MINAS GERAIS  
 NA DÉCADA DOS 20

ANOS	EMPRÉSTIMOS						DEPÓSITOS						valores de fim-de-ano		
	(1) EM LETRAS NEGOCIADAS		(2) EM CONTAS CORRENTES		(3)	(1) %	(4) À VISTA		(5) À PRAZO		(6)	(7) CAIXA		(8) %	
	1000 contos	ÍNDICE	1000 contos	ÍNDICE	TOTAL		1000 contos	ÍNDICE	1000 contos	ÍNDICE	TOTAL	EM MOEDA	EM DÓLARES		
1920	...		...				...		...			...			
1921	56	100	40	100	95	59	33	100	43	100	76	43	125	19	25
1922	85	152	25	62	110	77	74	224	42	98	116	64	93	21	18
1923	145	259	32	80	177	82	101	306	57	133	153	64	112	33	27
1924	187	334	38	95	275	83	148	448	87	202	235	63	96	45	15
1925	153	273	27	67	180	85	117	354	84	195	201	68	90	31	16
1926	169	302	39	97	208	81	129	391	68	158	197	65	106	34	17
1927	204	364	41	102	245	83	140	424	79	184	229	61	107	45	20
1928	260	464	48	120	308	84	207	627	123	286	330	63	93	46	24
1929	261	466	63	157	324	81	178	539	127	295	305	58	106	44	24

Fonte: S.E.F. - M.F., Movimento Bancário, RJ, s/ed., vários anos.

1929

QUADRO II.24  
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO TOTAL DOS DEPÓSITOS À VISTA DOS PRINCIPAIS SISTEMAS BANCÁRIOS  
ESTADUAIS SOBRE O TOTAL GERAL DO PAÍS NA DÉCADA DOS 20

ANOS	DISTRITO FEDERAL		SÃO PAULO		RIO GRANDE DO SUL		MINAS GERAIS		SOMA
	%	Colocação	%	Colocação	%	Colocação	%	Colocação	
1920	51,00	1º	35,15	2º	4,44	3º	1,56	6º	92,15
1921	48,45	1º	29,97	2º	7,99	3º	1,57	6º	87,98
1922	45,33	1º	28,82	2º	13,52	3º	2,70	4º	90,37
1923	40,19	1º	29,00	2º	15,08	3º	3,45	4º	87,72
1924	36,14 ou 35,41	1º	30,12 ou 30,54	2º	17,12	3º	3,86	4º	
1925	31,24	2º	32,09	1º	19,16	3º	4,27	4º	86,76
1926	31,01	2º	36,66	1º	17,36	3º	4,38	4º	90,41
1927	30,08	2º	33,76	1º	19,86	3º	4,32	4º	88,02
1928	31,37	2º	34,87	1º	17,99	3º	4,99	4º	89,22
1929	35,23	1º	29,98	2º	19,56	3º	4,55	4º	89,32

Fonte: LEVY, Maria Bárbara. Estrutura e Funcionamento dos Bancos Comerciais - Traços Históricos.  
RJ, IBMEC, 1977. Tabela E.1 do Anexo Estatístico.

QUADRO II.25  
 PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS DEPÓSITOS À VISTA DOS BANCOS ESTRANGEIROS  
 SOBRE O TOTAL DO ESTADO NA DÉCADA DOS 20

ANOS	DISTRITO FEDERAL	SÃO PAULO	RIO GRANDE DO SUL	MINAS GERAIS
1920	43,10	74,36	19,22	...
1921	38,76	45,35	15,33	...
1922	29,91	31,83	5,37	...
1923	35,55	33,80	5,35	...
1924	36,39	31,66	4,50	...
1925	37,24	29,52	3,66	...
1926	38,30	23,47	4,27	0,25
1927	32,18	20,03	2,11	0,78
1928	31,08	15,72	3,67	1,40
1929	30,08	18,38	2,39	2,92

Fonte: LEVY, M.B. - op.cit., Tabelas F.15, F.19 e F.20 do Anexo Estatístico.

## NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS DECLARADOS EM 1946 EM MINAS GERAIS

ESPECIFICAÇÃO	ESTABELECIMENTOS				
	NÚMERO		ÁREA		
	Absoluto	%	Hectares	%	MÉDIA
PROPRIEDADES DO IMÓVEL					
individual	234.353	82,32	26.262.084	78,45	112,1
outra propriedade particular	38.579	13,55	5.723.607	17,09	148,3
entidade pública	6.892	2,42	907.990	2,71	131,7
s/ decl. de propriedade	4.861	1,70	581.200	1,74	119,6
SEGUNDO O SISTEMA DE EXPLORAÇÃO					
proprietário	233.146	81,89	25.370.941	75,79	108,8
arrendatário	14.943	5,25	1.133.947	3,39	75,9
ocupante	8.908	3,13	592.029	1,77	66,4
administrador	27.048	9,50	6.296.059	18,81	232,8
s/ decl. de condição	640	0,22	80.914	0,24	
SEGUNDO A EXTENSÃO TERRITORIAL					
menos de 1 hectare	1.123	0,39	563	0,00	0,5
de 1 a 5 hectares	29.076	10,21	95.004	0,28	3,3
de 5 a 10 hectares	30.165	10,60	245.480	0,73	8,1
de 10 a 20 hectares	43.861	15,41	665.655	1,99	15,2
de 20 a 50 hectares	73.648	25,87	2.453.575	7,33	33,3
de 50 a 200 hectares	74.934	26,32	7.537.360	22,51	100,6
de 200 a 1.000 hectares	27.446	9,64	11.077.652	33,09	403,6
de 1.000 a 5.000 hectares	3.955	1,39	7.394.982	22,09	1.869,8
de 5.000 e mais hectares	327	0,11	4.005.610	11,96	12.249,6
não declarado	130	0,04			
T O T A L	284.683	100,00	33.477.661	100,00	117,6

FONTE: Recenseamento de 1940

## QUADRO III - 2

## MINAS GERAIS: MÁQUINAS E APARELHOS EXISTENTES NA AGRICULTURA

DISCRIMINAÇÃO	CENSOS	
	1920	1940
Estabelecimentos que possuíam máquinas e aparelhos agrícolas	12.278 (10,6%)	40.697 (1,3%)
Máquinas e Aparelhos Agrícolas:		
Tratores	153	253
Arados	17.513	49.373
Grades	2.647	3.538
Rolos	.-.	3.870
Semeadeiras	911	3.752
Cultivadores	1.183	6.781
Ceifadeiras	190	576
Extintores de formi gas	.-.	6.902

FONTE: Recenseamento de 1940

QUADRO III - 3

VALOR DE PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS EM MINAS GERAIS (1930-1945)

PREÇOS CONSTANTES

BASE: MÉDIA 1932/34 = 100

ANOS	VALOR TOTAL	CAFÉ			CANA			MILHO			ARROZ			FEIJÃO			SOMA
		Cr\$ 1.000	Indi. 100	%	Cr\$ 1.000	Indi. 100	%	Cr\$ 1.000	Indi. 100	%	Cr\$ 1.000	Indi. 100	%	Cr\$ 1.000	Indi. 100	%	
1930	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
1931	...	...	...	...	27.979	118	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
1932	104.434	83.082	65	39,96	17.098	72	6,61	89.481	89	34,97	15.544	60	5,46	16.950	96	5,83	92,23
1933	146.281	201.425	151	45,61	25.773	109	5,77	111.340	100	24,94	26.804	104	6,00	17.526	101	3,97	89,29
1934	144.727	111.422	83	29,06	40.886	173	10,63	124.136	111	32,26	34.975	136	9,99	17.734	103	4,06	89,75
1935	419.001	161.408	75	22,62	27.659	117	6,18	152.113	136	33,93	52.092	256	17,53	41.329	239	7,73	85,77
1936	408.711	107.122	102	29,89	24.242	123	5,28	117.045	105	25,52	62.500	242	13,62	40.830	234	8,83	83,14
1937	417.943	67.107	65	20,84	22.955	97	5,49	93.711	84	22,42	73.565	285	17,61	37.736	218	9,73	73,35
1938	402.626	92.028	69	20,32	31.288	132	6,86	111.043	99	24,35	83.742	325	18,37	41.104	236	9,72	78,93
1939	372.256	73.475	55	19,74	32.012	135	8,60	110.671	99	29,73	67.073	260	18,62	34.756	201	9,14	65,43
1940	347.042	54.920	41	15,83	31.549	134	9,09	103.380	93	29,79	63.944	248	18,42	30.145	206	11,71	84,10
1941	272.719	38.486	29	14,18	27.097	114	9,90	87.348	78	32,02	40.876	159	14,99	35.522	206	13,02	61,11
1942	247.447	28.511	21	11,52	25.106	106	10,15	80.851	72	32,67	40.851	156	16,51	31.702	183	12,61	53,66
1943	399.210	75.848	56	19,19	24.351	103	6,16	129.741	116	32,63	92.016	357	23,28	36.327	210	9,19	90,65
1944	512.194	88.307	66	14,69	49.040	208	8,27	198.778	178	33,51	96.161	373	16,21	60.908	252	16,27	63,15
1945	339.271	130.945	92	25,03	43.597	180	8,33	250.433	122	26,08	79.421	308	15,18	44.055	255	8,42	83,04

FONTE: IBGE. Anuários Estatísticos do Brasil. Vários anos.

CRS.: Deflator Col. 2 (FGV) - Ano base : 1965/67

275



QUADRO III - 4

QUANTIDADE PRODUZIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRICOLAS EM MINAS GERAIS (1930 - 1945)

BASE - 1931 = 100

ANOS	CAFÉ		CANA		MILHO		ARROZ		FEIJÃO	
	ton.	Índice	ton.	Índice	ton.	Índice	ton.	Índice	ton.	Índice
1930	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
1931	254.908	100	2.253.020	100	1.200.000	100	188.900	100	138.823	100
1932	141.896	56	1.325.060	59	1.200.000	100	115.964	61	115.740	83
1933	359.520	141	2.032.900	90	1.200.000	100	147.468	78	113.304	82
1934	226.800	89	3.454.900	153	1.260.000	105	157.800	83	112.800	81
1935	180.000	71	2.971.000	132	1.620.000	135	252.000	133	219.900	158
1936	278.400	109	3.257.940	145	1.659.318	138	253.260	134	268.249	193
1937	294.817	116	3.461.550	154	1.584.538	132	359.541	190	275.874	198
1938	232.349	91	3.591.900	159	1.432.092	119	407.019	215	292.439	211
1939	189.979	74	3.506.410	156	1.474.879	123	331.416	175	209.407	151
1940	193.397	76	3.625.690	161	1.542.012	128	372.600	197	233.208	168
1941	154.598	61	3.594.780	159	1.597.679	133	383.771	203	231.684	167
1942	129.852	51	3.801.650	169	1.612.188	134	403.380	213	246.743	177
1943	218.581	86	3.481.680	154	1.542.634	128	395.009	209	240.414	173
1944	180.074	71	4.283.611	190	1.573.719	131	520.160	275	287.063	206
1945	209.902	82	3.866.830	172	1.391.307	116	450.965	239	260.593	188

FORNTE: IBGE, Anuários Estatísticos do Brasil, Vários anos.

QUADRO III - 5

PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS EM MINAS GERAIS

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NA QUANTIDADE PRODUZIDA (1930-1945)

ANOS	CAFÉ			CANA				MILHO				ARROZ				FEIJÃO			
	MG	SP	PR	MG	SP	PE	RJ	MG	SP	PR	RS	MG	SP	RS	GO	MG	SP	PR	RS
1930	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
1931	19,53	59,50	2,44	13,86	6,98	22,55	9,54	25,26	23,40	4,54	22,12	17,52	42,09	18,25	7,55	20,23	29,28	5,24	23,16
1932	9,24	71,35	2,44	8,92	8,85	25,05	8,80	20,80	27,58	5,82	22,39	9,64	55,28	17,16	4,09	16,03	33,75	4,98	21,49
1933	20,35	63,41	2,21	13,10	9,06	24,40	7,90	21,40	27,72	5,51	23,23	12,43	50,25	16,23	7,38	16,58	34,69	4,92	22,32
1934	13,72	73,19	0,73	19,42	10,48	19,28	7,14	23,81	20,78	5,90	24,41	13,32	47,27	17,52	7,60	16,98	28,98	5,24	24,48
1935	15,83	66,56	1,85	17,81	9,41	22,60	8,26	27,31	23,01	5,28	21,45	13,14	46,16	15,26	6,64	28,88	23,70	4,18	19,87
1936	17,65	66,60	2,08	17,61	13,55	22,20	19,58	29,00	20,29	5,24	23,03	20,87	37,17	18,82	7,32	32,44	22,20	3,99	19,48
1937	20,18	64,42	4,38	22,65	11,58	12,66	20,98	27,41	20,39	5,40	23,89	29,19	29,69	18,05	7,31	33,29	19,79	4,34	19,48
1938	16,56	66,73	2,47	21,66	11,42	16,22	21,78	25,76	25,16	5,97	18,24	26,62	30,58	21,72	5,88	34,24	22,14	3,07	15,79
1939	16,42	64,15	5,75	17,54	13,55	21,03	15,01	27,35	24,47	5,27	17,39	22,33	31,53	24,03	6,02	26,52	22,79	3,99	15,61
1940	19,30	61,28	5,70	16,29	11,58	17,71	14,83	31,63	12,33	12,85	19,43	28,23	15,75	23,44	12,10	30,39	10,85	9,10	15,78
1941	16,08	57,93	5,22	16,75	11,42	17,28	14,86	29,38	16,55	12,85	18,07	22,74	28,91	19,75	8,89	26,48	17,14	11,83	14,02
1942	15,65	61,66	3,97	17,62	12,98	15,27	15,04	30,56	13,69	14,20	17,04	21,44	26,82	20,42	11,49	29,46	11,47	16,69	11,52
1943	22,71	53,23	1,34	15,72	13,63	18,06	16,34	29,39	20,77	15,63	10,2	20,70	33,01	15,66	6,92	20,26	17,69	14,86	9,43
1944	26,22	42,74	6,03	17,02	17,11	16,46	11,97	28,23	17,85	14,77	19,78	24,65	23,43	24,44	8,70	27,54	13,87	16,83	9,97
1945	25,11	42,92	6,36	15,36	16,24	17,99	12,80	28,71	20,53	13,72	12,79	21,00	31,56	17,40	10,50	26,00	15,53	11,81	11,58

FONTE: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, Vários anos.

QUADRO III - 6

MINAS ENTRE OS ESTADOS NO RECENSEAMENTO INDUSTRIAL DE 1940

ESTADOS	VALOR DA PRODUÇÃO		Nº DE ESTABELECIMENTOS	
	Cr\$ 1000	%	ABSOLUTO	%
SÃO PAULO	7.601.721	43,5	12.170	28,4
DISTRITO FEDERAL	3.321.643	19,0	3.632	8,5
RIO GRANDE DO SUL	1.708.769	9,8	5.650	13,2
MINAS GERAIS	1.177.545	6,7	5.453	12,7
RIO DE JANEIRO	860.725	4,9	2.088	4,9
PERNAMBUCO	807.646	4,6	1.746	4,0
OUTROS	2.001.344	11,4	12.121	28,3
BRASIL	17.479.393	100,0	42.860	100,0

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil apud. BDMG, op. cit., p. 14.

QUADRO III - 7

A INDÚSTRIA DE MINAS GERAIS EM 1939

CLASSES DE INDÚSTRIAS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS		VALOR DE PRODUÇÃO		EMPREGO	
	absoluto	%	Cr\$ 1.000	%	absoluto	%
TOTAL	6.224	100,0	1.177.545	100,0	74.267	100,0
Ind. Extrativas	294	4,7	59.270	5,0	7.923	10,6
Construção Civil	140	2,2	52.456	4,4	5.478	7,3
Energia Elétrica	763	12,2	52.347	4,4	2.083	2,8
Ind. Transformação	5.027	80,7	1.013.472	86,0	58.783	79,1
Minerais não metálicos	677	10,9	38.807	3,2	4.489	6,0
Metalurgia	122	2,0	236.144	20,0	15.717	21,1
Mecânica	19	0,3	3.254	0,2	247	0,3
Mat. Eletr. e Comunic.	5	0,0	541	0,0	31	0,0
Mat. de Transporte	9	0,1	349	0,0	48	0,0
Madeira	144	2,3	24.540	2,0	1.526	2,0
Mobiliário	204	3,2	14.494	1,2	1.661	2,2
Papel e Papelão	12	0,2	13.170	1,1	604	0,8
Couros e Peles	201	3,2	26.609	2,2	1.377	1,8
Química e Farmac.	142	2,3	26.304	2,2	1.028	1,3
Textil	123	2,0	159.660	14,4	16.588	22,3
Vestuário, etc.	281	4,5	26.869	2,3	2.550	3,4
Alimentação	2.645	42,5	401.196	34,0	10.741	14,4
Bebidas	97	1,6	10.214	0,8	503	0,6
Fumo	7	0,1	4.056	0,3	140	0,2
Editorial e Gráfica	301	4,8	14.998	1,2	1.278	1,7
Diversas	38	0,6	2.267	0,2	253	0,3

FONTE: Censo Industrial de 1940, apud BDMG. Diagnóstico da Economia Mineira V,

BH. s/ ed., 1968, p. 14

QUADRO III.8

SIDERURGIA

I - RELAÇÃO, POR ORDEM DE ANTIGUIDADE, DAS USINAS EM FUNCIONAMENTO NO ESTADO DE MINAS GERAIS  
em 1940

ANO DA FUNDAÇÃO	U S I N A S		
	DENOMINAÇÃO	EMPRESA PROPRIETÁRIA	LOCALIZAÇÃO
1889	Usina Esperança	Queiroz Junior Ltda.	Itabirito
1893	Usina Wigg	Queiroz Junior Ltda.	Ouro Preto
1921	Usina Gagé	Usina Siderúrgica de Gagé Ltda.	Conselheiro Lafaiete
1921	Usina de Sabará	Cia.Siderúrgica Belgo-Mineira S/A.	Sabará
1925	Usina de Morro Grande	Cia.Bras. de Usinas Metalúrgicas	Santa Bárbara
1929	Usina Barbara	Barbará S/A.	Caeté
1931	Usina Gorceix	Cia. Ferro Brasileira	Caeté
1931	Usina Rio Acima	S/A. Metalúrgica Santo Antonio	Nova Lima
1936	Usina de Monlevade	Cia.Siderúrgica Belgo-Mineira S/A.	Rio Piracicaba
1937	Usina Cifer	Cia. Industrial de Ferro S/A.	Belo Horizonte

RESUMO DA ORGANIZAÇÃO - 1932 a 1939

ANOS	N Ú M E R O D E U S I N A S		
	EM FUNCIONAMENTO	PARALIZADAS	TOTAL
1932	4	4	8
1933	5	3	8
1934	6	2	8
1935	6	2	8
1936	7	1	8
1937	9	-	9
1938	10	-	10
1939	10	-	10

Fonte: Boletim do D.E.E. - nº 3, ano II, mar/abril de 1940.

QUADRO III.9  
 PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA INDÚSTRIA MINEIRA NA  
 PRODUÇÃO SIDERÚRGICA NACIONAL  
 1932 - 1947

ANOS	FERRO GUSA	AÇO	LAMINADOS
1932	100	76	73
1933	100	51	54
1934	100	45	47
1935	100	40	44
1936	100	42	46
1937	100	78	42
1938	92	43	41
1939	89	53	40
1940	90	60	55
1941	89	59	54
1942	89	61	53
1943	87	58	52
1944	88	59	56
1945	83	57	50
1946	61	39	45
1947	51	32	38

Fontes: Para os anos de 1932-1937:

MG: Boletim do D.E.E., nº 3, ano II

BR: W.BAER, Siderurgia e Desenvolvimento Brasileiro,  
 pp.86/7 apud tese Liana;

Para 1938-1947:

Anuários Estatísticos do Brasil apud BDMG.

Diagnóstico da Economia Mineira V - BH, s/ed., 1968.

QUADRO III-10

PRINCIPAIS PRODUTOS DE ORIGEM MINERAL EM MINAS GERAIS (1936-1950)

ANOS	CIMENTO				MINÉRIO DE FERRO			
	tonelada	índice	MG/BR (%)	@\$1000	tonelada	índice	@\$1000	índice
1936	-	-	-	-	154.900	100	6.190	100
1937	-	-	-	-	338.700	218	20.322	328
1938	-	-	-	-	982.387	634	29.548	477
1939	37.944	100	5,4	7.874	745.630	481	22.369	361
1940	49.004	129	6,6	10.954	589.573	380	17.687	286
1941	58.892	155	7,7	14.708	609.614	393	21.336	345
1942	65.382	172	8,9	27.670	406.005	262	13.700	221
1943	40.113	106	5,5	17.916	779.458	503	25.602	413
1944	49.657	131	6,2	21.480	795.109	513	24.682	399
1945	69.164	182	8,7	29.533	647.553	418	19.868	321
1946	81.321	214	11,9	46.708	580.010	374	19.190	310
1947	155.735	410	17,2	80.513	891.923	576	30.230	488
1948	155.538	410	...	91.638	1.569.837	1.013	78.771	1.272
1949	196.241	517	...	119.248	1.887.692	1.219	91.070	1.471
1950	211.844	558	...	130.781	1.972.102	1.273	63.999	1.033

Fonte: Anuário Estatístico de Minas Gerais de 1952.

## QUADRO III - 11

Percentual da Produção Exportada em Minas Gerais  
(1931 - 1940)

Anos	Gado Vacum	Feijão	Arroz
1931	...	15,06	6,52
1932	...	12,52	4,68
1933	...	24,09	10,16
1934	...	28,50	6,26
1935	...	12,80	6,72
1936	6,05	16,36	9,10
1937	6,44	13,76	...
1938	4,41	18,50	...
1939	5,20	10,41	2,77
1940	5,81	12,42	10,04

Fonte: Quadros III-4 e III-16.



## QUADRO III-12

Produção de Alimentos Simples de Minas e São Paulo  
(1937 - 1943)  
(kg/hab)

Anos	População (1.000 hab)		Arroz		Feijão		Milho	
	MG	SP	MG	SP	MG	SP	MG	SP
1937	6.379,0	6.792,9	...	...	43,25	...	248,40	...
1938	6.526,2	6.949,7	...	...	44,81	...	219,44	...
1939	6.673,4	7.106,5	49,66	65,86	31,38	25,33	221,02	185,76
1940	6.820,7	7.263,2	54,62	28,61	34,19	11,46	226,07	82,76
1941	6.967,9	7.420,0	55,08	65,74	33,25	20,21	229,29	121,29
1942	7.115,1	7.576,7	56,69	66,59	34,68	12,68	226,59	95,36
1943	7.263,3	7.733,5	54,39	81,44	33,10	20,94	212,40	141,02

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (1941/45) e Quadro III-4.

QUADRO III - 13

Exportação de MG segundo principais destinos  
1936-1942

DESTINO	1936		1937		1938		1939		1940		1941		1942	
	Cr\$ 1.000	%	Cr\$ 1.000	%	Cr\$ 1.000	%	Cr\$ 1.000	%	Cr\$ 1.000	%	Cr\$ 1.000	%	Cr\$ 1.000	%
Distrito Federal	563.623	52,19	637.504	49,13	670.845	47,65	773.300	52,00	900.644	54,45	1.180.001	54,71	1.545.965	58,41
São Paulo	303.550	28,10	376.799	29,04	450.876	32,02	426.906	28,71	490.101	29,63	600.142	27,82	731.037	27,29
Rio de Janeiro	119.988	11,11	184.144	14,19	207.301	14,76	189.116	12,72	150.703	9,11	210.084	9,74	309.679	11,10
Maria	38.425	3,56	43.341	3,34	30.783	2,19	28.555	1,92	40.278	2,43	56.719	2,63	61.908	2,32
Espírito Santo	34.847	3,23	41.895	3,22	26.447	1,89	43.419	2,92	31.765	1,92	50.348	2,31	49.948	1,85
Outros Estados	19.441	1,80	13.936	1,07	21.364	1,52	25.707	1,73	40.610	2,45	59.906	2,78	95.344	3,48
TOTAL	1.079.874	100,00	1.297.529	100,00	1.408.122	100,00	1.487.003	100,00	1.654.101	100,00	2.156.909	100,00	2.789.952	100,00

Fonte: Boletim do D.E.E.-MG, BH, julho/agosto de 1943, nº 23, ano V.

## QUADRO III - 14

## PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PARA D.F.U.S.P. EM 1937

ESPÉCIE	UNID.	DISTRITO FEDERAL		SÃO PAULO	
		Quantidade	Valor (Contos de réis)	Quantidade	Valor Oficial
<b>I - ANIMAIS E SEUS PRODUTOS</b>					
gado suíno (adulto)	cab	11.840	2.961	87.459	21.864
gado vacum - de corte	cab	127.121	32.116	311.329	79.380
- de criação	cab	2.426	970	15.410	6.164
galinhas e frangos	kg	8.918.108	31.213	1.446.364	5.067
carnes - de bovinos	kg	794.655	1.112	175.781	240
- de suíno	kg	1.062.400	2.974	189.658	532
- xarque	kg	4.578.645	10.073	288.492	634
leite natural	kg	42.667.259	19.669	5.518.762	2.594
queijos	kg	5.476.073	23.949	6.523.823	22.956
manteiga	kg	7.305.926	51.066	2.151.843	15.041
<b>II - VEGETAIS E SEUS PRODUTOS</b>					
açúcar - cristal branco	kg	1.059.452	900	1.483.207	1.261
- mascavo bruto e esc.	kg	8.541.466	4.270	8.621.625	4.311
algodão - em caroço	kg	204.164	336	1.977.685	2.966
- em corda ou em rama	kg	759.920	31507	1.270.929	5.672
arroz - beneficiado	kg	2.676.969	3.560	18.946.985	25.199
- em casca	kg	44.550	33	2.226.122	1.669
- quireça	kg	106.556	76	6.322.131	4.552
café - em grão	kg	69.685.567	131.371	3.536.217	7.072
- torrado em grão	kg	4.156.421	9.352	12.202	27
- torrado e moído	kg	916.365	2.316	111	-
carvão vegetal	kg	13.170.911	4.214	776.769	248
feijão	kg	23.752.827	19.952	7.643.658	6.420
mamona	kg	14.625.241	9.360	2.451.259	1.569
milho	kg	18.515.919	6.491	10.770.115	3.769
papel	kg	2.016.912	2.219	150.316	165
tabaco (em corda)	kg	838.417	1.970	2.261.274	5.514
tecidos de algodão - cru	kg	629.997	3.149	155.442	777
- de cor	kg	3.249.177	32.492	1.273.221	12.732
- de malha	kg	191.784	959	3.821	19
- brim	kg	300.612	2.405	196.747	1.574
<b>III - MINERAIS E SEUS PRODUTOS</b>					
águas minerais	ex	180.316	9.917	54.047	2.972
carbureto de cálcio	kg	3.492.168	3.147	943.991	849
ferro e seus artefatos	-	-	29.539	-	24.349
minérios - de ferro	ton	220.660.624	13.240	5.563.668	334
- de manganês	ton	197.964.569	19.896	743.100	74
ouro (em pó e barras)	gr	4.501.843.699	80.031	-	-
<b>TOTAL DA EXPORTAÇÃO</b>			<b>637.504</b>		<b>315.514</b>

FONTE: "Exportação do Estado em 1937" - Secretaria das Finanças - Imp. Ofic., BH, 1939.

OBS: as exportações para o Distrito Federal incluem as que saem pelo Porto de Rio.

## QUADRO III.15

## IMPORTAÇÃO DO ESTADO, POR VIAS INTERNAS

(1943 - 1948)

PROCEDÊNCIA	1943		1944		1945	
	Cr\$1.000	%	Cr\$ 1.000	%	Cr\$ 1.000	%
Distrito Federal	985.179	46	1.211.546	44	1.434.328	49
São Paulo	965.313	45	1.226.355	45	1.226.234	42
Rio de Janeiro	112.460	5	164.756	6	164.679	6
Goiás	42.128	2	78.406	3	61.329	2
Espírito Santo	27.723	1	42.481	2	42.411	
Bahia	9.007	0,4	12.290		6.209	
Paraná	4.868	0,2	4.945		4.770	
Rio Grande do Sul	4.451	0,2	7.532		8.322	
T O T A L	2.156.308	100	2.753.723		2.951.805	

Fonte: Anuário Estatístico de MG, ano IV, 1950.

(\*) de Janeiro a setembro.

, SEGUNDO A PROCEDÊNCIA

1946		1947		1948	
Cr\$ 1.000	%	Cr\$ 1.000	%	Cr\$ 1.000	%
1.766.095	52	1.987.661	58	2.335.558	67
1.299.452	38	1.372.189	40	(*) 838.383	24
167.374	5	180.864	5	179.903	
76.007	2	76.007		...	
51.466		52.333		61.114	
3.925		4.281		11.657	
9.833		12.242		16.793	
18.961		15.234		26.208	
3.397.805		3.397.300		3.471.925	

QUADRO III - 16

EXPORTAÇÃO DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS EM MINAS GERAIS NA DÉCADA DOS 30

BASE - 1931 = 100

ANOS	C A F É				A R R O Z				F E I J ã O			
	Quantid. (ton.)	Ind.	Valor (contos)	Ind.	Quantid. (ton.)	Ind.	Valor (contos)	Ind.	Quantid. (ton.)	Ind.	Valor (contos)	Ind.
1931	328.523	100	499.065	100	12.327	100	6.899	100	20.904	100	9.358	100
1932	281.552	86	469.381	94	5.426	44	3.417	49	14.487	69	19.874	116
1933	190.562	58	268.719	54	14.984	121	10.746	156	27.294	130	24.741	264
1934	160.954	49	245.090	49	9.878	80	7.911	115	32.145	154	20.348	217
1935	200.629	61	344.690	69	16.948	137	14.518	210	28.156	135	15.447	165
1936	167.441	51	292.233	58	23.048	187	23.076	334	43.888	210	34.672	370
1937	168.057	51	337.741	68	32.416	263	37.429	542	37.954	181	31.882	341
1938	197.193	60	349.568	70	21.657	176	24.510	355	54.117	259	39.404	421
1939	189.041	57	351.567	70	9.176	74	10.546	153	21.798	104	16.594	175
1940	137.087	42	248.934	50	37.419	303	34.556	501	28.963	138	31.749	339

FONTE: D.E.E. - MG. Exportação do Estado de Minas Gerais 1940. Bh, Imp. Ofic. 1946

QUADRO III - 17

QUANTIDADE EXPORTADA DOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL DE MINAS GERAIS NA DÉCADA DOS 30

BASE : 1931 = 100

ANOS	GADO VACUM		LACTICÍNIOS						CARNES		GADO SUÍNO		AVES DOMÉSTICAS	
			MANTEIGA		QUEIJOS		LEITE						ton.	Ind
	cabecas	Ind	ton.	Ind	ton.	Ind.	ton.	Ind.	ton.	Ind				
1931	444.297	100	7.138	100	7.394	100	30.855	100	6.321	100	76.739	100	7.228	100
1932	443.241	100	7.352	103	7.850	106	33.817	110	8.318	122	74.593	97	7.641	106
1933	449.771	101	7.842	110	8.819	119	38.477	125	7.245	106	71.065	93	8.412	116
1934	417.251	94	8.680	122	9.574	129	42.751	139	7.213	106	140.604	183	9.823	136
1935	508.044	114	10.190	143	13.126	177	46.239	150	7.943	116	91.278	119	11.141	154
1936	598.117	135	9.498	133	12.628	171	46.611	151	9.037	132	105.369	137	10.832	150
1937	666.419	150	10.670	150	13.388	181	56.171	182	8.587	126	127.302	166	11.252	156
1938	492.100	111	11.735	164	12.617	171	55.134	179	11.330	166	122.272	159	12.214	169
1939	589.789	133	10.202	143	13.113	177	54.665	177	10.622	156	92.195	120	9.656	133
1940	672.870	151	10.428	146	13.128	177	60.394	196	12.405	182	52.370	68	10.782	149

FORTE: D.E.E. - MG. Exportação do Estado de Minas Gerais 1940, BH, Impr. Ofic. 1946

QUADRO III - 18

Valor da exportação dos produtos de origem animal de MG na década dos 30

Base 1931 = 100

Anos	Gado Vacum		Laticínios						Carnes		Gado Suíno		Aves Domésticas	
			Manteiga		Queijos		Leite							
	contos	Índice	contos	Índ.	contos	Índ.	Contos	Índ.	Contos	Índ.	Contos	Índ.		
1931	82.360	100	35.383	100	20.025	100	15.265	100	16.376	100	11.851	100	24.127	100
1932	82.077	100	38.214	108	23.314	116	16.147	106	19.614	120	11.561	98	22.864	95
1933	84.966	103	39.878	113	26.331	131	16.930	111	16.199	99	10.637	90	22.714	94
1934	87.698	106	41.466	117	31.678	158	18.810	123	11.656	71	17.520	148	27.535	114
1935	104.272	127	47.871	135	41.098	205	23.120	151	13.336	81	13.693	116	41.232	141
1936	141.706	172	49.730	140	45.432	227	20.975	137	17.242	105	16.874	142	34.554	143
1937	172.020	209	74.587	211	52.307	261	27.108	178	18.769	115	31.041	262	39.672	164
1938	171.723	208	82.536	233	55.617	278	28.823	189	27.990	171	31.562	266	44.213	183
1939	195.575	237	68.412	193	57.379	286	29.089	191	26.432	161	21.060	178	26.081	108
1940	228.444	277	81.341	230	58.297	291	36.478	239	34.421	210	13.238	112	30.503	126

Fonte: D.E.E.-MG, Exportação do Estado de Minas Gerais, 1940. BH, Impr.Of., 1946.



QUADRO III - 19

Valor de exportação dos minerais e seus produtos na década dos 30 em Minas Gerais

Base - 1931 = 100

Anos	Ferro e seus artef.		Minério de Ferro		Minério de Manganês		Ouro		Pedras Coradas		Ped.Prec.-Diamantes	
	Contos	Índice	Contos	Índ.	Contos	Índ.	Contos	Índ.	Contos	Índ.	Contos	Índ.
1931	7.694	100	-	-	5.592	100	36.989	100	110	100	978	100
1932	9.799	127	750	100	1.319	24	33.822	91	123	112	524	54
1933	12.297	160	2.773	370	813	15	31.798	86	52	47	455	47
1934	17.837	232	3.320	443	430	8	56.680	153	229	208	481	49
1935	40.467	526	7.938	1.058	1.538	27	81.340	220	557	506	396	40
1936	32.654	424	17.625	2.350	12.916	231	84.954	230	1.034	940	665	68
1937	62.604	814	13.588	1.811	19.974	357	80.031	216	1.028	934	342	96
1938	60.395	785	27.862	3.715	21.200	379	98.003	265	1.042	947	1.700	174
1939	88.792	1.154	25.888	3.452	17.310	309	118.663	321	13.762	12.510	16.133	1.650
1940	124.117	1.613	20.363	2.715	27.328	489	121.986	330	20.125	18.295	27.078	2.769

Fonte: D.E.E.-MG - Exportação do Estado de Minas Gerais, 1940. BH, Imp.Of., 1946.

QUADRO III - 20

Participação percentual do total dos depósitos à vista dos principais sistemas bancários estaduais sobre o total geral do país (1930 - 1945)

Anos	Distrito Federal		São Paulo		Minas Gerais		R. Grande do Sul		Soma
	%	Colocação	%	Coloc.	%	Coloc.	%	Coloc.	
1930	34,65	1º	33,37	2º	4,53	4º	15,12	3º	87,67
1931	39,85	1º	29,80	2º	4,52	4º	13,09	3º	87,26
1932	36,51	1º	35,64	2º	4,44	4º	11,37	3º	87,96
1933	38,58	1º	32,00	2º	4,15	4º	11,39	3º	86,12
1934	37,06	1º	34,46	2º	4,14	4º	10,00	3º	85,66
1935	36,19	1º	33,17	2º	4,87	4º	10,98	3º	85,21
1936	34,51	1º	32,85	2º	5,32	4º	12,26	3º	84,94
1937	34,83	1º	30,10	2º	6,47	4º	13,64	3º	85,04
1938	42,02	1º	30,09	2º	5,48	4º	9,58	3º	87,17
1939	41,78	1º	34,16	2º	5,70	3º	4,95	4º	86,59
1940	42,03	1º	32,73	2º	6,07	3º	4,73	4º	85,56
1941	42,54	1º	31,75	2º	6,31	3º	4,58	4º	85,18
1942	41,90	1º	31,24	2º	7,20	3º	4,40	4º	84,74
1943	44,96	1º	30,50	2º	7,03	3º	2,98	4º	85,47
1944	37,15	1º	35,33	2º	8,15	3º	3,85	4º	84,48
1945	37,10	1º	36,21	2º	8,25	3º	3,42	4º	84,98

Fonte: a mesma do Quadro 36, do qual é complementar (Levy, Maria Bárbara).

Quadro III - 21

Movimento bancário em Minas Gerais no período 1920-1945

Base - 1930=100

(valores em fim de ano)

ANOS	EMPRÉSTIMOS						DEPÓSITOS						E/D	Caixa em Moeda corrente	Balanço			
	(1) Em letras descontadas		(2) Em contas correntes		(3) Total	(1) (3) %	(4) À vista		(5) À prazo		(6) Total	(4) (6) %				(3) (4) %	(7)	(8)
	1.000.000	Índice	1.000.000	Índice			1.000.000	Índice	1.000.000	Índice								
1920	196	100	78	100	276	72	147	100	116	100	263	56	104,7	40	25,3			
1931	141	71	93	119	234	60	178	121	108	93	286	62	81,8	47	16,4			
1932	131	63	74	95	259	71	233	158	111	96	344	68	75,3	52	15,0			
1933	212	107	130	167	342	62	266	140	136	117	312	60	100,0	43	12,6			
1934	229	116	165	211	395	58	233	158	151	130	384	61	102,7	47	12,3			
1935	263	133	180	231	444	59	267	182	158	136	426	63	104,2	47	11,1			
1936	307	155	207	265	514	60	317	216	177	153	454	64	103,9	64	12,9			
1937	400	203	320	410	809	50	447	304	247	210	694	64	110,6	92	13,3			
1938	520	266	375	481	901	58	517	351	313	270	830	62	108,7	102	12,4			
1939	648	327	439	563	1.027	60	511	348	396	333	897	57	121,2	153	12,3			
1940	706	356	457	586	1.163	61	571	388	439	378	1.010	56	115,2	114	11,3			
1941	871	440	623	876	1.554	56	695	473	547	471	1.242	56	125,1	138	11,4			
1942	916	463	873	1.119	1.789	51	1.090	741	601	518	1.631	64	100,8	135	11,5			
1943	1.267	791	1.019	1.306	2.586	61	1.397	1.086	881	759	2.478	64	104,3	234	12,2			
1944	2.253	1.128	1.813	2.332	4.052	55	2.273	1.546	1.263	1.089	3.546	64	111,6	342	9,7			
1945	2.534	1.290	2.490	3.192	5.044	51	2.536	1.725	1.681	1.449	4.217	60	109,6	392	9,3			

Fonte: S.E.C.F.-MF, Movimento Bancário, RJ, s/ed., vários números.

QUADRO 111 - 22

MOVIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE FUNDOS ENTRE A CAPITAL E O INTERIOR DE MINAS CERAIS

bilhões antigos 1928/1948 (31-12)

ANOS	C A P I T A L				I N T E R I O R			
	E	D	D (%) Capital/ Estado	E (%) Capital/ Estado	E	D	D (%) Interior/ Estado	E (%) Interior/ Estado
1928	77	78	24	99	231	252	76	92
1929	82	84	28	98	242	221	72	109
1930	87	81	31	107	189	182	69	104
1931	65	71	18	92	169	215	82	79
1932	79	94	27	84	180	250	73	72
1933	133	95	28	140	209	247	72	85
1934	168	105	27	160	227	279	73	81
1935	207	123	29	168	237	303	71	78
1936	241	132	27	183	273	362	73	75
1937	326	150	19	252	481	564	81	88
1938	337	202	24	167	564	628	76	90
1939	374	198	22	189	713	699	76	102
1940	408	239	24	171	755	771	76	96
1941	557	283	23	145	997	959	77	104
1942	643	444	26	145	1.146	1.247	74	92
1943	908	610	25	149	1.678	2.926	75	57
1944	1.192	975	28	122	2.860	2.579	72	111
1945	1.569	1.115	26	141	3.475	3.102	74	117
1946	1.941	1.359	28	143	3.642	3.575	72	102
1947	2.208	1.368	27	161	3.521	3.727	73	95
1948	2.585	1.486	28	174	3.441	3.886	72	89
1949	3.055	1.589	25	192	3.941	4.665	75	84

FONTE: D.E.E. Tabela Estatística do Minas Gerais (Julho de 1949). BH, s/ed. 1949, pp.110/116

NOTA: E: Total de Empréstimos; D: Total de Depósitos à Vista e de Curto Prazo.

QUADRO III.23

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS DEPÓSITOS À VISTA DOS BANCOS  
ESTRANGEIROS SOBRE O TOTAL DO ESTADO NO "PERÍODO VARGAS"

ANOS	DISTRITO FEDERAL	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	RIO GRANDE DO SUL
1930	40,20	21,14	4,64	5,05
1931	31,80	32,79	4,29	5,58
1932	30,56	28,90	3,16	5,46
1933	31,96	24,60	1,74	5,07
1934	22,81	26,32	1,47	4,94
1935	25,18	26,70	1,51	5,27
1936	23,77	25,50	1,02	3,24
1937	23,42	25,14	1,18	3,02
1938	15,57	20,65	1,16	2,36
1939	18,61	25,04	0,99	4,98
1940	18,07	21,33	0,73	4,23
1941	16,04	19,69	0,62	3,36
1942	12,26	14,44	0,34	2,63
1943	11,10	12,38	0,26	2,12
1944	9,36	11,24	0,22	1,97
1945	10,21	12,22	0,21	1,92

Fonte: LEVY, M.B.. op.cit., Tabelas F. 15, F. 16, F. 19 e F. 20 do Anexo Estatístico.

## QUADRO III-24

Relação nominal dos bancos em funcionamento em M.Gerais  
segundo a data de inauguração

1925-1935-1937-1946

Data de Inaug.	ESTABELECIMENTOS	Sede da Matriz	Número de Estabelecimentos					
			1925 (1)	1935 (2)	1937 (3)	1944 (4)	1945 (4)	1946 (4)
	<b>BANCOS MINEIROS</b>							
1889	Crédito Real de Minas Gerais	Juiz de Fora	17	24	26	45	45	47
1909	Guaxupé	Guaxupé	1	...	...	...	...	...
1911	Hypothecário e Agrícola de MG	Belo Horizonte	23	28	28	37	37	42
1914	Comércio e Lavoura de Muzambinho	Muzambinho	1	1	1	...	...	...
1917	Santaritense	S.Rita do Sapucaí	4	5	...	...	...	...
1918	Comercial de Alfenas	Alfenas	3	1	4	...	...	...
1919	Monte Santo	Monte Santo	1	1	1	1	...	1
1920	Paraguassú	Paraguassú	1	1	1	...	...	...
1922	Machadense	Machado	2	2	2	...	...	...
1923	Comércio e Indústria de MG	B.Horizonte	3	25	29	45	45	29
1924	Arceburgo	Arceburgo	1	...	...	...	...	...
	Cabo Verde	Cabo Verde	1	...	...	...	...	...
	Comercial de MG	Carangola	1	1	1	...	...	...
	Miraf	Miraf	1	1	1	1	1	1
	Popular Sul de Minas	S.Rita do Sapucaí	1	...	1	...	...	...
	Comercial e Agrícola de S.S.Paraíso	S.Sebast.do Paraíso	2	...	...	...	...	...
1925	Lavoura de MG	B.Horizonte	1	...	16	43	51	50
	Oeste de MG	Forniga	1	...	...	...	...	...
	Rural de S.Tiago	S.Tiago	1	...	...	...	...	...
	Agrícola de 7 Lagoas	Sete Lagoas	1	...	...	1	...	1
	Comercial e Agrícola de Varginha	Varginha	1	4	4	...	...	...
1928	Mineiro	Visconde do R.Branco	...	1	1	1	1	1
	Pontenovense Ltda.	Ponte Nova	...	...	...	...	...	1
1931	Agrícola de 7 Lagoas	Sete Lagoas	...	...	1	1	1	1
1933	Rio Preto	Rio Preto	...	...	...	...	...	1
1934	Mineiro da Produção	B.Horizonte	...	...	15	47	51	56
1935	Triângulo Mineiro	Uberaba	...	...	1	3	3	1
1936	Abaeté	Abaeté	...	...	...	...	...	1
	Contiño Irmão Soc.Ltda.	B.Horizonte	...	...	...	1	1	1
	Mercantil e Agrícola de MG	Cataguases	...	...	1	...	...	...
1937	Minas Gerais (ex-Crédito Predial)	B.Horizonte	...	...	1	18	32	38
1939	Ribeiro Junqueira	Leopoldina	...	...	...	5	5	8
1940	Moreira Salles	Popos de Caldas	...	...	...	13	13	14
1941	Comercial e Agrícola de MG	Lagoa Dourada	...	...	...	...	...	1
	Mercantil de M.Gerais	Curvelo	...	...	...	4	...	...
1942	Belo Horizonte	B.Horizonte	...	...	...	1	1	1
	Comercial Mineiro	B.Horizonte	...	...	...	...	...	...
	Crédito Rural	Paracatu	...	...	...	1	1	1
1943	Crédito Brasileiro	B.Horizonte	...	...	...	...	...	1
	Crédito e Comércio de MG	B.Horizonte	...	...	...	5	23	28
	Financiar da Produção	B.Horizonte	...	...	...	1	1	3
	Industrial de MG	B.Horizonte	...	...	...	9	10	24
	Popular de Minas Gerais	B.Horizonte	...	...	...	1	1	1
1944	Crédito Mútuo de MG	B.Horizonte	...	...	...	1	4	3
	Meridional de MG	B.Horizonte	...	...	...	1	...	4
	Nacional de Minas Gerais	B.Horizonte	...	...	...	1	3	7
	Uberlândia	Uberlândia	...	...	...	1	1	1
s/d	Campanha	Campanha	...	...	1	...	...	...
	Pouso Alegre	Pouso Alegre	...	...	3	...	...	...
	Sul de Minas	Varginha	...	...	3	...	...	...
	Itajubá	Itajubá	...	5	5	13	13	16
	<b>BANCOS C/SEDE EM OUTROS ESTADOS</b>							
1916	Brasil	R.Janeiro	10	...	10	35	36	35
1918	Pelotense	Pelotas	5	...	...	...	...	...
1923	Comércio e Indústria de S.Paulo	S.Paulo	1	...	1	1	...	...
1889	São Paulo	S.Paulo	1	...	2	...	1	1
1937	Almeida Magalhães	R.Janeiro	...	...	...	1	1	1
1919	Distrito Federal	R.Janeiro	...	...	...	8	9	9
1944	Itaú	S.Paulo	...	...	...	2	3	4
1943	Nacional da Produção	S.Paulo	...	...	...	2	3	5
1942	União Mercantil	R.Janeiro	...	...	...	1	1	1
1943	Industrial Brasileiro	R.Janeiro	...	...	...	6	14	13
	<b>BANCOS ESTRANGEIROS</b>							
1862	Bank of London & South America Ltd.	Londres	...	...	2	...	...	1
s/d	Banca Francese e Italiana p/ A.S.	...	...	...	1	...	...	...

Fonte: (1) Anuário Estatístico de MG, tom II, 1922/25; (2) Síntese Estatística de MG, nº 1, 1936; (3) Idem, nº 3, 1938; (4) Boletim de E.S.T.M., nº 35, 1947.

QUADRO III.25

EMPRÉSTIMOS DO BANCO DO BRASIL SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS (1939-1945)

Saldos de fim-de-ano - em milhões de cruzeiros

ATIVIDADES ECONÔMICAS	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945
AGRICULTURA, INDÚSTRIA FLORESTAL E MINERAÇÃO	278	482	754	1.183	1.340	2.998	5.172
Pecuária	58	190	357	571	708	1.988	3.500
Açúcar e Álcool	67	70	86	104	147	269	336
Cereais	28	47	69	84	126	138	218
Café	67	76	94	159	125	170	212
Algodão	17	31	65	148	124	284	648
Carne	12	17	23	11	26	48	65
Plantas e frutas oleaginosas	2	8	4	9	15	14	22
Cacau	10	11	11	16	10	-	-
Outros Produtos	17	32	45	81	57	(1) 87	(1) 191
INDÚSTRIA MANUFATUREIRA	242	292	362	424	676	1.317	1.377
INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO	167	216	234	248	290	249	65
INDÚSTRIA DOS TRANSPORTES	102	103	239	184	154	163	287
COMÉRCIO	378	523	664	719	716	1.191	1.657
OUTROS EMPRÉSTIMOS	65	76	117	126	162	219	272
TOTAL	1.232	1.692	2.370	2.884	3.298	6.137	8.830

Fonte: Banco do Brasil S.A.. Relatório de 1943 e de 1946 apud CARVALHO, F.. A Inflação Brasileira.

O Observador - CXXXIII, p.33

(1) inclusive o item "cacau"

Nota: No quinquênio de 1942-46 81% dos créditos concedidos a agricultura e a indústria extrativa vegetal foram destinados apenas a 3 produtos: Algodão: 53%; Arroz: 11%; Café: 17% - os empréstimos da CREA representavam de 1943 a 1946 mais de 50% do total do Banco do Brasil.

QUADRO IV - 1

TAXAS DE JUROS EFETIVAS SOBRE AS OPERAÇÕES DOS BANCOS COMERCIAIS NO BRASIL (1952-1964)

A N O S	TAXA EFETIVA DOS JUROS NOMINAIS		Alterações dos índices de preços por atacado (excl. café)	Alterações dos índices do custo de vida (GB)	TAXAS DE JUROS EFETIVAS DEFLACIONADAS PELO ÍNDI- CE DE PREÇOS POR ATACA- DO		TAXAS DE JUROS EFETIVAS DEFLACIONADAS PELO ÍNDI- CE DE CUSTO DE VIDA	
	em empréstimos	em depósitos			sobre empréstimos	sobre depósitos	sobre empréstimos	sobre depósitos
1952	14,1	4,4	13,1	20,8	+ 0,9	- 7,7	- 5,5	- 13,6
1953	13,0	4,7	18,9	16,1	- 5,0	-11,9	- 2,7	- 9,8
1954	13,0	4,9	22,1	25,9	- 7,5	-14,1	-10,2	- 16,7
1955	13,8	4,4	15,9	19,1	- 1,8	-10,9	- 4,5	- 12,3
1956	14,5	4,2	26,3	22,2	- 9,3	-17,5	- 6,3	- 14,7
1957	15,1	4,2	3,5	13,1	+11,1	+ 0,7	+ 1,8	- 7,9
1958	16,0	4,7	35,9	17,4	-14,6	-23,0	- 1,2	- 10,8
1959	17,5	4,0	35,6	51,7	-13,3	-23,3	-22,5	- 31,4
1960	18,6	4,0	34,5	23,8	-11,8	-22,7	- 4,2	- 16,0
1961	18,2	4,0	53,3	43,3	-22,9	-32,2	-17,5	- 27,4
1962	21,0	4,0	45,7	55,2	-17,0	-28,8	-22,0	- 33,1
1963	27,5	3,8	83,1	80,6	-30,4	-43,4	-29,4	- 42,6
1964	33,2	3,6	84,1	86,6	-27,6	-43,7	-28,6	- 44,5

FONTE: Análise de uma amostra dos Bancos Comerciais por CHRISTOFFERSEN, Leif E. - R.B.E. , RJ, V. 23 (2), pp. 05/34, abril/junho 1969.

✓ OBS.: As taxas de juros real efetivas são derivadas da fórmula:

$$i_r = \frac{100 + i_o}{100 + d} - 1$$

onde:  $i_r$  = taxa real

$i_o$  = taxa nominal

d = aumento do índice no período

OBS.: As taxas efetivas foram obtidas dividindo as receitas provenientes de juros e comissões pelo saldo médio de empréstimos a vencer no período.



QUADRO IV - 2

DEPÓSITOS À VISTA NO BRASIL - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL - "PERÍODO SUMOC"

ANOS	TOTAL GERAL	BANCOS NACIONAIS			BANCOS ESTRANGEIROS	
		TOTAL	BANCO DO BRASIL	OUTROS BANCOS NACIONAIS		CASAS BANCÁRIAS
1946	100,00	92,03	34,57	55,68	1,78	7,96
1947	100,00	90,05	35,97	52,36	1,72	9,94
1948	100,00	90,30	36,73	51,77	1,79	9,70
1949	100,00	91,13	31,89	57,31	1,93	8,86
1950	100,00	91,49	31,65	58,33	1,50	8,50
1951	100,00	93,58	39,22	52,99	1,37	6,42
1952	100,00	92,46	44,82	47,22	1,24	6,72
1953	100,00	94,54	43,44	49,69	1,41	5,45
1954	100,00	96,07	45,05	49,85	1,16	3,93
1955	100,00	96,07	45,64	49,52	0,91	3,93
1956	100,00	96,57	46,72	49,05	0,80	3,48
1957	100,00	96,56	45,28	50,60	0,68	3,44
1958	100,00	96,07	37,96	57,70	0,41	3,93
1959	100,00	96,43	35,02	61,13	0,28	3,57
1960	100,00	96,79	37,64	58,89	0,26	3,18
1961	100,00	97,15	45,65	51,27	0,23	2,85
1962	100,00	97,74	50,69	46,92	0,13	2,26
1963	100,00	97,67	48,53	49,04	0,09	2,33
1964	100,00	98,24	59,72	38,46	0,05	0,18

Fonte: M.B. - M.F.

QUADRO IV-3

NÚMERO DE PRAÇAS BANCÁRIAS SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO  
1956/59 - 1964 (dezembro)

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	1956	1957	1958	1959	1964
RONDONIA	2	2	2	2	2
ACRE	4	5	5	5	5
AMAZONAS	6	7	7	7	8
RIO BRANCO	1	1	1	1	1
PARÁ	14	15	15	15	15
AMAPÁ	1	1	1	1	1
MARANHÃO	8	8	8	8	18
PIAUI	9	9	9	10	15
CEARÁ	16	16	16	17	25
RIO GRANDE DO NORTE	7	7	7	7	10
PARAÍBA	11	11	11	11	16
PERNAMBUCO	15	15	14	17	29
ALAGOAS	9	9	9	9	12
SERGIPE	8	8	8	9	12
BAHIA	65	67	68	69	106
MINAS GERAIS	310	311	312	314	301
ESPÍRITO SANTO	20	22	23	23	35
RIO DE JANEIRO	58	66	67	67	91
GUANABARA	1	1	1	1	1
SÃO PAULO	274	295	305	328	409
PARANÁ	109	115	119	124	184
SANTA CATARINA	55	55	56	56	69
RIO GRANDE DO SUL	155	157	157	160	181
MATO GROSSO	15	15	14	16	41
GOIÁS	22	23	23	24	50
BRASÍLIA (D.F.)	-	1	1	1	1
BRASIL	1195	1242	1259	1302	1638

FONTE: M.B. - M. F.

## QUADRO IV - 4

## PRINCIPAIS PRAÇAS BANCÁRIAS EM MINAS GERAIS EM 1956

PRAÇA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTO BANCÁRIO	DEPÓSITOS À VISTA (Cr\$ 1.000)
BELO HORIZONTE	21	5.321.654
JUIZ DE FORA	12	740.244
UBERLÂNDIA	10	320.689
UBERABA	10	306.110
GOVERNADOR VALADARES	8	168.924
POÇOS DE CALDA	5	168.454
MONTES CLAROS	8	153.610
VARGINHA	7	148.018
ITAJUBÁ	6	145.698
BARBACENA	7	140.458
TEÓFILO OTONI	5	134.472
CARATINGA	8	129.739
PONTE NOVA	8	121.145
UBÁ	7	114.912
SÃO JOÃO DEL REI	7	111.775
MINAS GERAIS	778	14.153.619

FONTE: MB-MF

QUADRO IV - 5  
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO TOTAL DOS DEPÓSITOS À VISTA DOS PRINCIPAIS SISTEMAS BANCÁRIOS ESTADUAIS  
SOBRE O TOTAL GERAL DO PAÍS - 1946/64

ANOS	DISTRITO FEDERAL*		SÃO PAULO		MINAS GERAIS		RIO GRANDE DO SUL		SOMA
	%	Colocação	%	Colocação	%	Colocação	%	Colocação	
1946	36,06	2º	36,40	1º	8,65	3º	3,49	4º	84,60
1947	38,79	1º	33,83	2º	8,50	3º	3,90	4º	85,02
1948	39,43	1º	31,89	2º	8,26	3º	4,06	4º	83,64
1949	...		...		8,74	3º	...		
1950	39,32	1º	33,58	2º	7,48	3º	3,55	4º	83,93
1951	42,08	1º	33,04	2º	6,94	3º	3,61	4º	85,67
1952	42,26	1º	34,22	2º	5,62	3º	4,19	4º	86,29
1953	44,39	1º	30,49	2º	6,73	3º	4,33	4º	85,94
1954	45,82	1º	29,44	2º	6,91	3º	3,99	4º	86,16
1955	46,99	1º	29,19	2º	6,53	3º	3,56	4º	86,27
1956	47,92	1º	28,11	2º	5,95	3º	3,72	4º	85,70
1957	46,43	1º	29,10	2º	6,31	3º	3,61	4º	85,45
1958	41,29	1º	31,90	2º	6,96	3º	3,85	4º	84,00
1959	36,90	1º	35,08	2º	6,85	3º	3,75	4º	82,58
1960	23,70	2º	33,01	1º	6,79	3º	3,79	4º	67,29
1961	25,23	2º	30,55	1º	6,21	3º	4,00	4º	65,99
1962	21,60	2º	30,81	1º	5,20	3º	3,85	4º	61,46
1963	22,60	2º	30,20	1º	4,81	3º	3,22	4º	60,83
1964	17,04	2º	22,07	1º	3,92	3º	2,67	4º	45,70

Fonte: M.B. - M.F.

\* GUANABARA, a partir de 1959.

QUADRO IV - 6

DEPOSITOS A VISTA NO DISTRITO FEDERAL (GUANABARA) - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL -  
"PERÍODO SUMOC"

ANOS	TOTAL GERAL	BANCOS NACIONAIS			BANCOS ESTRANGEIROS	
		TOTAL	BANCO DO BRASIL	OUTROS BANCOS NACIONAIS		CASAS BANCÁRIAS
1946	100,00	90,71	...	...	9,30	
1947	100,00	88,90	...	...	11,10	
1948	100,00	89,62	...	...	10,38	
1949	...	...	...	...	...	
1950	100,00	90,38	47,49	42,14	0,75	9,62
1951	100,00	93,68	59,92	33,11	0,64	6,32
1952	100,00	93,08	64,03	28,60	0,44	6,92
1953	100,00	94,70	66,06	28,26	0,37	5,30
1954	100,00	96,51	69,93	26,26	0,32	3,49
1955	100,00	97,69	72,10	24,23	0,26	2,79
1956	100,00	96,87	73,42	23,23	0,22	3,12
1957	100,00	96,90	72,04	24,66	0,19	3,10
1958	100,00	96,28	63,93	32,11	0,23	3,72
1959	100,00	96,32	62,07	34,09	0,15	3,68
1960	100,00	94,75	42,41	52,04	0,30	5,25
1961	100,00	95,19	53,43	41,56	0,20	4,80
1962	100,00	95,94	51,82	44,06	0,06	4,06
1963	100,00	95,98	51,25	44,66	0,06	4,02
1964	100,00	95,78	49,00	46,75	0,04	4,21

FONTE: M.S. - M.P.

QUADRO IV - 7

DEPÓSITOS À VISTA EM MINAS GERAIS - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL - "PERÍODO SUMOC"

ANOS	TOTAL GERAL	BANCOS NACIONAIS				BANCOS ESTRANGEIROS
		TOTAL	BANCO DO BRASIL	OUTROS BANCOS NACIONAIS	CASAS BANCÁRIAS	
1946	100,00	99,79	14,04	84,95	0,79	0,17
1947	100,00	99,69	13,00	85,84	0,85	0,31
1948	100,00	99,73	13,39	85,69	0,65	0,26
1949	100,00	99,70	12,29	86,77	0,61	0,32
1950	100,00	99,71	12,00	87,08	0,63	0,30
1951	100,00	99,83	12,28	86,93	0,60	0,17
1952	100,00	99,82	15,52	83,62	0,67	0,19
1953	100,00	99,72	12,73	86,40	0,58	0,28
1954	100,00	99,27	14,78	84,22	0,27	0,17
1955	100,00	99,85	15,84	83,66	0,35	0,15
1956	100,00	99,82	17,63	81,94	0,24	0,18
1957	100,00	99,83	18,86	80,80	0,18	0,17
1958	100,00	99,74	15,16	84,42	0,16	0,26
1959	100,00	99,71	14,26	85,31	0,13	0,29
1960	100,00	99,43	16,73	82,50	0,09	0,67
1961	100,00	99,37	19,80	79,24	0,04	0,63
1962	100,00	99,06	19,17	79,87	0,02	0,94
1963	100,00	99,05	17,70	81,35	...	0,95
1964	100,00	99,02	19,06	79,95	...	0,98

QUADRO IV - 8

DEPÓSITOS À VISTA EM SÃO PAULO - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL - "PERÍODO SUMOC"

ANOS	TOTAL GERAL	BANCOS NACIONAIS			BANCOS ESTRANGEIROS	
		TOTAL	BANCO DO BRASIL	OUTROS BANCOS NACIONAIS		CASAS BANCÁRIAS
1946	100,00	90,09	...	...	...	9,91
1947	100,00	86,47	...	...	...	13,53
1948	100,00	86,09	...	...	...	13,91
1949	...	...	...	...	...	...
1950	100,00	89,05	18,62	68,17	2,27	10,95
1951	100,00	90,97	22,82	65,78	2,36	9,03
1952	100,00	90,91	30,43	58,23	2,24	9,09
1953	100,00	91,92	24,01	64,82	3,07	8,09
1954	100,00	93,63	21,05	69,93	2,65	6,36
1955	100,00	93,44	19,13	72,26	2,04	6,55
1956	100,00	94,56	17,81	74,97	1,78	5,43
1957	100,00	94,31	18,97	73,90	1,44	5,69
1958	100,00	93,80	17,32	75,87	0,60	6,20
1959	100,00	94,76	17,64	76,76	0,36	5,23
1960	100,00	95,17	17,91	76,94	0,31	4,83
1961	100,00	95,75	24,17	71,30	0,28	4,25
1962	100,00	96,52	30,02	66,29	0,21	3,48
1963	100,00	96,33	23,04	73,10	0,19	3,67
1964	100,00	96,24	18,50	77,12	0,15	3,76

QUADRO IV - 9

DEPÓSITOS À VISTA NO RIO GRANDE DO SUL - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL - "PERÍODO SUMOC"

ANOS	BANCOS NACIONAIS					BANCOS ESTRANGEIROS
	TOTAL GERAL	TOTAL	BANCO DO BRASIL	OUTROS BANCOS NACIONAIS	CASAS BANKINGIAS	
1946	100,00	98,12	..	..	..	1,88
1947	100,00	97,61	..	..	..	2,39
1948	100,00	96,82	..	..	..	3,24
1949	..	..	..	..	..	..
1950	100,00	95,50	24,96	70,08	0,43	4,49
1951	100,00	96,81	32,18	64,21	0,42	3,29
1952	100,00	96,88	37,67	58,82	0,37	3,12
1953	100,00	97,01	29,10	67,56	0,35	2,97
1954	100,00	97,27	30,10	66,86	0,37	2,72
1955	100,00	97,35	27,22	69,75	0,37	2,65
1956	100,00	96,93	24,96	71,55	0,41	3,08
1957	100,00	97,31	23,50	73,40	0,42	2,68
1958	100,00	96,84	22,40	74,05	0,38	3,16
1959	100,00	97,20	20,41	76,45	0,34	2,80
1960	100,00	97,74	25,22	72,22	0,30	2,25
1961	100,00	98,00	27,86	69,87	0,26	2,00
1962	100,00	98,23	31,45	66,77	..	1,77
1963	100,00	97,44	27,84	70,16	..	2,00
1964	100,00	98,63	31,00	67,64	..	1,36

FORTE: M.B. - M.F.



## QUADRO IV - 10

## AGÊNCIAS ESTRANGEIRAS NOS PRINCIPAIS CENTROS FINANCEIROS

1948/1964

ANOS	DISTRITO FEDERAL	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	RIO GRANDE DO SUL	B R A S I L
1948	10	15	1	3	42
1949	10	15	1	3	42
1950	9	15	1	3	42
1951	-	-	-	-	-
1952	10	15	1	3	43
1953	-	-	-	-	-
1954	6	15	1	4	37
1955	-	-	-	-	-
1956	7	14	1	3	35
1957	7	14	1	3	35
1958	7	15	1	3	36
1959	7	15	2	3	39
1960	8	16	2	3	41
1961	8	17	2	3	43
1962	8	17	2	3	44
1963	-	-	-	-	-
1964	8	17	2	3	44

Fonte: M.B. - M.F.

QUADRO IV - 11

EMPÊTIMOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DOS DEPÓSITOS NOS PRINCIPAIS SISTEMAS BANCÁRIOS ESTADUAIS E DO FEDERAL  
1950 - 1964

ANOS	BRASIL			DISTRITO FEDERAL **			SÃO PAULO			MINAS GERAIS			RIO GRANDE DO SUL		
	TOTAL	BANCO DO BRASIL	BANCOS NACIONAIS	TOTAL	BANCO DO BRASIL	BANCOS NACIONAIS	TOTAL	BANCO DO BRASIL	BANCOS NACIONAIS	TOTAL	BANCO DO BRASIL	BANCOS NACIONAIS	TOTAL	BANCO DO BRASIL	BANCOS NACIONAIS
1950	103,1	137,4	90,6	115,1	141,3	89,5*	103,0	108,8*	89,2*	107,9	238,5	93,4	129,1	188,6	110,4
1951	98,9	118,7	89,4	81,8	83,7*	86,1*	98,5	142,3	87,9*	115,9	350,7	92,5	148,4	237,9	115,5
1952	95,2	108,3	91,1	76,2	74,2*	85,1*	94,0	114,3	88,6*	122,3	396,5	97,0	135,0	183,9	110,6
1953	107,1	131,0	93,5	85,6	86,7*	83,4*	113,6	124,2	95,6	123,9	443,5	93,3	144,6	249,6	110,3
1954	113,1	144,3	92,2	83,1	78,3*	91,1*	131,0	309,2	91,8*	136,1	457,2	93,6	178,2	378,4	111,1
1955	106,8	129,2	91,4	67,4	59,5*	87,0*	130,3	327,8	91,2*	134,8	403,8	93,2	212,1	523,3	113,0
1956	110,0	135,4	91,1	81,5	82,4*	85,8*	123,5	328,4	90,7*	138,6	361,0	93,7	206,4	515,3	114,0
1957	106,8	133,8	83,9	91,0	98,0*	75,5*	113,4	255,4	84,3	118,5	228,4	83,9	185,5	477,4	107,0
1958	124,8	160,3	83,2	52,4	103,9*	73,9*	115,1	260,4	84,4	122,9	356,4	85,9	191,9	515,9	104,3
1959	95,2	130,6	77,1	77,2	80,6*	71,5*	91,7*	169,8	75,2*	113,0	308,7	83,7	192,1	542,6	103,9
1960	101,0	143,8	80,1	62,5	46,8*	72,7*	96,0*	159,6	83,4	109,4	253,2	81,6	207,0	516,6	105,6
1961	108,0	147,9	77,3	52,1	36,1*	70,2*	88,6*	123,9*	78,8	102,6	197,3	80,3	160,0	342,3	92,4
1962	100,9	129,3	72,8	41,7	26,1*	60,5*	77,1*	84,8*	74,3	108,8	235,6	79,8	148,1	282,3	86,1
1963	103,7	140,8	69,9	40,3	23,4*	60,0*	80,3*	119,9*	69,1*	108,1	255,6	77,3	171,9	395,0	90,5
1964	104,0	126,7	71,6	40,4	23,3*	60,3*	89,5*	177,3*	69,7*	105,9	208,2	81,1	173,2	345,1	91,4

Fonte: M.B. - M.F.

Obs.: Quantidade a partir de 1959\*\* - essas taxas anuais não inferiores à média brasileira (i.e. perda líquida de fundos).

QUADRO IV - 12

MINAS GERAIS

FLUXO DE FUNDOS BANCÁRIOS: INTERIOR E OUTROS ESTADOS A BELO HORIZONTE  
(1948 - 1952)

ANOS	FUNDOS RECEBIDOS POR BELO HORIZONTE PELOS BANCOS PRIVADOS E ESTADUAIS		FUNDOS ENVIADOS PELOS BANCOS PRIVADOS E ESTADUAIS A BELO HORIZONTE			Fundos Percebidos pelo Banco Banco do Brasil no Interior Minas como % dos Depósitos nos Bancos Privados no Interior
			DO INTERIOR MINEIRO		DE OUTROS ESTADOS	
	Como % dos Empréstimos desses Bancos em B.H.	Como % dos Empréstimos desses Bancos no País	Como % dos Depósitos Nos Bancos no Interior	Como % dos Empréstimos desses Bancos em B.H.	Como % dos Empréstimos desses Bancos em B.H.	
1948	57	4,0	29	42	15	21
1949	62	4,4	14	20	42	23
1950	44	2,7	26	44	..	22
1951	54	3,4	34	48	6	36
1952	54	3,1	36	51	3	46

Fonte: BIELSCHOWKY, P.A.. Bancos e Acumulação de Capital na Industrialização Brasileira - Uma Análise Introdutória (1939/1967). Brasília, Dissertação de Mestrado em Economia pela Unb, 1975, p.91

Nota: Cálculo baseado a razão de aplicação média dos bancos privados em todo o país sobre o valor dos depósitos em Belo Horizonte, verificando a diferença entre o resultado disto (que diz qual seria o valor dos empréstimos se Belo Horizonte fosse uma praça bancária que operasse com a razão de aplicação média do país) e o valor efetivo dos empréstimos dos bancos privados nesta capital. Fazendo o mesmo para o interior de Minas, verifica-se qual o montante de recursos bancários transferidos daí para B.H.. A diferença entre o primeiro e o segundo resultado dá o valor do recebimento de fundos de outros Estados por B.H..

QUADRO IV-13

Aplicações bancárias: participação percentual por atividades econômicas:  
MG, SP e RS  
1957 - 1965

ANOS	Comércio			Indústria			Lavoura			Pecuária			Outras*		
	MG	SP	RS	MG	SP	RS	MG	SP	RS	MG	SP	RS	MG	SP	RS
1957	27,7	23,5	24,2	25,8	40,8	31,2	12,2	11,4	22,0	9,1	2,2	6,7	25,2	16,1	15,9
1958	28,6	28,8	24,6	24,7	42,7	32,6	12,3	11,0	23,2	8,4	2,1	6,8	26,0	15,4	12,8
1959	28,0	27,5	21,8	26,1	45,0	29,6	12,3	9,3	28,8	8,1	1,8	6,7	25,5	16,4	13,1
1960	28,8	31,5	20,0	23,8	45,2	26,8	14,2	9,9	29,0	9,1	1,9	7,5	24,1	11,5	16,7
1961	29,9	30,6	20,4	25,3	45,3	29,8	14,7	11,7	31,0	8,2	1,6	7,5	21,9	10,8	11,3
1962	26,9	27,1	20,2	24,2	51,0	28,3	17,5	12,3	27,5	10,2	1,8	10,5	21,2	7,8	13,5
1963	23,4	27,0	18,2	27,5	46,5	29,1	22,5	16,1	29,1	9,3	1,5	9,5	17,3	8,9	14,1
1964	24,1	20,7	15,2	26,8	44,6	26,3	25,7	18,9	35,0	10,2	1,8	8,8	13,2	7,2	14,7
1965	24,1	22,1	16,0	26,0	48,6	29,4	26,6	17,9	32,4	6,7	1,4	6,1	16,6	10,0	16,1

Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais-BDMG. Diagnóstico da Economia Mineira. BH, s/ed., 1968, VI, Serviços e Setor Público, p.64.

(\*) Governo, Autarquias, Bancos e particulares.

QUADRO IV - 14

Índice de evolução das aplicações bancárias nas atividades econômicas  
dos principais sistemas estaduais

(Dados originais inflacionados a preços de 1965 - Base: 1957 = 100)

ANOS	Comércio				Indústria				Lavoura				Pecuária				Governo			
	MG	GB	SP	RS	MG	GB	SP	RS	MG	GB	SP	RS	MG	GB	SP	RS	MG	GB	SP	RS
1957	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1958	114	105	103	104	106	112	112	107	111	128	102	108	103	92	99	104	100	75	87	76
1959	102	92	87	92	102	103	103	96	102	76	76	133	91	206	77	101	84	51	56	73
1960	108	102	112	100	96	100	116	105	122	57	91	160	105	114	89	136	74	2	40	130
1961	109	91	106	98	99	98	113	112	123	51	104	164	91	113	75	130	55	11	44	76
1962	106	86	95	103	102	102	130	112	157	103	112	154	124	91	85	193	58	6	20	100
1963	77	68	88	83	97	95	110	103	167	140	136	146	93	51	66	157	43	3	46	102
1964	75	65	65	69	89	82	102	93	181	88	155	176	97	66	76	145	22	9	106	111
1965	76	62	67	64	83	87	106	92	180	337	140	143	61	59	57	89	33	10	50	103

Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais-BDMG. Diagnóstico da Economia Mineira, BH, s/ed., 1968, VI, Serviços e Setor Público, pp. 56/63.

## PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS EMPRÉSTIMOS DO BANCO DO BRASIL

CONTAS	1952		1953		1954		1955		1956		ES
	ES	OUTROS	ES	OUTROS	ES	OUTROS	ES	OUTROS	ES	OUTROS	
TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS	36	64	35	65	39	61	40	60	40	60	41
EMPRÉSTIMOS EM C.C.	54	46	54	46	59	41	63	37	64	36	67
a Gov. Federal			100	-	100	-	100	-	100	-	100
a Gov. Estaduais	59	41	50	50	69	31	78	22	69	31	64
a Gov. Municipais			22	78	21	79	37	63	58	42	59
a Interquias	-	100	-	100	-	-	-	-	-	100	-
a Bancos	88	12	100	-	100	-	100	-	100	-	100
a Comércio	38	62	42	58	38	62	40	60	42	58	52
a Indústria	28	72	32	68	49	51	52	48	52	48	58
a Lavoura	87	13	91	9	83	17	90	10	87	13	87
a Pecúária	92	8	92	8	89	11	85	15	88	12	91
a Particulares	3	97	1	99	1	99	1	99	1	99	1
EMPRÉSTIMOS DESCONTADOS	17	83	16	84	17	83	15	85	17	83	19
a Gov. Federal			-	100	100	-	100	-	-	100	-
a Gov. Estaduais	-	100	10	90	-	100	-	100	22	78	31
a Gov. Municipais			46	54	56	44	22	78	-	100	-
a Interquias	-	100	-	100	-	100	-	100	-	100	-
a Bancos	100	-	95	5	75	25	100	-	97	3	100
a Comércio	-	100	-	100	14	86	11	89	12	88	17
a Indústria	-	100	-1	99	33	67	29	71	35	65	42
a Lavoura	-	100	1	99	8	92	7	93	7	93	6
a Pecúária	-	100	1	99	35	65	37	63	18	72	35
a Particulares	53	47	50	50	1	99	1	99	1	99	1

Fonte: S.Z.E.F. - M.F.

QUADRO IV - 15

DOS OUTROS BANCOS NOS EMPRÉSTIMOS DOS BANCOS NACIONAIS EM MINAS GERAIS

(1952 - 1964)

1957		1958		1959		1960		1961		1962		1963		1964	
OUTROS	ES	OUTROS	ES	OUTROS	ES	OUTROS	ES	OUTROS	ES	OUTROS	ES	OUTROS	ES	OUTROS	
59	40	60	52	48	37	63	37	63	41	59	41	59	37	63	
33	63	32	65	35	66	34	64	36	69	31	71	29	74	26	
-	100	-	100	-	100	-	100	-	100	-	100	-	100	-	
36	37	43	53	47	48	52	52	48	44	56	32	68	32	68	
41	17	43	56	44	56	44	51	49	36	64	48	52	52	43	
-	-	100	-	100	-	100	-	-	-	100	-	100	-	100	
-	100	-	100	-	100	-	100	-	100	-	100	-	100	-	
48	63	37	48	52	50	50	29	71	22	78	25	75	24	76	
43	56	44	55	45	53	47	48	52	50	50	53	47	51	49	
13	93	10	90	10	91	9	92	8	91	9	94	-	92	8	
9	92	8	94	6	94	6	92	8	95	5	95	5	93	7	
99	1	99	1	99	1	99	2	98	7	93	5	95	7	93	
81	18	82	17	83	19	81	24	76	28	72	26	72	25	75	
100	-	100	-	100	-	100	-	-	-	100	-	100	-	100	
69	23	72	28	72	23	77	27	73	17	83	16	84	24	76	
100	-	100	-	100	-	100	1	99	-	100	-	100	-	100	
100	-	100	-	100	-	100	-	100	99	1	99	1	98	2	
-	100	-	25	75	-	100	-	100	100	-	-	100	-	100	
89	-	102	8	92	10	90	-	100	21	79	28	72	26	74	
58	42	58	38	62	47	53	20	80	45	55	69	31	28	72	
94	5	59	5	95	8	92	92	58	27	73	77	23	56	64	
65	40	60	41	59	46	54	49	51	40	60	30	70	17	83	
99	-	100	-	100	-	100	-	100	-	100	-	100	-	100	

QUADRO IV - 16

EMPRÉSTIMOS DO BANCO DO BRASIL E DOS OUTROS BANCOS NACIONAIS ÀS ATIVIDADES ECONÔMICAS EM MINAS GERAIS

1951 - 1964

em percentual

C O N T A S	1952		1953		1954		1955		1956		1957		1958		1959		1960		1961		1962		1963		1964	
	BR	OUTROS	BR	OUTROS	BR	OUTROS	BR	OUTROS	BR	OUTROS	BR	OUTROS	BR	OUTROS	BR	OUTROS	BR	OUTROS	BR	OUTROS	BR	OUTROS	BR	OUTROS	BR	OUTROS
TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
EMPRÉSTIMOS EM R.O.	20	37	78	35	80	36	83	33	79	29	75	26	75	23	92	22	67	20	56	18	54	16	53	19	50	10
de Gov. Federal	-	-	4	-	4	-	6	-	8	-	7	-	6	-	6	-	4	-	3	-	2	-	1	-	-	-
de Gov. Estaduais	18	6	12	6	17	5	20	5	19	6	16	6	14	7	14	7	11	7	9	5	5	5	4	4	3	3
de Gov. Municipais	-	-	1	2	1	1	1	1	1	-	1	-	1	-	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
de Autarquias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
de Bancos	3	-	2	-	1	-	3	-	2	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-
de Comércio	15	14	17	12	12	12	10	10	10	9	11	7	13	5	9	5	8	5	3	5	2	4	1	2	1	1
de Indústria	8	11	9	10	16	11	17	11	15	9	15	8	14	7	13	6	11	5	8	5	6	4	6	5	4	3
de Turismo	8	1	9	-	11	1	15	1	13	1	12	1	13	1	15	1	15	1	17	1	21	1	17	1	17	1
de Pecuaría	28	1	32	-	17	1	11	1	11	1	12	1	13	1	15	-	17	1	15	1	17	1	13	-	12	-
de Particulares	-	3	1	3	-	3	-	3	-	5	-	2	-	2	-	1	-	1	-	2	-	1	-	2	-	1
TÍTULOS DESCONTADOS	20	61	22	63	20	63	17	63	21	68	25	73	29	75	28	77	33	74	44	81	44	83	47	84	50	83
de Gov. Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
de Gov. Estaduais	-	4	1	4	-	3	-	3	1	3	1	1	1	1	1	1	-	1	-	1	-	1	-	-	-	-
de Gov. Municipais	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
de Autarquias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	2	-	-	-
de Bancos	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
de Comércio	-	22	-	24	6	24	4	29	5	26	5	29	5	30	5	31	6	32	14	32	12	31	15	26	16	27
de Indústria	-	10	-	10	8	11	7	12	1	14	15	14	16	14	18	16	21	14	21	17	21	17	18	26	17	26
de Turismo	-	10	-	9	1	8	1	8	1	9	1	10	1	10	1	10	2	12	6	9	5	10	9	12	14	14
de Pecuaría	-	6	-	5	4	4	4	4	2	4	3	3	3	3	3	2	3	2	3	2	3	3	3	4	2	7
de Particulares	19	10	20	11	-	12	-	11	-	13	-	14	-	16	-	16	-	18	-	19	-	20	-	14	-	14

Fonte: S.E.E.F. - M.F.

Obs.: estão incluídos no Total dos Empréstimos os empréstimos hipotecários.



## QUADRO IV-17

## Índices do Produto Real de Minas Gerais (1949/60)

Base - 1949 = 100

Anos	Agricultura	Indústria	Serviços	Total
1949	100	100	100	100
1950	102	108	105	104
1951	106	116	111	109
1952	99	117	114	107
1953	106	131	122	115
1954	112	135	129	121
1955	121	145	137	130
1956	113	167	143	131
1957	131	179	154	146
1958	131	204	162	153
1959	134	229	172	161
1960	146	248	186	175

Fonte: R.B.E., setembro de 1962

QUADRO IV - 19

Participação percentual da produção e área cultivada dos principais produtos agrícolas de M.Gerais no total do Brasil (1950-1964)

ANOS	Algodão		Arroz		Cana		Feijão		Mandioca		Milho		Café	
	Produção	Área de Cultivo	Produção	Área Cult.	Produção	Área Cult.	Produção	Área Cul.	Produção	Área Cul.	Produção	Área Cul.	Produção	A. Cul.
1950	3,2	2,7	21,1	31,0	13,2	14,8	22,7	22,6	10,6	8,6	23,2	21,3	20,2	22,5
1951	4,4	2,6	21,6	25,4	13,9	15,6	23,3	22,0	11,6	8,8	23,5	21,7	21,2	22,1
1952	3,9	3,0	19,9	24,8	13,5	15,2	21,6	22,0	10,7	8,2	23,2	21,2	15,7	21,5
1953	4,8	3,3	21,0	25,0	13,6	15,3	22,2	22,4	10,2	8,0	22,4	20,9	21,4	21,4
1954	3,6	2,9	16,1	24,8	12,8	14,8	18,9	21,0	10,0	7,9	19,5	20,0	22,2	21,9
1955	4,3	4,2	18,7	22,6	12,3	14,3	20,3	20,5	9,4	7,5	22,3	20,5	18,9	20,7
1956	4,8	4,4	17,0	20,6	11,5	14,1	20,5	21,0	9,0	7,5	18,4	19,9	20,9	20,1
1957	5,2	4,5	17,9	20,0	11,1	13,7	21,3	21,6	10,0	8,4	22,1	20,3	18,6	19,4
1958	6,2	4,7	19,1	20,2	11,5	13,5	20,9	22,8	9,9	8,3	22,5	21,5	16,5	19,2
1959	4,6	3,8	17,0	19,9	10,4	13,1	16,8	20,3	9,3	7,4	19,7	19,7	12,4	18,4
1960	4,2	4,3	19,0	19,6	10,0	13,0	20,0	20,0	9,1	7,2	21,2	19,5	11,9	16,1
1961	4,4	4,8	17,1	18,9	9,9	12,8	18,1	19,0	8,6	7,0	20,5	19,9	12,2	18,3
1962	4,2	4,2	16,6	18,6	9,4	12,0	14,3	17,8	8,7	7,5	19,5	18,1	11,2	16,3
1963	4,2	4,7	13,0	18,0	7,5	11,0	11,3	15,2	7,0	6,5	18,0	17,8	13,6	17,6
1964	5,6	6,5	16,4	18,4	10,5	14,3	12,9	15,7	7,9	7,0	17,2	13,9	15,6	19,9

Fonte: Dados Brutos: IBGE.

## QUADRO IV-18

Composição setorial do produto real de Minas Gerais  
1949/1960

em %

Anos	Agricultura	Indústria	Serviços
1949	49,0	13,0	38,0
1950	48,5	13,5	38,0
1951	48,0	14,0	38,0
1952	45,5	14,5	40,0
1953	45,0	15,0	40,0
1954	45,5	14,5	40,0
1955	45,5	14,5	40,0
1956	42,5	16,5	41,0
1957	44,0	16,0	40,0
1958	42,0	17,5	40,5
1959	41,0	18,5	40,5
1960	41,0	18,5	40,5

Fonte: F.G.V.

QUADRO IV-20

Indústria de transformação de Minas Gerais - Posição relativa dos  
vários ramos quanto ao valor de transformação industrial.

1949/1959

RAMOS	Minas/Brasil		Cada ramo/Total	
	1949	1959	1949	1959
MINERAIS NÃO METÁLICOS	7,0	9,0	7,6	10,2
METALÚRGICA	14,5	14,6	20,7	29,9
Mecânica	2,0	1,4	0,6	0,8
Material Elétrico e de Comunicações	0,7	1,6	0,1	1,1
Material de Transporte	2,1	0,9	0,7	1,1
Madeira	5,1	6,3	3,2	3,5
Mobiliário	3,7	4,2	1,2	1,6
Papel e Papelão	3,0	2,6	1,0	1,3
Borracha	0,0	0,5	0,0	0,2
Couros e Peles	8,7	9,4	1,7	1,7
Química	0,9	1,0	0,7	1,6
Produtos Farmacêuticos e Medicinais	1,3	1,0	0,5	0,4
Produtos de Perfumaria	2,1	1,3	0,5	0,3
Produtos de Matéria Plástica	-	0,0	-	0,0
TEXTIL	6,7	7,4	20,1	15,3
Vestuário e Calçado	5,1	3,5	3,3	2,2
PRODUTOS ALIMENTARES	10,1	7,7	31,7	22,1
Bebidas	13,4	3,7	2,3	1,8
Fumo	4,2	6,2	0,9	1,4
Editorial e Gráfica	3,3	4,0	2,0	2,1
Diversas	1,6	1,9	0,4	0,5
TOTAL	6,5	5,8	99,2	99,1

Fonte: Dados brutos: Anuários Estatísticos do Brasil.

QUADRO IV-21

Índice do Produto Real na Indústria de Minas Gerais (1949/60) Base: 1949=100

RAMOS	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960
EXTRATIVA MINERAL	114	137	177	195	163	177	205	221	260	384	370
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	108	118	113	125	127	136	157	168	190	210	230
Minerais não-metálicos	107	120	123	126	147	190	297	301	345	362	468
Metalúrgica	116	128	136	150	165	167	191	202	248	298	332
Mecânica	-	-	-	-	-	100	163	180	231	-	-
Material Elétrico	-	-	-	-	-	100	180	188	230	-	-
Material Transportes	-	-	-	-	-	100	591	592	455	-	-
Madeira	96	101	103	106	108	110	113	133	148	171	202
Mobiliário	-	-	-	-	-	100	122	143	176	-	-
Papel e Papelão	109	119	116	121	127	122	149	159	178	188	197
Borracha	-	-	-	-	-	100	119	145	147	-	-
Óleos	105	119	98	103	105	106	115	114	124	130	139
Química e Farmacêutico	104	145	132	131	133	130	178	187	227	240	215
Textil	104	100	105	120	116	123	125	123	130	129	132
Vestuário	-	-	-	-	-	100	101	103	110	-	-
Produtos Alimentares	105	108	98	111	107	120	109	125	134	146	155
Bebidas	107	119	115	133	128	131	135	144	171	182	173
Fumo	-	-	-	-	-	100	151	171	111	-	-
Editorial e Gráfica	-	-	-	-	-	100	100	107	121	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	100	106	114	141	-	-
ENERGIA ELÉTRICA	106	117	140	166	179	174	206	275	228	254	370
CONSTRUÇÃO CIVIL	101	120	111	124	164	195	211	198	225	235	260
SETOR INDUSTRIAL	108	116	117	130	135	145	167	179	204	229	246

Fonte: FGV, apud BNMG, Diagnóstico da Economia Mineira, V, BH, s/ed., 1958, p.19.

QUADRO V - 1

Número de colocações dos diversos bancos entre as 20 maiores do país  
(1935/1964)

ANOS	ESTRANGEIROS	Todos os nacionais		BANCOS DE MINAS GERAIS (a)		BANCOS DE S. PAULO (a)		BANCOS DA GUANABARA (a)	
		Governamentais	Privados	(b)	(c)	(b)	(c)	(b)	(c)
1935	7	4	9	3	3	4	3	3	0
1936	6	4	10	3	2	5	3	3	0
1937	6	5	9	3	2	4	3	3	0
1938	7	5	8	4	2	4	3	2	1
1939	7	5	8	5	2	4	3	2	1
1940	8	5	7	4	2	4	3	0	1
1941	8	5	9	4	2	4	3	3	1
1942	4	5	11	4	3	8	2	3	1
1943	4	4	12	4	2	8	2	5	2
1944	3	5	12	5	2	5	3	5	2
1945	4	4	12	4	4	4	1	5	2
1946	4	5	11	5	4	5	1	4	2
1947	4	5	11	6	4	4	1	4	2
1948	3	5	12	6	4	5	2	4	1
1949	3	5	12	8	4	8	3	3	1
1950	3	5	12	6	3	7	4	2	1
1951	2	5	13	7	4	6	4	3	0
1952	2	5	13	7	3	7	4	2	1
1953	2	5	13	8	4	6	4	2	0
1954	...	...	...	...	...	...	...	...	...
1955	2	5	13	8	4	6	5	2	0
1956	2	5	13	7	5	6	4	2	0
1957	1	5	14	8	4	5	4	2	0
1958	1	5	14	8	4	7	4	2	0
1959	1	5	14	7	4	7	4	2	0
1960	1	5	14	8	4	7	4	2	0
1961	1	5	14	7	5	7	4	1	0
1962	1	6	13	6	5	7	4	1	0
1963	2	8	12	6	4	7	5	2	0
1964	2	6	12	6	4	7	4	1	0

Fonte: Situação dos Estab. Bancários no Brasil em 31.12. Revista Bancária do Brasil, RJ, s/ed., vários anos de 1935 a 1964.

(a) compreende bancos nacionais, tanto os privados como os do Governo; (b) entre as vinte maiores do país; (c) entre as dez maiores do país.

QUADRO V - 2

Colocação das bancas mineiras por ordem de volume de depósitos entre os bancos em funcionamento no Brasil (1935 - 1964)

ANOS	Crédito Real	Hipotecário e Agrícola	Comércio e Indústria	Lavoura	Mineiro de Produção	Minas Gerais	Morreira Salles	Mercantil	Nacional
1935	18º	10º	12º	26º	...	-	-	-	-
1936	17º	8º	8º	30º	...	-	-	-	-
1937	19º	10º	9º	22º	...	...	-	-	-
1938	15º	8º	7º	16º	...	...	-	-	-
1939	16º	9º	8º	18º	20º	...	-	-	-
1940	10º	15º	5º	17º	22º	...	...	...	-
1941	11º	10º	4º	18º	...	...	...	...	-
1942	8º	10º	3º	13º	...	...	...	...	-
1943	4º	13º	3º	14º	...	...	...	...	-
1944	4º	13º	3º	12º	...	...	...	...	...
1945	4º	8º	3º	8º	...	...	...	...	...
1946	3º	8º	5º	5º	20º	...	...	...	...
1947	3º	8º	5º	5º	19º	23º	20º	...	...
1948	3º	5º	5º	5º	20º	26º	14º	...	...
1949	3º	7º	5º	4º	17º	21º	12º	...	...
1950	3º	11º	7º	5º	18º	23º	12º	...	27º
1951	4º	11º	7º	6º	16º	20º	10º	...	...
1952	3º	15º	5º	6º	13º	22º	12º	...	20º
1953	4º	10º	6º	3º	17º	20º	10º	...	19º
1954	...	...	...	...	...	...	...	...	...
1955	4º	16º	7º	3º	15º	20º	6º	...	11º
1956	4º	17º	9º	3º	15º	22º	8º	...	6º
1957	4º	17º	11º	3º	15º	18º	6º	50º	5º
1958	5º	17º	11º	3º	13º	19º	7º	41º	4º
1959	5º	20º	11º	3º	13º	22º	7º	40º	1º
1960	5º	17º	9º	3º	13º	20º	6º	38º	3º
1961	7º	21º	8º	3º	13º	18º	6º	38º	4º
1962	5º	22º	10º	3º	11º	23º	7º	37º	4º
1963	3º	21º	11º	4º	13º	24º	8º	28º	3º
1964	3º	22º	14º	4º	12º	29º	9º	25º	5º

Fonte: Situação dos Estabelecimentos Bancários no Brasil em 31 de dezembro. Revista Bancária do Brasil, RJ, s/ed., diversos números.

## QUADRO V - 3

Colocação dos maiores bancos privados mineiros por ordem  
de volume de depósitos entre os bancos privados nacionais

ANOS	Comércio e Indústria	Lavoura	Moreira Salles	Nacional
1935	6º	...	-	-
1936	3º	...	-	-
1937	4º	...	-	-
1938	3º	...	-	-
1939	4º	9º	-	-
1940	1º	8º	...	-
1941	1º	9º	...	-
1942	1º	7º	...	-
1943	1º	8º	...	-
1944	1º	7º	...	...
1945	1º	3º	...	...
1946	1º	2º	...	...
1947	2º	1º	12º	...
1948	2º	1º	8º	...
1949	2º	1º	8º	21º
1950	3º	1º	7º	18º
1951	3º	2º	8º	14º
1952	4º	2º	8º	13º
1953	2º	1º	6º	10º
1954	...	...	...	...
1955	4º	1º	3º	8º
1956	6º	1º	5º	3º
1957	7º	1º	3º	2º
1958	7º	1º	4º	2º
1959	7º	1º	4º	2º
1960	6º	1º	3º	2º
1961	7º	1º	4º	2º
1962	7º	1º	4º	2º
1963	8º	1º	5º	2º
1964	8º	1º	5º	2º

Fonte: Situação dos estabelecimentos bancários no Brasil em 31 de dezembro.  
Revista Bancária do Brasil, RJ, s/ed., vários números.



BIBLIOGRAFIATEORIA FINANCEIRA

- BRUNHOFF, Suzanne de - La Concepcion Monetaria de Marx. Buenos Aires, Ed. Siglo, 1973.
- BRUNHOFF, Suzanne de - La oferta de Moneda. Buenos Aires, Ed. Tiempo Contemporaneo, 1975.
- BRUNHOFF, Suzanne de - La Politica monetaria. México, Ed. Siglo XXI, Siglo XXI, 1974.
- GURLEY, John & SHAW, Edward - Financial Aspects of Economic Development, American Economic Review. Vol. XLV, nº 4, sept. 1955.
- GUDIN, Eugênio - Princípios de Economia Monetária. Rio de Janeiro, Agir, vol.1, 9a. edição, 1976.
- HILFERDING, Rudolf - El Capital Financeiro. Madrid, Ed. Tecnos, 1973.
- KALECKI, Michael - El Problema del Financiamiento del Desarrollo Economico. CEPAL/DOAT, mimeo, 1953.
- MARX, Karl - El Capital. Mexico, Ed. Fondo de Cultura Economica, 1973, Livro 3, Seção V.

HISTÓRIA FINANCEIRA MUNDIALFONTES SECUNDÁRIAS

1. FONTE OFICIAL ( Documento de Informacion ) :  
CEPAL. La Intermediacion Financeira en America Latina. Santiago de Chile, s/ed. , 1971.
2. LIVROS:  
CAMERON, Rondo E. - Banking in the Early Etages of Industrialization.  
\_\_\_\_\_ - Banking in Economic Development.  
GILLE, Bertrand - Banking and Industrialization in Europe: 1730-1914, in GIZOLLA, Carlo M. , Ed. The Frontere Economic History of Europe.  
GERSCHENKRON, Alexander - El atraso economico en su Perspectiva Historica, Barcelona, Ariel, 1968.

HISTÓRIA FINANCEIRA DO BRASIL

## 1. FONTES PRIMÁRIAS

## 1.1. LEGISLAÇÃO:

BRANDÃO, A. Caldas - Legislação Bancária. RJ, A. Coelho Branco, Ed. , 1954.

1.2. FONTES ESTATÍSTICAS:

BRASIL - Ministério da Fazenda, Departamento de Estatística. Movimento Bancário. RJ, s/ed, vários anos.

LEVY, Maria Bárbara - Estrutura e Funcionamento dos Bancos Comerciais - Traços Históricos. RJ, IBMEC, 1977. Anexo Estatístico.

Situação dos Estabelecimentos Bancários no Brasil em 31 de Dezembro. Revista Bancária do Brasil. RJ, vários números de 1935 a 1964.

1.3. FONTES OFICIAIS:

BRASIL - Ministério da Educação e Saúde. Obras completas de Rui Barbosa, RJ, Imp. Ofic. , Vol.18, t.3, 1891.

BRASIL - Ministério do Planejamento, E.P.E.A.. Situação Monetária, Creditícia e do Mercado de Capitais (1947-março 1964).DF, s/ed., maio de 1966.

BANCO DO BRASIL - Relatório apresentado à Assembléia Geral dos Acionistas. RJ, Jornal do Commercio, vários anos.

2. FONTES SECUNDÁRIAS:

2.1. LIVROS:

BOUZAN, Ary - Os Bancos Comerciais no Brasil. Uma Análise do Desenvolvimento Recente (1965/1971). SP, Tese em Doutorado em Economia pela USP, Ed. Federação Brasileira das Associações de Bancos, 1972.

CALÓGERAS, J.P. - A Politique monétaire du Bresil. RJ, Imprimerie Nationale, 1910.

FONTENLA, Vicente Paz - História dos Bancos no Brasil. RJ., s/ed., 2a. ed., 1975.

HASENBALG, C.A. & BRIGAGÃO, C. & COSTA, F.J.L.. - O Setor Financeiro no Brasil: Aspectos Históricos. RJ, Ed. Dados-IUPRJ, 1970.

LEVY, Maria Bárbara - História dos Bancos Comerciais no Brasil. RJ, IBMEC, 1972.

MULLER, Eduardo Emílio Maurell - Política Bancária. DF, VII Congresso Nacional de Bancos, 1971.

NEUHAUS, Paulo - História Monetária do Brasil: 1900-45. RJ, IBMEC, 1975.

NORMANO, João Frederico - Evolução Econômica do Brasil. SP , Ed. Nacional, DF, 2a. ed., 1975, cap. VI.

PASSOS, Carlos de Faro - Estrutura Financeira e Desenvolvimento: o caso do Brasil. SP, Atlas, 1973.

PELAEZ, Carlos Manoel & SUZIGAN, Wilson - História Monetária do Brasil. RJ, IPEA/INPES, 1976.

RANGEL, Ignácio - A Inflação Brasileira. RJ, Ed. Tempo Brasileiro, 1963.

RIBEIRO, Benedito & GUIMARÃES, Mario Mazezi - História dos Bancos e do Desenvolvimento Financeiro no Brasil. RJ, Ed. Pró-Service, 1967.

TAVARES, Maria da Conceição - Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. RJ, Zahar Ed., 2a. ed., 1973.

## 2.2. TESES NÃO PUBLICADAS:

BIELSCHOWSKY, Ricardo Alberto - Bancos e Acumulação de Capital na Industrialização Brasileira - Uma Análise Introdutória (1935/1962). DF, Dissertação de Mestrado em Economia pela UNB, mimeo, 1975.

OLIVEIRA, Geraldo Beauclair Mendes de - A Evolução do Sistema Financeiro na época de Vargas. Niterói, Monografia de Mestrado em História pelo ICHF-UFF, mimeo, 1974.

## 2.3. ARTIGOS DE REVISTAS:

CHRISTOFFERSEN, Leif E. - Taxas de juros e a estrutura de um Sistema de Bancos Comerciais em Condições Inflacionáveis - O caso do Brasil. Revista Brasileira de Economia. RJ, EPGE-FGV, v.23(2): 5/34, abril-junho 1969.

LIMA, Heitor Ferreira - Notas sobre a Estrutura Bancária Brasileira, Revista Brasiliense. RJ, nov/dez. 1956, pp. 141/152.

PASTORE, Affonso C. - A oferta de Moeda no Brasil: 1961/72. Revista Pesquisa e Planejamento Econômico. RJ, 3 (4): 993/1044, dez. 1973.

Conjuntura Econômica. RJ, FGV. A Concentração Bancária no Brasil, ano I, nº 1, nov / 1947.

-Lucros dos Bancos em 1947, idem, ano II, nº 2, 1948.

-Encaixe e Depósitos de Bancos, idem, ano II, nº 10, 1948.

-O Numerário dos Bancos, idem, ano III, nº 2, 1949.

-Os Bancos Estrangeiros no Brasil, idem, ano III, nº 3, 1949.

-Como se Distribui o Crédito Agrícola, idem, ano III, nº 11, 1949.

-Expansão da Rede Bancária, idem, ano IV, nº 9, 1950.

-Resultados Financeiros dos Bancos em 1949, idem, ano IV, Nº2, 1951.

- Lucros e Perdas dos Bancos, idem, ano IV, nº 6, 1950.
- Lucros e Perdas dos Bancos no Segundo Semestre de 1950, Idem, ano V, nº 2, 1951.
- Estatísticas do Movimento Bancário, ano V, nº 5, 1951.
- Caixa de Mobilização Bancária, idem, ano V, nº 8, 1951.
- Distribuição dos Créditos da Carteira Agrícola, idem, ano V, nº 10, 1951.
- Resultados dos Bancos Brasileiros: 1954/55, idem, ano X, nº7 1956.
- Como se Distribui o Crédito Agrícola, idem, ano X, nº12, 1956.
- Forte Aceleração do Surto Inflacionário, idem, ano XIII, nº2, 1959.
- A Distribuição do Crédito entre o Setor Privado e o Governamental, idem, ano XIII, nº 3, 1959.
- O Grau de Desenvolvimento do Setor Bancário no Brasil, idem, ano XIII, nº 4, 1959.
- O Observador Econômico e Financeiro. O Movimento Bancário do Brasil em 1938. RJ, ano IV, nº 40, 1939, p.155.
- Política Bancária, idem, ano XI, nº 125, 1946, p. 57.
- Crises de Crédito, idem, ano XI, nº 125, 1946, p. 173.
- A Inflação Brasileira, idem, ano XII, nº 133, 1947, p. 49.
- Sistema Bancário Desadaptado às Necessidades da Economia Intern idem, ano XIX, nº 217, 1954, p. 103.
- Bancos e Moedas, idem, ano XII, nº 140, 1947, p. 115.
- A Situação dos Bancários, idem, ano IX, nº 103, 1944, p. 103.
- Bancos e Moedas, idem, ano XII, nº 140, 1947, p. 115.
- A Situação dos Bancários, idem, ano IX, nº 103, 1944, p. 103.
- Revista Bancária Brasileira. RJ. Carteira de Redescontos, ano IV, jun/1937.
- Índice Cronológico e Alfabético Remissivo da Legislação sobre Bancos e Casas Bancárias, idem, ano V, out/nov 1938.
- Crédito Agrícola e Industrial: o Regulamento da Carteira, idem, ano IV, dez. 1937.
- A Nacionalidade dos Bancos de Depósitos, idem, ano IX, abril - 1941.
- Decreto-Lei nº 3545 de 22 de agosto de 1941: Regula a Compra e Venda de Títulos da Dívida Pública da União, dos Estados e dos Municípios, idem, ano IX, set. 1941.
- Algumas Características do Movimento Bancário Nacional no Encerramento do 1º Semestre de 1941, idem, ano IX, out 1941.
- Bancos Hipotecários, idem, ano X, março 1942.

- Rede Bancária Nacional, idem, ano XXX, fev. 1965.
- Na trilha da Concentração Bancária, idem, ano 39, nº 459, março 1971.

Retrospecto Commercial do Jornal do Comércio. RJ., Movimento Bancário de Minas Gerais de 1937 e 1938, Vol. LXV, 1939, p.400.

- Movimento Bancário de Minas Gerais de 1934 a 1943, idem, Vol. LXX, 1943, p. 556.

#### 2.4. JORNAIS:

Os Bancos e a Concentração: Quatorze anos de Incorporação, Gazeta Mercantil, Relatório Especial, SP, 12 de Junho de 1974.

Quem Controla a Política Monetária? Jornal do Brasil.

Revista Econômica/Capital e Dívida, RJ, 27 de maio de 1977.

Poucos Bancos Detêm a Maioria dos Depósitos, Estado de Minas, BH, 3 de abril de 1977.

Opinião, RJ. A Lei do Mais Forte, 9 de abril de 1973, nº 23, p.7.

Minas: O Ocaso dos Bancos, Opinião. RJ, 22 de outubro de 1973, nº 56, p.9.

Bancos: Baianos e Gaúchos Preocupados, Opinião, RJ, 3 de dezembro de 1973, nº 56, p.11.

Bancos: O Maior Negócio, Opinião. RJ, 21 de janeiro de 1974, nº 63, p. 5.

### HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL

#### 1. FONTES PRIMÁRIAS

##### 1.1. FONTES ESTATÍSTICAS:

IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, RJ, vários anos.

IBGE - Censos Econômicos e Demográficos. RJ, 1920, 1950, 1960 e 1970.

#### 2. FONTES SECUNDÁRIAS

##### 2.1. LIVROS:

CANO, Wilson - Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. RJ-SP, Difel, 1977.

DEAN, Warren - A Industrialização de São Paulo (1880-1945). RJ-SP, Difel, 2a. ed., s/d.

FURTADO, Celso - Formação Econômica do Brasil, SP, Cia. Ed. Nacional, 12a. ed., 1974.

LESSA, Carlos - Quinze anos de Política Econômica. Campinas, DEPE-IFCH-UNICAMP, mimeo., S/D..

- MALAN, P. & ABREU, M.P. - Inflação, Balanço de Pagamentos e Indúst. no Brasil: 1939-1952. RJ, IPEA, 1977.
- PRADO Jr., Caio - História Econômica do Brasil, 12a. ed., SP, Brasiliense, 1970.
- SILVA, Sérgio - Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. SP, Alfa-Omega, 1976.
- TAUNAY, Affonso de E. - História do Café no Brasil. RJ, DNC, 1942, vol. XII e XIII.
- TAUNAY, Affonso de E. - Pequena História do Café no Brasil. RJ, DNC, 1945.
- VILLELA, Annibal Villanova & Suzigan, Wilson - Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira: 1889-1945. RJ, IPEA/INPES, 2a. ed., 1975.

## 2.2. TESES NÃO PUBLICADAS

- GRANZIERA, Rui - Moeda e Crédito no Limiar do Capitalismo no Brasil: A Outra História Financeira. Campinas, Tese de Doutorado pelo IFCH-UNICAMP, 1976.
- MELLO, João Manuel Cardoso de - O Capitalismo Tardio. Tese de Doutorado pelo IFCH-UNICAMP, 1975.
- SILVA, Liana Maria Lafayette Aureliano da - No Limiar da Industrialização; Estado e Acumulação de Capital, 1919-1937. Campinas, Tese de Doutorado pelo IFCH-UNICAMP, 1977.
- TANNURI, Luiz Antonio - O Encilhamento. Campinas, Dissertação de Mestrado pelo IFCH-UNICAMP; 1977.
- TAVARES, Maria da Conceição - Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil. RJ, Tese de Livre-Docência pela FEA/UFRJ, 1975.

## 2.3. ARTIGOS DE REVISTAS:

- FRAGA, Constantino - Resenha Histórica do Café no Brasil. Agricultura em São Paulo (Boletim da Divisão de Economia Rural da Secretaria da Agricultura). SP, s/ed., ano X, nº 1, 1963, pp. 01/21.
- PIGNATON, Álvaro Afonso G.. - Origens da Industrialização no Rio de Janeiro. DADOS. RJ, 1977, pp. 139/154.
- RIBEIRO, Sylvio Wanick - Desempenho do Setor Agrícola- Década de 1960/70. Série Estudos para o Planejamento Nº 6. DF, IPEA/IPLAN, 1973.
- SINGER, Paul - A Agricultura na Bacia Paraná-Uruguai (1950/60). Revista Brasileira de Ciências Sociais. BH, FACE/UFMG, vol. III, nº 2, julho 1963.

Evolução da Conjuntura Econômica no Brasil de 1916 a 1929.

Conjuntura Econômica. RJ, FGV, ano II, ano 11, 1948.

A Conjuntura no Brasil entre 1929 e 1939, idem, ano III, nº 3, 1949.

## HISTÓRIA ECONÔMICA DE MINAS GERAIS

### 1. FONTES PRIMÁRIAS

#### 1.1. FONTES ESTATÍSTICAS:

Estado de Minas Gerais - Secretaria da Agricultura (Serviço de Estatística Geral), Anuario Estatístico de Minas Gerais, BH, Imprensa Oficial, ano II (1922/1925), 1929.

Estado de Minas Gerais - Minas segundo o Recenseamento de 1920, BH, Imprensa Oficial, 1924.

Estado de Minas Gerais - Carteira Estatística de Minas Gerais, BH, Imprensa Oficial, 1929.

Estado de Minas Gerais - Sinopse Estatística do Estado, BH, Oficinas Gráficas da Estatística, 3 números, 1936/1940.

Estado de Minas Gerais - Departamento Estadual de Estatística (Orgão Regional do IBGE). Anuário Estatístico de Minas Gerais. BH, Imp. Ofic., anos III (1949) e VI (1952).

Estado de Minas Gerais - Secretaria das Finanças, O Estado de Minas Gerais: sua Evolução Econômica. BH, Impr. Ofic. 1922.

- Situação Econômica do Estado. BH, Impr. Ofic., vol.II, 1930.

- Exportação do Estado em 1927/1936. BH, Impr. Ofic. 1938.

- Exportação do Estado em 1937 . BH, Impr. Ofic. 1939.

- Exportação do Estado em 1939 . BH, Impr. Ofic. 1943.

- Exportação do Estado em 1940 . BH, Impr. Ofic. 1946.

- Finanças do Estado de Minas Gerais; Período Republicano: 1890-1953. BH, Impr. Ofic. 1954.

#### 1.2. FONTES OFICIAIS ( Relatórios, Publicações Oficiais e Institucionais).

BANCO DE CRÉDITO REAL DE MINAS GERAIS, Relatório da Diretoria, vários anos.

COMISSÃO INTERESTADUAL DA BACIA PARANÁ-URUGUAI- DPSS- Plano de Industrialização Regional; Alguns Aspectos

da Economia do Estado de Minas Gerais e Seleção dos Polos de Crescimento, 1964.

ESTADO DE MINAS GERAIS - Boletim do Departamento Estadual de Estatística, BH, s/ed., diversos números a partir de 1940.

- Mensagem do Presidente (e/ou Governador) do Estado ao Congresso Mineiro - BH, Imp. Ofic., vários anos (especialmente: 1898 - 1907 a 1909 - 1912 a 1916 - 1921 a 1930 - 1935 e 1937 - 1949 - 1951 a 1954 - 1956 - 1965 - 1967 - 1969).

- Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção. BH, s/ed., jun/1947.

- BDMG- Anais do 1º Congresso Brasileiro de Desenvolvimento Regional. Araxá, s/ed., 14 a 20 de fevereiro de 1965.

- Diagnóstico da Economia Mineira. BH, s/ed., 6 vol. 1968.

- Setor Industrial, Programa de Financiamento de Média e Grande Indústria de Minas Gerais. BH. mimeo, vol. II, s/d.

- Conselho Estadual de Economia e Administração, Subsídios para o Estudo da Economia do Estado de Minas Gerais. BH, s/ed., 4 vol., 1959/60.

- Secretaria da Agricultura, Minas e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil: 1727-1927. BH, Imp. Ofic. 1929.

## 2. FONTES SECUNDÁRIAS

### 2.1. LIVROS:

ALVARENGA Fº, José Tostes - História do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A, Fundação e Primeiro Período de Atividades. JF, palestra mimeo, 1967.

ALVARENGA Fº, José Tostes - Criação do Banco de Crédito Real de Minas Gerais e o Relacionamento dos seus Fundadores com o Imperador Dom Pedro II. BH, palestra mimeo, 1976.

BARRETO, Abílio - Belo Horizonte; Memória Histórica e Descritiva. BH, s/ed., 1928.

BARRETO, Abílio - Resumo Histórico de Belo Horizonte (1701-1947). BH, Imp. Ofic., 1950.

BRAZIL, Raymundo Pereira - Minas Gerais na Grandeza do Brasil. BH, s/ed., 1936.

CARVALHO, Daniel - Estudos de Economia e Finanças. RJ, Agir, 1946.



- CASTRO, Antonio Barros de - A Herança Regional no Desenvolvimento Brasileiro - A Industrialização Descentralizada no Brasil. 7 Ensaios sobre a Economia Brasileira. RJ-SP, Forense, vol II, 1971.
- HADAD, Paulo Roberto - Análise da Renda Interna do Estado de Minas Gerais (1947/60). BH, FACE-UFMG, mimeo, 1965.
- HUNNICUTT, Benjamin, H. - A Produção Agrícola do Brasil (Trabalho baseado no Censo de 1920), Lavras, s/ed., 1925.
- JACOB, Rodolpho - Minas Gerais no XX Século, RJ, Gomes, Irmão & Cia., 1911.
- OLIVEIRA, Franklin de - A Tragédia da Renovação Brasileira; Minas Gerais e São Paulo: A Miséria dentro do Progresso. RJ, Civilização Brasileira, 1971.
- RACHE, Othos de Lemos - Contribuição ao Estudo da Economia Mineira. RJ, Livraria José Olympio, 1957.
- SENNA, Nelson de - A Terra Mineira, BH, Imp. Ofic., 1926.
- SINGER, Paul Israel - Belo Horizonte. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. SP, Ed. Nacional, 1974, pp. 199/269.
- WIRTH, John - Minas e Nação. Um Estudo de Poder e Dependência Regional: 1889-1937. IN: FAUSTO, Boris, ed. (período Republicano) História Geral da Civilização Brasileira. SP Difel, 1975, Tomo III, 1º vol.

## 2.2. TESES NÃO PUBLICADAS

- GIROLETTI, Domingos A. - Industrialização e Urbanização de Juiz de Fora (1850-1930). BH, Tese de Mestrado pelo DCP-UFMG, mimeo, 1976.
- IGLÉSIAS, Francisco - Política Econômica do Governo Provincial Mineiro (1835-1889). BH, Tese de Livre-Docência pela FACE-UFMG, 1954.
- LIMA, João Heraldo - Café e Indústria em Minas Gerais (1870-1920). Campinas, Dissertação de Mestrado pelo IFCH-UNICAMP, mimeo, 1977.

## 2.3. ARTIGOS DE REVISTAS:

- BASTOS, Tocary Assis - Anotações sobre a Greve dos Bancários em Minas, Revista Brasileira de Estudos Políticos. BH, UFMG, nº 14, jul/1962.
- BOTELHO, Luiz de Magalhães - Minas Gerais: Análise Regional (1947-1953), Revista Brasileira de Economia. RJ, ano X, nº 3, set. 1956.

- COUTO, Elcio Costa - Evolução e Tendência da Indústria em Minas Gerais, Cadernos BDMG . BH, nº 1, 1968.
- DINIZ, Hindemburgo Pereira - A economia Mineira: Realidade e Perspectivas, Caderno BDMG. nº 1, 1968.
- LOEB, Gustaaf F. - O Desenvolvimento da Produção Industrial em Minas Gerais: 1939-1954. Revista Brasileira de Economia. RJ, ano X, nº 3, set. 1956.
- MENDONÇA; Marcos Carneiro - A Economia Mineira no Século XIX. I Seminário de Estudos Mineiros. BH, UFMG, 3 a 12 de abril de 1956.
- REIS, Fernando Antonio Roquette - Participação de Minas no Desenvolvimento Nacional. Cadernos BDMG. nº 1, 1968.
- SOUZA, Washington Peluso Albino de - Perspectivas Atuais da Economia Mineira, II Seminário de Estudos Mineiros, BH, UFMG, 22 a 27 de outubro de 1956.
- ATIVIDADES BANCÁRIAS EM MINAS - O Observador Econômico e Financeiro. RJ, ano III, nº 25, 1938, p. 133.
- BANCO MINEIRO DE PRODUÇÃO - Relatório, idem, diversos números de 1937 a 1942.
- ZONAS ECONÔMICAS EM MINAS - idem, ano V, nº 52, 1940, p. 35.
- BANCO DA LAVOURA DE MINAS GERAIS - idem, ano X, nº 114, 1945, p. 94.
- BANCO RIBEIRO JUNQUEIRA - idem, ano XII, nº 140, p. 119
- O DRAMA DA CENTRALIZAÇÃO - idem, ano XII, nº 154, 1948, p. 37.

#### 2.4. JORNAIS:

- OS BANCOS MINEIROS - Em Busca do Tempo Perdido. Diário do Comércio. BH, 18 de outubro de 1975.

#### INSTITUIÇÕES PESQUISADAS:

O levantamento das fontes primárias e secundárias foram realizados junto aos seguintes arquivos, bibliotecas, centro de documentação e/ou Instituições:

Em Belo Horizonte:

- Arquivo Público Mineiro
- Biblioteca Pública de Minas Gerais - Coleção "Mineiriana"
- Biblioteca do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
- Biblioteca da Associação Comercial de Minas Gerais
- Biblioteca da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG
- Biblioteca da Fundação João Pinheiro

- Biblioteca da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais
- Biblioteca da Federação da Indústria do Estado de Minas Gerais
- Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG
- Biblioteca da Secretaria de Planejamento do Estado de Minas Gerais
- Banco do Estado de Minas Gerais
- Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A
- Banco Nacional S/A
- Banco Real S/A
- Banco Mercantil do Brasil S/A
- Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
- Sindicato dos Bancos de Minas Gerais
- Departamento Estadual de Estatística

Em Juiz de Fora:

- Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A

No Rio de Janeiro:

- Biblioteca Nacional
- Biblioteca da Fundação Getúlio Vargas
- Biblioteca do Ministério da Fazenda
- Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais

Em Campinas:

- Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.

